

# **A INGERÊNCIA MILITAR NA REPÚBLICA E O POSITIVISMO**

**Arsênio Eduardo Corrêa**

## **AGRADECIMENTO**

Cabe ressaltar que todo o trabalho exigiu de mim perseverança e paciência, no entanto mais ainda daquelas pessoas que junto à minha vida exercem de uma forma ou de outra, papéis relevantes.

Diante disso agradeço a Marlene, Paulo, Ana, Antonio, Pedro, Lauro, Ângela e especialmente ao professor Antonio Paim pelas horas dispensadas na discussão do tema por mim desenvolvido; alguns anos se passaram e o seu incentivo, colaboração e crítica se incorporaram ao trabalho.

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>

## Capítulo I

<b>O Processo de Constituição da Doutrina do Comte</b>	<b>14</b>
1 – O “Curso de filosofia positiva” como sistematização da Ciência moderna	14
2 – A proposta de um positivismo pedagógico	25
3 – O apelo ao sentimento	38
4 – Religião da humanidade	43
5 – Conclusão	62

## Capítulo II

<b>Fracassa a Tentativa dos Militares de se Manterem Sozinhos no Poder</b>	<b>64</b>
1 – Sumário da situação nas primeiras décadas republicanas	65
2 – O caráter liberal da oposição ao regime militar no começo da República, comprovado pela análise de documentos da década	70
3 – A imprensa na primeira década republicana	78
4 – O corolário do processo: “A política dos governadores”	89
5 – O civilismo e a nova tentativa de se manterem Sozinhos no poder	93

## Capítulo III

<b>Como se Estruturou e Conseqüências da Aliança com Os Castilhistas</b>	<b>117</b>
1 – A aparente vitória da profissionalização	117

2 – Hipótese relativa à nova feição assumida pela ingerência Militar na política nos anos 20	121
3 – A natureza e o papel do tenentismo	128
4 – A doutrina castilhista	135
5 – A aliança com os castilhistas	140

## **Capítulo IV**

<b>O Ambiente que Conduziu à Aliança com os Liberais</b>	145
1 – A eleição de Vargas em 50 e o surgimento da facção Nacionalista e sua antípoda	146
2 – Insistência numa candidatura militar, inconformismo e pronunciamentos militares na segunda metade dos anos 50	152
3 – Razões da instabilidade política nos anos 50	156
4 – A eleição e renúncia de Jânio Quadros, pretextos para novos pronunciamentos militares	160
5 – O movimento político-militar de 64 e o governo Castello Branco	162

## **Capítulo V**

<b>Como Evoluiu a Fundamentação Doutrinária da Ingerência Militar na Política e sua Crítica</b>	167
1 – A interpretação do comtismo por Benjamin Constant	167
2 – O cerne da doutrina tenentista – possibilidade de sua Conciliação com a interpretação precedente	169
3 – O cerne da doutrina castilhista – possibilidade de sua Conciliação com a plataforma Benjamin Constant	171
4 – O substrato doutrinário de 64: o denominado autoritarismo Instrumental	172
5 – Condição de sucesso da profissionalização	174

<b>BIBLIOGRAFIA</b>	179
---------------------	-----

## PREFÁCIO

A obra de Arsênio Eduardo Corrêa desenvolve interessante análise acerca do papel que desempenharam os militares na história republicana brasileira, destacando os fundamentos doutrinários em que se alicerçou a sua participação e as perspectivas que, neste final de milênio, se descortinaram no que tange à profissionalização das Forças Armadas.

Em cinco capítulos o autor percorre os momentos principais dessa participação, partindo da análise dos fundamentos doutrinários do comtismo.

O título dos capítulos já revela a abrangência do estudo: "O processo de constituição da doutrina de Comte" (Capítulo I); "Fracassa a tentativa dos militares de se manterem sozinhos no poder" (Capítulo II); "Como se estruturou e conseqüências da aliança com os castilhistas" (Capítulo III); "O ambiente que conduziu à aliança com os liberais" (Capítulo IV) e "Como evoluiu a fundamentação doutrinária da ingerência militar na política e sua crítica" (Capítulo V).

A análise desapaixionada sobre o fundamento culturoológico da participação dos militares na vida política brasileira tem merecido, a bem da verdade, poucos estudos. Depois das clássicas obras *Militares e civis: a ética e o compromisso*, de Paulo Mercadante e, *Os militares na política*, do brasilianista Alfred Stepan, publicadas na década de 70, são relativamente escassas as contribuições nesse terreno. Merece destaque, entre as análises recentes, a empreendida pelo brigadeiro Murillo Santos na sua obra intitulada *O caminho da profissionalização das Forças Armadas* (1991).

Num momento em que o Brasil aspira a ver amadurecidas as suas instituições democráticas, é de capital importância o estudo dos fundamentos culturais do comportamento militar. Justamente na medida em que pretendemos sair de uma concepção estatizante da segurança nacional, para elaborar uma concepção em função da segurança cidadã, esse estudo é impostergável.

A obra de Arsênio Eduardo Corrêa vem responder a essa inquietação e terá, decerto, ampla acolhida de parte do público leitor.

Considero particularmente valioso o estudo que ora apresento, porque constitui capítulo fundamental da análise mais larga do Estado patrimonial brasileiro. Embora o autor se refira *en passant* à questão do neopatrimonialismo, não é difícil traçar os elos de ligação entre os fundamentos doutrinários do comportamento militar e a dinâmica do nosso Estado patrimonial.

Max Weber distinguiu, nos seus estudos acerca do patrimonialismo, duas modalidades de organização social: a patrimonial pura e a patrimonial estamental. A primeira consistiria na consolidação da dominação política a partir da hipertrofia de um poder patriarcal original, que alargaria a sua dominação doméstica sobre territórios, pessoas e coisas extrapatrimoniais, que passariam a ser tratados como propriedade patrimonial (familiar) do governante. As relações de autoridade entre dominante e dominados pautar-se-iam pelo código da piedade filial. O melhor exemplo deste tipo de organização seria, entre nós, o “engenho real” descrito por Antonil e estudado por Oliveira Viana em *Populações meridionais do Brasil* (1920) e *Instituições políticas brasileiras* (1951). Raymundo Faoro, em sua obra clássica *Os donos do poder* (1958), estudou a forma em que se deu este tipo de patrimonialismo paternalista no Portugal do século XIV, quando o Mestre de Avis organizou o Estado, após a revolução de 1385, como alargamento de sua *domus*.

A segunda consistiria na organização do Estado como instância doméstica do governante, mas auxiliado no alargamento do seu poder sobre territórios, pessoas e coisas extrapatrimoniais por uma organização pré-burocrática, que lhe garantiria um mínimo de racionalidade administrativa e um máximo de fidelidade à sua pessoa. Karl Wittfogel, no seu conhecido estudo intitulado *O despotismo oriental* (cuja primeira edição data dos anos 50), analisou a forma em que se consolidou esse estamento nas sociedades hidráulicas e formulou a lei que preside o seu funcionamento, identificando-a como “Lei da racionalidade variável”, ou seja: o estamento pré-burocrático patrimonialista possui um mínimo de racionalidade que permita ao soberano fazer aquelas reformas sem as quais o seu poder discricionário correria perigo, mas somente na medida em que se mantenha o *status quo*, ou seja, não estimulando, de parte da sociedade, o surgimento de “sentimentos de nobreza”, ou de independência de alguns setores face ao soberano. Exemplo dessa organização pré-burocrática seria, entre nós, a Guarda Nacional, conforme foi amplamente estudada por Fernando Uricoechea em sua obra *O minotauro imperial* (1978). Karl Wittfogel estudou a maneira como

funcionou o patrimonialismo estamental no Antigo Egito e no império czarista.

A questão das Forças Armadas insere-se, no caso brasileiro, nesse contexto. Elas foram, já no final do Império, após a eclosão da chamada "Questão Militar", as porta-vozes de propostas científicistas, de caráter modernizador, que não eram novas na nossa cultura, posto que o momento pombalino tinha já dado ensejo a um modelo de neopatrimonialismo, como ficou claro após as análises de Simon Schwartzman (em *São Paulo e o estado nacional*, 1975, e *Bases do autoritarismo brasileiro*, 1984) e de Antônio Paim (em *A querela do estatismo*, 1978). A doutrina que melhor exprimiu o *élan* modernizador das Forças Armadas no Brasil foi, primeiramente, o positivismo comtiano na versão de Benjamin Constant Botelho de Magalhães e ulteriormente, o castilhismo (que constituía uma modalidade de positivismo heterodoxo), o nacionalismo tenentista, o socialismo autoritário e o autoritarismo instrumental de inspiração udenista.

Na atual transição do Estado patrimonial para uma forma não patrimonial de Estado, inspirada no ideário liberal, tornou-se insuficiente a justificativa doutrinária que inspirou as nossas Forças Armadas nas suas intervenções políticas. A única alternativa para elas, num Estado liberal de direito, correspondente à moderna democracia, é o caminho da profissionalização, na forma em que tem sido estudado esse fenômeno pelos professores Samuel Huntington e Robert Dahl, e dando prosseguimento à reforma proposta pelo marechal Castello Branco, que encontrou acolhida em amplos setores das Forças Armadas, tanto no plano institucional (as reformas efetivadas pelo governo Geisel dão prova disso), quanto do ângulo teórico (a obra do brigadeiro Murillo Santos, atrás mencionada, testemunha esse fato). O estudo, ora apresentado, de Arsênio Eduardo Corrêa, contribui, de forma criativa, a esse esforço institucional e teórico.

*Ricardo Vélez Rodrigues*

# INTRODUÇÃO

Na História do Brasil, como de Portugal, os militares sempre tiveram uma grande ingerência na política, na condição de parcela proeminente de uma elite burocrática de que se pode dizer, sem riscos de exagero, que dispunha de maior poder que a nobreza.

Não pretendo aqui avaliar de modo ligeiro e superficial as hipóteses dos estudiosos dessa singularidade do Estado português, que Alexandre Herculano e seus contemporâneos aproximam do conceito weberiano de Estado patrimonial. Nossa pretensão é muito mais modesta e consiste apenas em fixar a distinção de comportamento que aparece com a República – os militares assumem diretamente o poder e tratam de mantê-lo – e lembrar a explicação de conhecido estudioso, hoje virtualmente esquecida.

Na introdução que elaborou para o seu livro *Doutrina contra doutrina* (1894), a que deu o expressivo título de “Os novos partidos políticos no Brasil e o grupo positivista entre eles”, Sílvio Romero observa que: “(...) desde o tempo do império eles (os militares) se dividiam pelos diversos credos políticos existentes. Conservadores, liberais e republicanos de todos os matizes, contavam com membros das Forças Armadas em seu seio.” <sup>1</sup> Lembra que os conservadores tinham “o seu Caxias, os liberais, o seu Herval ...” <sup>2</sup>

Com a República, prossegue, altera-se radicalmente o comportamento dessa elite. Escreve: “ (...) durante a nossa vida de Nação independente, por setenta dilatados anos, a força militar tinha aparecido por vezes na arena política, a propósito, como guiada por um espírito superior; praticava o seu feito, ajudava o mundo civil e retirava-se também a propósito, como que guiada ainda pelo mesmo espírito superior”. <sup>3</sup>

<sup>1</sup> *Doutrina contra doutrina – o evolucionismo e o positivismo no Brasil*, Rio de Janeiro, 1894; 2ª. edição ampliada, 1895; *Obra filosófica*, Rio de Janeiro, José Olímpio, pp. 247-496.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Idem.

Ao que acrescenta: "Há alguns anos, porém, em dias da República, ela tomou o direito de cidade na política e parece não querer mais largar o posto". <sup>4</sup>

Lembra que em tempo de Deodoro, o Congresso "contou por dezenas o elemento militar". Em tempo de Floriano, "a direção governativa de muitos Estados (excetuando nove ou dez), caiu nas mãos da poderosa classe".

Explicitando o caráter de sua análise, diz Sílvio Romero: "Não é propriamente uma censura que fazemos: é um fenômeno histórico que constatamos e cuja explicação repousa em parte no estado de cultura em que se acha o Brasil, em parte na propaganda ditatorial dos positivistas". <sup>5</sup>

Para o conhecido estudioso da realizada brasileira de seu tempo, a mudança de comportamento da elite militar explica-se pela popularização das doutrinas positivistas em seu seio, que por si só não levariam àquele resultado não lhes fossem favoráveis às condições sociais do País. Conclui: "Sendo a classe mais organizada na Nação, tendo atirado fora o trono, meteram-se os seus chefes na direção do país, tomando conta dos lugares que acharam vagos. A propaganda positivista de um governo ditatorial, feita diretamente nas publicações e nas prédicas do Apostolado, veio fortalecer essa tendência por achar preparado o terreno nas escolas militares pela ação doutrinária de Benjamin Constant". <sup>6</sup>

Com efeito, apesar de o comtismo ser contrário às Forças Armadas permanentes e o Apostolado considerar a doutrina francamente contrária a toda espécie de militarismo, Benjamin Constant acreditava que o Exército brasileiro, por seus feitos, tradição e índole, devia exercer papel de liderança na transição para o Estado positivo.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

Na ordem do dia elaborada para registrar o seu afastamento da Pasta da Guerra, em junho de 1890, Benjamin Constant depois de agradecer as seus colaboradores e de resumir a trajetória do Exército nacional, conclui do seguinte modo: “Um exército enfim que, correspondendo às legítimas aspirações nacionais, instalou e firmou para sempre em sólidas e largas bases, a república no seio da pátria por meio de uma revolução eminentemente pacífica e humanitária (...) soube elevar-se nobremente à sublime missão social e política reservada aos exércitos modernos, que de acordo com os sãos preceitos da ciência real, que deve inspirar e guiar a sua conduta, mais pacífica do que guerreira, mais humanitária do que nacional”. <sup>7</sup> A missão embasada no positivismo que caberia ao Exército está definida. Benjamin Constant diz em seguida: “É que eles obedecem consciente ou inconscientemente na sua índole, organização e nos seus destinos a leis imperturbáveis reguladoras da evolução geral do progresso humano que tende inevitável e progressivamente, para o feliz regime final industrial e pacífico, resultante do fraternal conagraçamento dos povos”. <sup>8</sup>

Benjamin Constant acreditava que a evolução humana se dava cientificamente, não rejeitando o ideal pombalino e abraçando o comtismo; continua sua pregação: “Para ele, caminham mais rapidamente que todos os outros como é forçoso e grato reconhecê-lo, os povos americanos, de um modo ainda mais acentuado o povo brasileiro, sempre predisposto a sacrificar dignamente o seu egoísmo nacional ao largo e fecundo amor universal.” <sup>9</sup> Comte acreditava que os proletários e as mulheres estavam em melhores condições para receber os ensinamentos da ciência real, por não estarem envolvidos com o chamado status quo, assim Benjamin Constant acreditava que os povos americanos estavam predispostos a receberem a sã ciência real. Benjamin Constant conclui: “A orientação dominante nos povos e nos exércitos americanos dão-nos lisonjeira esperança de que aquele sublime ideal do verdadeiro progresso humano, se transformará em futuro não muito remoto, em grata e feliz realidade. Para ele concorrerá poderosamente o exército brasileiro a que me orgulho de pertencer.” <sup>10</sup>

<sup>7</sup> R.T.Mendes – Benjamin Constant, Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1894; 2º vol. – Peças Justificativas, pp. 281-282.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem.

Como se vê, o enunciado de Benjamin Constant é claro. Corresponde, de fato a uma plataforma de caráter político, com a vantagem de ter por fundamento o que se supunha correspondesse à última palavra da ciência. O cientificismo, como apontaram vários estudiosos, é também uma das mais arraigadas tradições de nossa cultura.

Os militares entregaram o poder aos civis, em 1894, tendo fracassado a nova tentativa de ali consolidar-se empreendida pelo governo Hermes da Fonseca (1910-1914), de sorte que a tese de Sílvio Romero acabou sendo esquecida. O curioso é que não tenha sido ressuscitada nas análises recentes acerca do encaminhamento que foi dado pela elite militar ao movimento de 1964, que era em sua origem de caráter insofismavelmente liberal. Quero aqui, portanto, voltar à hipótese de Sílvio Romero, dando-lhe maior amplitude para levar em conta o curso histórico subsequente.

Através de Benjamin Constant, o positivismo facultou, a uma parte da elite militar, justificativa para atribuir-se missão que escapava inteiramente à sua destinação constitucional e à própria natureza dos exércitos, constituídos para fazer a guerra.

Essa parcela da elite militar, tudo leva a crer, há de ter compreendido, sobretudo depois da experiência do governo Hermes, a impossibilidade de levar a bom termo aquele propósito, refluindo para entregar a hegemonia ao grupo que apostava na profissionalização. Mas a própria profissionalização exigia recursos de que o país não dispunha, recaindo-se de novo na hipótese de que o Exército tinha mesmo era que promover o progresso.

Nessa altura há de ter surgido no espírito dessa elite a evidência de que, sozinhas, não se manteria no poder. Sozinha derrubara a Monarquia mas não lograra deter o poder em suas mãos. Acabara tendo que entregá-lo ao elemento civil na pessoa de Prudente de Moraes.

Na verdade, como registra a história, não o entregou no sentido próprio do termo, tão contrafeita estava, já que Prudente a ninguém encontrou no Itamarati, para cumprir essa formalidade. O correto é dizer-se que o abandonou. Alguns anos mais tarde, sob Hermes da Fonseca, tentaram novamente os militares ocupar os governos estaduais legitimamente constituídos. Mas não seria ainda desta vez. Parece óbvia a verificação de que, para alcanças os seus objetivos, teriam que realizar alianças políticas. Como as firmaram subsequentemente, em algum momento há de ter sido feita a inferência que aqui sugerimos.

Os militares consumaram uma aliança bastante sólida com os castilhistas de Getúlio Vargas e, finda aquela ditadura, acabaram fixando fortes vínculos com segmentos da UDN, graças ao que chegaram mais uma vez ao poder em 64 e o mantiveram por longos 20 anos, com as funestas conseqüências que temos presente. Com razão ou sem razão chamou-se de "Estado Novo da UDN" o movimento de 64.

É provável que o tenentismo tenha servido de elo para fixação de uma aliança política com o castilhismo, que permitiu apaziguar os dois grupos em torno do Estado Novo. Oliveiros S. Ferreira reeditou uma carta do general Góis Monteiro, em que reconhece o grande apreço em que teve o castilhismo abandonando-o apenas quando se deu conta de que as dimensões do Brasil tornava-o "liliputiano". O documento em apreço é também uma reafirmação da atualidade da plataforma Benjamin Constant, ainda nos começos do último pós-guerra, evidenciando que a elite militar não arquivara o seu projeto de assumir o poder e promover diretamente a modernização do país. Razão pela qual tratou de estabelecer novas alianças que levaram a 64. De sorte que dificilmente será superado, em definitivo, o ciclo republicano das intervenções militares sem desvendar-lhe o substrato teórico último.

Formulada essa hipótese geral, permito-me fundamentá-la abordando os aspectos que considero mais destacados:

1 – A adesão dos militares brasileiros a uma doutrina francamente antimilitarista poderia ser explicada pelo caráter da própria obra de Comte, que evoluiu de forma não muito coerente como procuraremos demonstrar, facultando com cada uma das suas reviravoltas a formação de vertentes a bem dizer autônomas, como o positivismo de Littré, o chamado "positivismo ilustrado brasileiro", o "catolicismo" positivista do nosso Apostolado etc. Essa afirmativa de que o pensamento comtiano era multifacetado nós a fundamentaremos no Capítulo I.

2 – Como se evidenciará da análise subsequente, os militares não aproveitaram a sua ascendência no novo regime para implantar instituições que a tornassem, simultaneamente, estável e democrática. Para comprová-lo, dividiremos esta última parcela de nossa exposição em dois segmentos, dedicado o primeiro à reconstituição do processo histórico em suas três fases, a saber: 1ª.) Em que os militares tentam sustentar-se sozinhos no poder; 2ª.) Período de constituição e manutenção da aliança com os castilhistas e 3ª.) Como se estruturou e o ambiente que conduziu à aliança com os liberais.

Em continuação, examinaremos como evoluiu a fundamentação teórica dessa ingerência militar na política e indicaremos em que precisaria apoiar-se, do ponto de vista doutrinário, o anseio de profissionalização que igualmente permeia as nossas Forças Armadas ao longo da República.

# Capítulo I

## O Processo de Constituição Da Doutrina de Comte

### 1 – “O Curso de filosofia positiva” como sistematização da ciência moderna

O *Curso de filosofia positiva*, cuja publicação integral exigiu 12 anos, tendo aparecido o primeiro volume em 1830 e o sexto e último em 1842, representa uma notável sistematização dos progressos realizados pela ciência moderna ao longo do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX. É unânime o reconhecimento de que Augusto Comte era um grande expositor.

O *Curso* louva-se da hipótese de que a ciência veio para substituir, em definitivo, o precedente saber sistematizado, compreendendo essa substituição o abandono da filosofia.

São em número de seis as ciências integrantes do saber positivo: matemática, astronomia, física, química, fisiologia e física social, sendo esta última criação do próprio Comte. No plano original, cada disciplina deveria merecer 10 lições. Na edição definitiva esse afã simétrico, do qual seu autor nunca conseguiu livrar-se de todo, acabou sendo violado para revestir-se dessa forma final:

Ciência	Nº de lições
Matemática .....	16
Astronomia .....	9
Física .....	9
Química .....	6
Fisiologia .....	12
Física Social .....	15
Total .....	67

A esse total são acrescentadas cinco lições, sendo duas iniciais dedicadas às preliminares gerais, e três no final. As seis ciências são agrupadas do seguinte modo: Matemática; Ciências dos Corpos Brutos; (Astronomia, Física e Química); Fisiologia e Ciências dos Corpos Organizados; (Fisiologia e Física Social). Tomada de forma autônoma, a Fisiologia não é propriamente uma ciência separada, mas uma exigência do método expositivo. Em sua primeira abordagem trata: 1 – da estrutura e da composição dos corpos vivos; 2 – da classificação dos corpos vivos; 3 – da fisiologia vegetal; 4 – da fisiologia animal.

A observação dos fenômenos físicos e sociais não envolve, em si mesma, nenhuma questão digna de atenção. Escreve na Primeira Lição do *Curso*: “Assim, para citar o exemplo mais admirável, dizemos que os fenômenos gerais do universo são explicados, enquanto o possam ser, pela lei da gravitação newtoniana, porque, de um lado, esta bela teoria nos mostra toda a imensa variedade dos fatos astronômicos como um único e mesmo fato encarado sob diversos pontos de vista (...).” A lei de gravitação newtoniana é para Comte o bastante para não mais procurar explicações, aí em continuação ele justifica: “enquanto de outro lado, este fato geral nos é apresentado como simples extensão de um fenômeno que nos é eminentemente familiar e que, só por isso, encaramos como perfeitamente conhecido, o peso dos corpos na superfície da terra.” Concluindo, ele explica como encara as causas: “Quanto a determinar o que são em si mesmos essa atração e esse peso, quais são suas causas, trata-se de questões que encaramos como insolúveis, que não são mais do domínio da filosofia positiva e que abandonamos com razão à imaginação dos teólogos ou às sutilezas dos metafísicos.” **11**

Certamente que é inteiramente correto o registro de que a ciência moderna desinteressou-se de problemas ontológicos. A filosofia das ciências, que sobreviveu a Comte, em que pese a sua interdição, afirma-o explicitamente como se pode ver do seguinte esclarecimento de um contemporâneo, L.W.H. Hull: “A lei da inércia, base da nova física, foi parcialmente estabelecida por Galileu, mas é justo continuar chamando-a primeira lei newtoniana do movimento. A lei afirma que todo corpo permanece em seu estado de repouso ou de movimento uniforme retilíneo, a menos que atue sobre ele alguma forma.” Portanto, há que ter uma força atuando para haver movimento.

**11** Augusto Comte, *Curso de filosofia positiva*, ed. Francesa, Paris, Editora Schleicher Frères, reed. 1908.

Em seqüência afirma: "A fórmula: se não há força atuando não há movimento, é substituída pela fórmula: se não há força atuando não há mudança de movimento. A palavra acrescida constitui uma novidade radical. Aristóteles, com efeito, definia a força como a causa do movimento; Newton define-a como a causa das mudanças de movimento.

**12**

Contudo, constitui uma inferência indevida, tomar essa tese por base para negar o caráter efetivo da denominada temática gnoseológica, isto é, o problema implicado na observação científica. Por desconhecê-lo, Comte não se deu conta da mudança de plano ao passar das ciências naturais ao que denominou de "física social", como teremos oportunidade de indicar.

Vejamos, contudo, ainda que brevemente, o enunciado básico acerca das ciências, contido no *Curso*.

Para Comte, a matemática é a ciência mesma. Afirma explicitamente a esse propósito: "É, pois, pelo estudo das matemáticas, e somente por ele, que se pode fazer uma idéia justa e profunda do que seja uma ciência." As demonstrações matemáticas são precisas e atendem ao pressuposto da ciência. Na seqüência, diz: "É nela unicamente que se deve buscar conhecer com precisão o método geral que o espírito humano emprega constantemente em todas as pesquisas positivas, porque em nenhuma outra parte as questões são resolvidas de maneira tão completa, e as deduções prolongadas tão longe quanto, ao mesmo tempo, com rigorosa severidade." O raciocínio cartesiano de Comte esta plenamente demonstrado. Não há dúvida quanto à precisão matemática, mas buscar entender o espírito humano através dela é tentar estabelecer uma moral racional. Continuando, diz: "É nela, igualmente, que nosso entendimento deu as maiores provas de sua força, porque as idéias que considerava, são do mais alto grau de abstração possível na ordem positiva. Toda educação científica que não comece por um tal estudo peca necessariamente pela base." **13**

**12** L. W. H. Hull, *História e filosofia da ciência* (trad. Espanhola), Barcelona, Ed. Ariel, 1961, pp.190.

**13** Na década de 90 do século passado, a Sociedade Positivista preparou uma edição do Curso de Filosofia positiva em quatro volumes em 1907, a mesma edição apareceu sob a responsabilidade da Editora Schleicher Frères, que se toma por base para as presentes citações. Subsequentemente, indicaremos apenas a Lição, o tomo (Livro) e a página da edição mencionada.

Entende que as definições clássicas da matemática, que a têm como a ciência das grandezas ou a ciência que tem por objetivo medir as grandezas, são pouco precisas e carentes de rigor. Propõe esta reconceituação: a ciência matemática tem por objetivo a medida indireta das grandezas, propondo-se constantemente determinar as grandezas umas pelas outras, segundo relações precisas que existem entre elas.

Este enunciado, em vez de dar somente a idéia de uma arte, como fazem até aqui todas as definições correntes, caracteriza imediatamente uma verdadeira ciência, e mostra-a de pronto composta de imensa cadeia de operações intelectuais, que poderão evidentemente tornar-se mais complexas em razão da seqüência de intermediários que deverá estabelecer entre as quantidades desconhecidas e aquelas que comportam uma medida direta, do número das variáveis coexistentes na questão proposta, e da natureza das relações que percorrerão entre todas estas diversas grandezas os fenômenos considerados.

Certamente que a medida estabelece um patamar privilegiado de objetividade, dotando de universalidade as explicações científicas. Contudo, nem todos os fenômenos prestam-se à circunstância. Assim, mesmo chamando de física social ao conhecimento que imaginava ter adquirido da sociedade, Comte não conseguiu reduzi-lo a enunciados matemáticos. Nem por isto renunciou à crença de que se tratava de uma verdadeira ciência, crença que foi recusada pelos meios científicos tanto de seu tempo como posteriores, com as conseqüências que se verificará no que se refere à evolução de seu pensamento.

A segunda ciência é a astronomia. Comte, com razão, atribui-lhe o papel de haver demonstrado a visão do universo construída a partir do geocentrismo. É com entusiasmo que registra o evento: "Nenhuma revolução intelectual faz tanta honra à retitude natural do espírito humano e mostra tão bem a ação preponderante das demonstrações positivas sobre nossas opiniões definitivas, pois nenhuma teve que superar conjunto tão formidável de obstáculos." Comte reconhece a contribuição das descobertas da astronomia e seus reflexos sobre o saber humano. Em seguida, diz: "Pequeno número de filósofos isolados, sem outra superioridade social além daquela derivada do gênio positivo e da ciência real, foi suficiente para destruir, em menos de dois séculos, uma doutrina tão antiga quanto nossa inteligência, diretamente estabelecida sobre as aparências mais fortes e mais vulgares, intimamente ligada ao sistema inteiro das opiniões dirigentes."

Comte atribui as descobertas à evolução do pensamento positivo ou pensadores que adotaram as suas premissas. Continua: "(...) e, por conseguinte, aos interesses gerais dos maiores poderes existentes, e à qual, enfim, o orgulho humano prestava mesmo um apoio instintivo, no mais recôndito de cada consciência individual." Comte entende que as descobertas contrariavam o poder estabelecido, e diz: "Deste modo, a vaidade humana teve que ser, sem dúvida, profundamente humilhada, quando a consciência do movimento da terra veio dissipar as ilusões pueris que haviam sido construídas sobre sua importância preponderante no universo." Na seqüência, ele pergunta se a evolução do saber não dignificaria mais o homem, ou, em suas palavras: "Mas, ao mesmo tempo, o simples fato desta descoberta não tendia necessariamente a dar-lhe um sentimento mais elevado de sua verdadeira dignidade intelectual, fazendo-o apreciar toda a importância de seus meios reais, convenientemente empregados, pela imensa dificuldade que nossa posição, no mundo de que fazíamos parte, opunha à aquisição exata e certa de semelhante verdade?" **14**

Comte divide a astronomia em geométrica (onde trata dos fenômenos geométricos elementares dos corpos celestes, da teoria do movimento da Terra e das leis de Kepler) e mecânica, onde estuda detidamente a gravitação universal.

Segue-se como terceira ciência a física<sup>15</sup>, em relação à qual Comte procurou fixar limites rígidos ao seu desenvolvimento futuro, o que levaria seus seguidores a chocar-se frontalmente com o curso real do progresso da ciência.

Tratando desse aspecto, a propósito da crítica que Otto de Alencar (1874/1912) desenvolveu ao pensamento de Comte, Amoroso Costa (1885/1928) teria oportunidade de assinalar: "Para o filósofo (emprego as suas próprias expressões), a ciência fundamental está radicalmente esgotada com a construção da Mecânica Celeste, termo de sua evolução normal." Comte entendeu que a ciência estava esgotada.

**14** 23ª. Lição, Livro 1, pp. 87-8.

**15** Conceituada deste modo na 28ª. Lição: "A física consiste em estudar as leis que regem as propriedades gerais dos corpos, ordinariamente considerados como massa, e constantemente colocados em circunstâncias susceptíveis de manter intacta a composição de suas moléculas, e mesmo, mais frequentemente, seu estado de agregação."

Continuando, Amoroso Costa diz: "Nada justifica a invasão do domínio matemático pelas abstrações desprovidas de racionalidade e de dignidade, que nele faz prevalecer a anarquia acadêmica; só resta agora elaborar uma sistematização final subordinada ao conjunto dos conhecimentos humanos." **16**

Nesse mesmo texto, Amoroso Costa enumera os desenvolvimentos da matemática que superaram inteiramente a visão comtiana, para acrescentar: "Note-se que não aludo aqui senão aos progressos da ciência que contribuíram diretamente para quebrar os limites decretados pela Síntese." A Síntese proposta por Comte encerrava o desenvolvimento da ciência. Continua: "Que diria Comte se pudesse imaginar o sucesso das geometrias não euclidianas e dos espaços a mais de três dimensões; das funções estranhas cujas singularidades parecem desafiar a intuição; da Mecânica da relatividade; do monumento que já é hoje a Física matemática, não falando da Astronomia estelar e ..." Finaliza com uma observação contundente: "de todas as questões, enfim, que vedou ao método matemático, em nome de uma vaga sociologia." **17**

Em relação á quarta ciência, a química, tampouco Comte conseguiu prever os seus desdobramentos. Na época de Comte, a biologia ainda não se achava constituída como ciência. Sob denominação de fisiologia considera, como indicamos, matéria introdutória às ciências dos corpos vivos. Nas lições dedicadas a esta como ciência autônoma, estuda a fisiologia intelectual e ativa, que desdobra: 1º.) no exame das teorias antigas e, 2º.) na exposição da teoria positiva. Na verdade pretende agrupar segmentos diversos que posteriormente constituíram-se como ciência independentes, a exemplo da evolução das espécies.

**16** Conferência sobre Otto de Alencar (1918) in *As idéias fundamentais da matemática e outros ensaios*, 3ª. ed., São Paulo, Convívio, 1981, pp. 71-72.

**17** Idem.

No *Curso* recusa as idéias de Lamarck **18**, e não sabe efetivamente como lidar com os fenômenos psíquicos, negando estatuto científico à psicologia. Acerca dessa última questão, escreveria nessa obra: "Se se considera as funções intelectuais sob o ponto de vista estático, seu estudo somente pode consistir na determinação das condições orgânicas de que dependem: forma assim uma parte essencial da anatomia e da fisiologia." Sob o ângulo estático, as funções intelectuais pertenceriam à anatomia e fisiologia. No que respeita à dinâmica, diz: "Considerando-as sob o ponto de vista dinâmico, tudo se reduz a estudar a marcha efetiva do espírito humano, pelo exame dos procedimentos realmente empregados para obter os diversos conhecimentos exatos que já foram adquiridos, o que constitui essencialmente o objeto geral da filosofia positiva." Transfere do aspecto singular da pessoa humana para o coletivo, quando atribui à "marcha do espírito humano". Conclui: "Numa palavra, encarando todas as teorias científicas como grandes fatos lógicos, é unicamente pela observação aprofundada desses fatos que se pode chegar ao conhecimento das leis lógicas." Entende que só existem duas perspectivas gerais: "Tais são evidentemente as duas únicas vias gerais, complementares uma à outra, pelas quais se pode chegar a algumas noções racionais verdadeiras sobre os fenômenos intelectuais. Vê-se, pois, que sob nenhuma consideração não há lugar para essa psicologia ilusória, última transformação da teologia, que se tenta inutilmente reanimar em nossos dias." Comte não percebeu a psicologia e entende que ela nada tem de ciência, sendo em última análise um fenômeno da teologia. Conclui: "e que, sem se inquietar nem do estudo fisiológico de nossos órgãos intelectuais, nem da observação dos procedimentos racionais que

**18** A origem das espécies, de Darwin, é de 1859, dois anos depois da morte de Comte, distancia-se muito menos da realidade do que é costume supor: pois, sob o ponto de vista político, os verdadeiros sucessores desses ou daqueles povos são certamente aqueles que, utilizando e dando prosseguimento aos seus esforços primitivos, prolongaram seus progressos sociais, qualquer que seja o território em que habitem, e mesmo a raça de que provêm; numa palavra, é sobretudo a continuidade política que deve regular a sucessão sociológica, ainda que a comunidade de pátria possa influir extremamente, nos casos ordinários, sobre essa continuidade. Mas, sem empreender aqui semelhante exame, reservado naturalmente a um tratado especial, onde a idéia da nação ou de povo seria diretamente submetida à análise positiva, basta ao nosso objetivo empregar

habitualmente a hipótese proposta, a título de simples artifício científico, cuja utilidade não é contestável. Ed. Cit., Livro IV, pp. 191-2.

dirigem efetivamente nossas diversas investigações científicas, pretende chegar à descoberta de leis fundamentais do espírito humano, contemplando-o em si mesmo, isto é, fazendo completa abstração das causas e dos efeitos." **19**

O processo de constituição do pensamento científico coroa-se com a elaboração da sociologia. Esta se constitui a partir de um conjunto de hipóteses que, na visão de Comte, estariam estabelecidas com todo rigor. Esquemáticamente poderiam ser formuladas do seguinte modo: 1ª.) É possível conceber o processo de evolução da humanidade como dizendo respeito a um povo único, abstração que permitiria compreender as leis fundamentais que regem aquela evolução; 2ª.) Entendida como totalidade, a humanidade deve estar sujeita às leis da evolução dos seres biológicos em geral; e, 3ª.) A evolução do espírito humano coincide com os ciclos porque passa a humanidade, o que possibilita caracterizá-los com inteira precisão. No que respeita à idéia de conceber a humanidade, com um ser único, Comte teria oportunidade de afirmar o seguinte: "Para fixar mais convenientemente as idéias, importa estabelecer preliminarmente, por uma indispensável abstração científica, seguindo o feliz artifício judiciosamente estabelecido por Condorcet, a hipótese necessária de um povo único, ao qual seriam idealmente atribuídas as modificações sociais consecutivas efetivamente observadas entre populações distintas. Esta ficção racional." **20**

O método histórico permite empreender uma ampla sistematização da evolução da humanidade, método que é assim caracterizado na própria 48ª. Lição: "A comparação histórica dos diversos estados consecutivos da humanidade não constitui apenas o principal artifício científico da nova filosofia política: seu desenvolvimento racional formará também o fundamento mesmo da ciência, no que poderá oferecer de mais característico, sob todos os aspectos. É sobretudo deste modo que a ciência sociológica deve, em primeiro lugar, distinguir-se profundamente da ciência fisiológica propriamente dita. "A sociologia fundada por Comte utilizará a composição entre os fatos históricos para medir sua evolução e fundamentar esta ciência.

**19** 1ª. Lição, Livro I, pp. 18-9.

**20** Na 48ª. Lição do *Curso*.

Em seqüência diz: "Com efeito, o princípio positivo desta indispensável separação filosófica resulta desta influência necessária das diversas gerações humanas sobre as gerações subseqüentes, que, gradualmente acumulada de maneira contínua, termina finalmente por constituir a consideração preponderante do estudo direto do desenvolvimento social." Acreditando no desenvolvimento científico da sociedade, mas ressalvando que esta deve levar algum tempo para atingir o estado positivo, diz: "Enquanto esta preponderância não seja imediatamente reconhecida, este estudo positivo da humanidade deve racionalmente parecer um simples prolongamento espontâneo da história natural do homem." Concluindo, Comte afirma: "Mas pela criação espontânea deste novo ramo essencial do método comparativo fundamental, a sociologia terá também aperfeiçoado, por seu turno, segundo um modo que lhe estava exclusivamente reservado, o conjunto do método positivo, em proveito comum de toda a filosofia natural, e de maneira que a alta importância científica pode apenas ser entrevista, atualmente, mesmo pelos melhores espíritos." **21**

A adequada ordenação dos fatos históricos, identificando, pela observação, aquelas disposições que se expandem e evoluem, acarretando em contrapartida o declínio infinito da disposição oposta, asseguram escreverá logo adiante, na mesma Lição: "que os movimentos da sociedade, e mesmo os do espírito humano, podem ser realmente previstos." Cientificismo a toda prova, continua Comte: "(...) numa certa medida, para cada época determinada e sob cada aspecto essencial, mesmo em relação àquilo que aparece à primeira vista como o mais desordenado, a partir de um exato conhecimento prévio do sentido uniforme, das modificações graduais indicadas por uma judiciosa análise histórica, passando sempre, em conformidade com o espírito da ciência, dos fenômenos mais ao menos compostos." **22**

O enunciado básico da lei dos três estados encontra-se na Primeira Lição e tem o seguinte teor: "Estudando o desenvolvimento total da inteligência humana em suas diversas esferas de atividade, desde sua primeira manifestação até os nossos dias, creio haver descoberto uma grande lei fundamental, à qual está sujeito por uma necessidade invariável, e que parece poder ser solidamente estabelecida, seja pelas provas racionais fornecidas pelo conhecimento de nossa organização, seja

**21** Na 48ª. Lição, pp. 236-7

**22** Idem.

pelas verificações históricas resultantes de exame atento do passado.” Os pressupostos da lei estão caracterizados. Continua: “Esta lei consiste em que cada uma das nossas concepções passa sucessivamente por três estados teóricos diferentes: estado teológico ou fictício; estado metafísico ou abstrato; e estado científico ou positivo. Definida a lei, explica seu conteúdo na seqüência: “Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente em cada uma de suas investigações três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: enfim, o método positivo. “Define como o espírito humano processa os conhecimentos e conclui: “Daí três espécies de filosofia, ou de sistemas gerais de concepções sobre o conjunto dos fenômenos, que se excluem mutuamente; a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; o terceiro seu estado fixo e definitivo; o segundo é unicamente destinado a servir de transição.” **22**

O estado teológico manifesta, espontaneamente, uma predileção característica pelas questões mais insolúveis e mais radicalmente inacessíveis a toda investigação decisiva. Assim, passa sucessivamente do fetichismo (atribuição a todos os corpos exteriores uma vida essencialmente análoga à nossa), ao politeísmo e ao monoteísmo. E com este “começa o inevitável declínio”.

O estado metafísico apresenta a singularidade de possuir muitos pontos de contato com o precedente teológico ao mesmo tempo em que aponta na direção do estado positivo. Escreve Comte a esse propósito: “Como a teologia, com efeito, a metafísica tenta sobretudo explicar a natureza íntima dos seres, a origem e o destino de todas as coisas, o modo essencial de produção de todos os fenômenos.” Explica do que se ocupa a metafísica e, em seguida, compara-a à teologia. “Mas, em lugar de empregar os agentes sobrenaturais propriamente ditos, os substitui cada vez mais por entidades ou abstrações personificadas, cujo uso, verdadeiramente característico, sempre permitiu designá-la pelo nome de ontologia.” Identifica na metafísica o que poderíamos chamar de método, e a critica: “A eficácia histórica dessas entidades resulta diretamente de seu caráter equívoco; pois, em cada um desses seres metafísicos, inerentes aos corpos correspondentes sem com eles se confundir, pode o espírito, à vontade, segundo esteja mais próximo do estado teológico que do positivo, ver uma verdadeira emanção da

potência sobrenatural ou uma simples denominação abstrata do fenômeno considerado.”

**23** 1ª. Lição do *Curso de filosofia positiva*, Augusto Comte.

Conclui sobre o estágio da metafísica em relação ao estado positivo: “Não é mais a pura imaginação que domina e não é ainda a verdadeira observação; mas o raciocínio adquire aqui uma larga extensão e prepara-se confusamente para o exercício verdadeiramente científico.” **24** Agora a humanidade alcança a subordinação necessária e permanente da imaginação à observação. A par disto, apresenta a tendência constante e irreversível a tornar necessariamente relativas todas as noções que, precedentemente, eram consideradas como necessárias e absolutas. Parece a Comte, finalmente que todas as línguas ocidentais atribuem à palavra positivo estes significados: realidade, utilidade, certeza e precisão. E ainda, um quinto sentido assim apresentado: “Uma última acepção universal caracteriza sobretudo a tendência orgânica do espírito positivo, de maneira a separar, apesar da aliança preliminar, do simples estado metafísico, que nunca pode ser crítico, assim se anuncia a destinação social do positivismo, para substituir o teologismo no governo espiritual da humanidade.” Parece a Comte, nesse momento, que a última acepção universal enunciava o positivismo. E continua: “Esse quinto significado do título essencial da sã filosofia conduz naturalmente ao caráter sempre relativo do novo regime intelectual, pois que a razão moderna não pode cessar de ser crítica em relação ao passado senão renunciando a todo princípio absoluto.” O relativismo intelectual é um pressuposto da ciência e Comte o adota como pressuposto do positivismo. Mais a frente diz: “Quando o público ocidental sentir esta última conexão, não menos real que as precedentes, embora mais escondida, positivo tornar-se-á em toda parte inseparável de relativo, como é hoje de orgânico, de preciso, de certo, de útil e de real.” **25**

Com o *Curso de filosofia positiva*, Augusto Comte coroa uma importante etapa de sua obra que, de certa forma, inaugura o que a posteridade chamou de Filosofia Científica ou Científico-positiva. Essa parcela seria dissociada da parte restante por um de seus principais discípulos: Emile Littré (1801/1881), e teve muitos desdobramentos, a saber: John Stuart Mill (1806/1873) proporcionou-lhe uma teoria do conhecimento; Herbert Spencer (1820/1903) separou os propósitos reformistas de Comte daquilo que deveria constituir a ciência da sociedade e Roberto Ardigó (1828/1920) dotou-a de uma teoria moral.

24 Idem.

25 Idem.

## 2 – A proposta de um positivismo pedagógico

O programa de estruturar as então denominadas ciências morais à imagem e semelhança das ciências da natureza, havia sido formulado por Condorcet (1743/1794) na obra *Esquise d'un tableau historique des progrès de l'esprit humaine*, publicada postumamente em 1795. Esse projeto foi acalentado por diversos outros pensadores, o mais notável dos quais seria Saint Simon (1760/1825), de quem Comte chegou a ser secretário em sua juventude. Assim, quando apareceu o último volume do *Curso de filosofia positiva*, em 1842, Augusto Comte estava certo de que o mundo científico logo o reconheceria como o Newton das ciências sociais. Tal entretanto, não ocorreu.

Na visão de Comte, o evento decorria do comprometimento do que se poderia chamar de comunidade científica para usar uma expressão contemporânea com aquilo que ele caracterizou como estado metafísico. Essa constatação equivalia a uma outra; o estado positivo não seria plasmado historicamente de modo espontâneo. Era preciso o que Marx designou como sendo o "parteiro da História". Do mesmo modo que Marx, Comte também voltou-se para o proletariado. Certamente os dois não tinham entendimento idêntico quanto à camada social que efetivamente mereceria a denominação. Em Comte não é certamente a classe operária, ou pelo menos não apenas esta. É provável que tivesse em mente o que no século XVIII chamou-se de "terceiro estado".

O projeto de Comte consiste em educar o proletariado no que denominaria de estado positivo. Este projeto pedagógico está formulado no *Discurso sobre o espírito positivo* (1844), onde apresenta a Biblioteca do Proletário, com a indicação de obras que, desde Aristóteles, contribuíram para a instauração do saber positivo, a serem lidas e estudadas.

O *Discurso sobre o espírito positivo* foi publicado em Paris em 1844. A obra que inicialmente fazia parte do *Tratado filosófico de astronomia popular*, sendo seu preâmbulo, acabou tornando-se aquela obra ordenadora do pensamento comtiano. A tradução brasileira menciona, na nota do tradutor, o seguinte: "O texto original de que me utilizei é constituído por um só capítulo de 108 páginas, sem nenhuma

subdivisão que lhe torne mais fácil e mais amena a leitura". Mais adiante, continua: "A Sociedade Positivista de Paris, ao publicar, em 1908 uma nova edição do *Discurso*, introduziu nele partes, subdivididas em capítulos e seções. Além disso, numerou as linhas ou parágrafos, seguindo uma série única de 1 a 79". **26** Portanto, as referências neste trabalho são as da tradução anteriormente citada.

O *Discurso* está dividido em quatro partes, a saber: 1 – Superioridade Mental do Espírito Positivo, dividida em três capítulos, sendo que o primeiro trata da Lei dos Três Estados: teológico, metafísico e positivo; no segundo, ocupa-se do destino do Espírito Positivo, constituição da Harmonia Mental, Harmonia entre a Ciência e a Arte e, por fim, a Incompatibilidade da Ciência com a Teologia; no terceiro compara os atributos do Bom Senso e do Espírito Positivo; 2- Superioridade Social do Espírito Positivo, igualmente dividida em três capítulos, sendo que o primeiro trata da Aptidão do Espírito Positivo para Resolver a Crise Social, fala da impotência das escolas atuais; Conciliação Positiva da Ordem e do Progresso; no segundo trata da Sistematização da Moral Humana, mostra a evolução da Moral Positiva, necessidade de independência da Moral em relação à Teologia e à Metafísica, e por fim da necessidade de um Poder Espiritual Positivo; no terceiro trata do Surto do Sentimento Social, mostra que a teologia e a metafísica estimulam o egoísmo e que o positivismo é altruísta e coletivo; 3 – Condições do Advento da Escola Positiva, dividida em três capítulos, sendo que o primeiro trata da Instituição de um Ensino Popular, no segundo da Necessidade de uma Educação Universal e, por último, do Destino Essencialmente Popular da Instrução Positiva. Conclusão: Aplicação da Astronomia nesta parte. Comte revela que o ensino popular deve referir-se à Astronomia até que o ensino sistemático e completo se torne oportuno. E, por fim, diz: "A utilidade desta ciência está ligada à sua influência histórica; pois foi a Astronomia, antes da Sociologia, o principal motor das grandes revoluções intelectuais da Humanidade". **27**

Destacamos da terceira parte do *Discurso* **28**, onde o autor trata das Condições do Advento da Escola Positiva, o capítulo sobre a Instituição de um Ensino Popular Superior. O primeiro parágrafo trata das correlações entre a propagação das noções positivas e as disposições do meio atual.

Entendendo ser a Escola Positiva superior a todas as escolas filosóficas existentes e, mais, que hoje a anarquia verificada deve-se a essas mesmas escolas filosóficas, considerou que havia chegado a hora de mudar. A diferença entre a Escola Positiva e as demais é que esta propõe que haja um movimento mental, ou seja, racional dos fatos sociais.

**26** Discurso sobre o espírito positivo, tradução de Renato Rodrigues Pereira e Ivan Lins, Editora Globo/Editora Universidade de São Paulo, 1976, pp. XIV.

**27** Idem.

**28** Pp. 91 a 107 da obra citada.

Acreditando ter racionalizado a ciência social, ele entende que a adoção da Escola Positiva impõe a ordem, pois o seu sucesso será conhecido com o decorrer das mudanças.

É o próprio Comte que diz: "Na época atual, por falta de uma base racional suficiente e enquanto durar a anarquia intelectual, elas não podem ter uma existência eficaz senão com um caráter puramente provisório ou transitório". É clara a crença de que é possível racionalizar a sociedade impondo-lhe ordem e, na seqüência, diz: "Destinada a dissipar, enfim, esta desordem fundamental, pelas únicas vias que a possam dominar, esta nova escola carece, antes de tudo, da manutenção contínua da ordem material, tanto interna como externa, sem a qual nenhuma grave meditação social poderia ser convenientemente acolhida ou mesmo suficientemente elaborada". **29**

Essa proposta de ordem trouxe para a escola a observação de que ela era conservadora, uma vez que reformaria a sociedade sem revolução. Isso sem dúvida consolidaria o poder nas mãos dos atuais detentores, pois descoberto o caminho era só segui-lo.

O advento da Escola Positiva será obstaculizada pelos espíritos teológicos e metafísicos, que necessariamente terão que evoluir para ingressarem no espírito positivo. Essa evolução, por representar o abandono de posições mentais já fundamentadas, representa um enorme obstáculo. Os cientistas em geral na França, tinham sua formação parcial sobre o todo, isto é, eram especialistas; isso representava um obstáculo ao espírito positivo que propunha uma síntese, ou seja, uma totalidade até então não experimentada pela maioria dos homens da ciência. Comte diz: "Assim, a nova filosofia, que exige diretamente do espírito de conjunto, e que faz prevalecer para sempre a ciência nascente do desenvolvimento social sobre todos os estudos hoje constituídos, há de encontrar profunda antipatia, a um tempo ativa e passiva, nos preconceitos e nas paixões da única classe que lhe poderia oferecer diretamente um ponto de apoio especulativo e do qual não deve esperar durante muito tempo, senão simples adesões individuais, além de mais raras aí do que em qualquer outra parte". Comte prevê a não adesão da maioria dos intelectuais da sua época à proposta positivista.

29 Idem.

Ele continua: "Esta preponderância empírica do espírito de minúcia na maior parte dos cientistas atuais e sua cega antipatia por toda e qualquer generalização, acham-se muito agravadas especialmente em França, por sua reunião habitual em academias onde os diversos preconceitos analíticos se fortificam mutuamente, e onde, além disto, mui frequentemente se desenvolvem interesses abusivos, aí se organizando uma espécie de insurreição permanente contra o regime sintético que deve prevalecer de agora em diante". Comte atribui às especializações e reuniões em academias a falta de espírito de conjunto no saber da sua época. Finaliza então: "O instinto de progresso que caracterizava, há cerca de meio século, o gênio revolucionário, havia confusamente sentido estes perigos essenciais, de modo a determinar a supressão direta dessas companhias atrasadas, que, convindo somente à elaboração preliminar do espírito positivo, se tornavam cada vez mais hostis à sua sistematização final". 30

O segundo parágrafo trata da universalidade necessária deste ensino. Uma das formas de vencer as resistências seria a divulgação sistemática dos principais estudos científicos junto à "massa ativa". A formação em França era por profissões, ou seja, especialidades, isso tornava o acesso ao conhecimento universal um entrave.

A divulgação geral da Escola Positiva traria uma renovação no espírito científico da época e prepararia a opinião pública para a evolução pretendida. Comte entendia que era necessário apelar ao bom senso universal, pois os espíritos da época estavam calcados na especialidade e tinham uma visão apenas parcial e voltada para uma profissão. Todos deveriam tomar conhecimento do conjunto das noções reais que se tornariam a base sistemática da sabedoria humana. Comte diz que: "Assim, a universal propagação dos principais estudos positivos não é somente destinada hoje a satisfazer uma necessidade já muito pronunciada no público, que sente, mais e mais, não serem as ciências reservadas exclusivamente aos sábios, existindo sobretudo para ele mesmo".

Sentindo que suas propostas não alcançavam o pretendido, começa a estendê-las para outros seguimentos, e continua: "Por uma feliz reação espontânea, semelhante destino, quando for convenientemente desenvolvido, deverá melhorar por completo o espírito atual, despojando-o de sua especialidade cega e dispersiva, para fazê-lo adquirir, pouco a pouco, o verdadeiro caráter filosófico indispensável à sua principal missão".

**30** *Discurso sobre o espírito positivo*, Augusto Comte.

Entende Comte que o tempo fará com que os sábios, após deixarem suas especialidades cegas, acolham suas idéias e ajudem a melhorar o que ele chama de "espírito atual", e diz: "Este caminho é mesmo o único que possa, em nossos dias, constituir gradualmente, fora da classe especulativa propriamente dita, um vasto tribunal espontâneo, tão imparcial como irrecusável, formado pela massa dos homens sensatos". A convocação é para todos e a intenção é conquistar um universo cada vez maior de adeptos às suas propostas, e diz: "(...) tribunal diante do qual virão extinguir-se, de modo irrevogável, muitas opiniões científicas falsas, que as vistas peculiares à elaboração preliminar dos dois últimos séculos, misturaram profundamente às doutrinas verdadeiramente positivas, que serão por elas submetidas ao bom senso universal. **31**

O parágrafo terceiro trata do destino essencialmente popular deste ensino. O povo é a parte da sociedade mais numerosa e ele nunca recebeu nada análogo ao espírito positivo, quando muito os princípios teológicos foram introduzidos. Portanto, essa parcela da sociedade é a que apresenta melhores condições para absorver o espírito positivo e tê-lo como principal instrumento de apoio, tanto mental como social. O destino popular do ensino é assim apresentado por Comte: "A fim de assinalar melhor esta tendência necessária, uma íntima convicção, a princípio intuitiva, depois sistemática, me determinou, há muito, a representar sempre o ensino exposto neste trabalho como sendo dirigido principalmente à classe mais numerosa". Comte percebe que, rejeitado pelos sábios, o destino de suas propostas é o povo, e continua: "(...) que nossa situação deixa desprovida de toda instrução regular, em consequência do desuso crescente da instrução puramente teológica que, substituída provisoriamente, só para os letrados por uma certa instrução metafísica e literária, não pôde receber, sobretudo na França, nenhum equivalente análogo para a massa popular". Reconhece que não há uma educação popular na França e propõe aquela que entende ser mais moderna, a sua, e diz: "A importância e a novidade de semelhante disposição constante, meu vivo desejo de que seja convenientemente apreciada, e mesmo, se ousar dizê-lo, imitada, obriga-me a indicar aqui os principais motivos deste contato especial que a nova escola filosófica deve, assim, instruir hoje com os proletários, sem que todavia o seu ensino exclua jamais qualquer outra classe". **32**.

**31** *Idem.*

**32** *Idem.*

O alheamento do povo ao sistema de educação geral, torna-o mais bem preparado para receber o espírito positivo. Uma consideração a ser feita é a de que há uma ausência de cultura especulativa no povo. Essa situação, segundo Comte, era uma vantagem aos espíritos populares. Ele assim se expressa: "Uma primeira consideração que importa aprofundar, embora sua natureza seja sobretudo negativa, resulta, a este respeito, de uma judiciosa apreciação do que, à primeira vista, parece apresentar grave dificuldade, isto é, a ausência atual de toda cultura especulativa".

A falta de uma "cultura especulativa" trará a vantagem de podermos iniciá-los corretamente, pensava Comte, e continua: "Sem dúvida é lamentável, por exemplo, que este ensino popular de filosofia astronômica ainda não encontre entre todos aos quais especialmente se destina, alguns conhecimentos matemáticos preliminares, que haviam de torná-lo ao mesmo tempo mais eficaz e mais fácil e cuja existência sou mesmo forçado a supor".

Fala sobre filosofia astronômica e reconhece que é possível melhorá-la. Para isso propõe: "Mas a mesma lacuna se encontraria também na maior parte das outras classes atuais, nesta época em que a instrução positiva se acha limitada, em França, a certas profissões especiais que se ligam essencialmente à Escola Politécnica ou às escolas de medicina". Reconhece ainda que há falha no ensino das classes intelectualizadas, não havendo portanto, nenhum obstáculo intransponível para o ensino popular, e conclui: "Não é, portanto, isso uma falha verdadeiramente peculiar aos nossos proletários. Quanto a faltar habitualmente esta espécie de cultura regular que as classes letradas hoje recebem, não temo cair em exagero filosófico, afirmando resultar daí, para os espíritos populares, notável vantagem, em vez de real inconveniente".

**33**

O que se deduz dessa consideração é que os letrados da época estavam influenciados e teriam dificuldades de ingressarem na Escola Positiva. A educação atual não prepara para a vida "real" e gera uma perturbadora ação social que impede compreender a sociabilidade moderna. Comte, ainda no mesmo capítulo diz: "A inaptidão para a vida real, o desdém pelas profissões vulgares, a incapacidade de convenientemente apreciar qualquer concepção positiva, e a antipatia que daí logo resulta, frequentemente os dispõe hoje a secundar estéril agitação metafísica que inquietas pretensões pessoais, desenvolvidas por essa desastrosa educação".

**33** *Idem.*

A análise sobre a educação é decorrente da rejeição havida sobre suas propostas, não que não pudesse ter razão, entretanto é preciso assinalar o contexto da crítica, em seqüência ele diz: "(...) não tardam a tornar politicamente perturbadora sob a influência direta de viciosa erudição histórica, que, fazendo prevalecer uma falsa noção do tipo social peculiar à antiguidade, comumente impede compreender a sociabilidade moderna". Especifica que a erudição viciosa impedia de compreender a modernidade e diz: "Considerando que quase todos os que, a diversos respeitos, dirigem os negócios humanos, foram para tal fim assim preparados, não nos pode causar surpresa a vergonhosa ignorância que amiúde manifestam sobre os assuntos mais insignificantes, mesmo materiais". A especialização, segundo Comte, impediria a compreensão por parte daqueles que estavam dirigindo os negócios, e conclui: "(...) nem sua freqüente disposição a desprezar o fundo pela forma, colocando acima de tudo a arte de bem dizer, por mais contraditória ou perniciosa que se torne a sua aplicação, nem também nos pode surpreender a tendência especial das nossas classes letradas a acolher avidamente todas as aberrações que diariamente surjam de nossa anarquia mental". **34**

O povo, outrora, foi dominado pela teologia especialmente católica, tendo a metafísica apenas deslizado sobre ele. Portanto, só a filosofia positiva poderá apoderar-se radicalmente. O povo, sem dúvida, está muito mais próximo dessa disposição preparatória para a positividade racional. Segundo Comte, existe uma inclinação natural para a "sã filosofia" das inteligências populares, resultante do tipo de trabalho e destino social do povo, pois sua condição o aproxima dos filósofos intelectual e moralmente. Os proletários, povo, são aqueles que têm contato mais direto com a natureza e por isso tem maior facilidade para compreender a ciência real.

O próprio Comte afirma: "Examinando sob um aspecto mais íntimo e mais duradouro, esta inclinação natural das inteligências populares para a sã filosofia, reconhece-se facilmente que ela deve resultar da solidariedade fundamental que, segundo nossas explicações anteriores, liga diretamente o verdadeiro espírito filosófico ao bom senso universal, sua primeira fonte necessária". Atribui ao bom senso a proximidade entre o povo e a sã filosofia, e continua: "Este bom-senso, com efeito, tão justamente preconizado por Descartes e por Bacon, deve achar-se hoje mais puro e mais enérgico entre as classes inferiores, em virtude mesmo desta feliz falta de cultura escolástica que as torna menos acessível aos hábitos vagos ou sofisticos".

**34** *Idem.*

O bom senso estaria mais nas classes populares, uma vez que estas estão fora da educação escolástica, ou seja, por estarem fora do padrão da época estariam mais preparadas para receber um ensinamento novo, e conclui: "(...) mas a esta diferença passageira, que será gradualmente dissipada por melhor educação das classes letradas, é preciso juntar uma outra necessariamente permanente, relativa à influência mental das diversas funções sociais peculiares às duas ordens de inteligências, conforme o caráter respectivo de seus trabalhos habituais". **35**

A aproximação dos filósofos com o povo, mostrará harmonias mentais e afinidades morais de grande monta. A sistematização das relações gerais entre esses dois extremos da sociedade, que será estabelecido pela ciência real, trará grande felicidade pessoal. Comte diz, textualmente: "Há de encontrar aí, ao mesmo tempo, afinidades morais não menos preciosas do que estas harmonias mentais, em consequência do comum desinteresse material que espontaneamente aproxima nossos proletários da verdadeira classe contemplativa, pelo menos quando esta houver adquirido enfim os costumes correspondentes ao seu destino social". As classes populares e os positivistas estariam próximos pelo desinteresse material, aí constata-se uma pregação religiosa, continua: "Esta feliz disposição, tão favorável à ordem universal como à verdadeira felicidade pessoal, há de granjear um dia grande importância normal, em virtude da sistematização das relações gerais que devem existir entre estes dois elementos extremos da sociedade positiva". Acreditando na sistematização das relações dentro da sociedade, entende que encontrou o elo entre duas classes importantes, e diz: "Mas desde já ela pode facilitar essencialmente sua união nascente, aproveitando a pouca folga que as ocupações diárias deixam aos nossos proletários para sua instrução especulativa". Prega uma aproximação imediata pela instrução especulativa e continua: "Se, em alguns casos excepcionais de extrema sobrecarga, esse contínuo obstáculo parece, com efeito, dever impedir todo desenvolvimento mental, ele é ordinariamente compensado por este caráter de judiciosa imprevidência que, em cada interrupção natural dos trabalhos obrigatórios, concede ao espírito uma plena disponibilidade". Trabalhar não desestimula a classe popular, ao contrário, os trabalhos obrigatórios antes disponibilizam o espírito. Analisa na seqüência o porquê disso: "O verdadeiro lazer não deve faltar habitualmente senão à classe que acredita possuí-lo especialmente, porque, em razão mesmo de sua riqueza e de sua oposição, ela se acha comumente preocupada por ativas inquietações, que jamais comportavam verdadeira calma intelectual e moral".

**35** *Idem.*

Ora, a classe popular trabalha mas não precisa afligir seu pensamento, e aí diz: "Este estado deve ser fácil, ao revés, quer aos pensadores, quer aos operários, em virtude de sua comum isenção espontânea dos cuidados relativos ao emprego dos capitais, sem falar na regularidade natural da sua vida diária". **36**

O ensinamento positivo, quando tiver atuado, sobre os proletários, povo, gerará condição indispensável ao termo gradual da renovação filosófica. É entre eles que esse estudo poderá tornar-se mais puramente especulativo pela ausência de preconceitos, mais comum entre os letrados. Comte assim se expressa: "É, pois, entre os proletários, logo que estas tendências mentais e morais tiverem convenientemente atuado, que se há de realizar, com mais eficácia, a universal propagação do ensino positivo, condição indispensável ao termo gradual da renovação filosófica". Os proletários, após receberem os ensinamentos positivos, farão a renovação social, e conclui: "É também entre eles que o caráter contínuo de semelhante estudo poderá tornar-se mais puramente especulativo, porque se achará aí mais isento das vistas interessadas que lhe aplicam, mais ou menos diretamente, as classes superiores, quase sempre preocupadas com cálculos ávidos ou ambiciosos". **37**

A ciência real incutir-lhe-á um sentimento de felicidade por poderem compreender sua importância dentro do conjunto humano. Portanto, a sistematização do conhecimento positivo não gerará ação perturbadora como ocorre com o desastrosos ensino atual. A filosofia positiva é a única capaz de possibilitar uma política popular.

Comte assim se expressa: "Apesar da alta importância dos diversos motivos precedentes, considerações ainda mais poderosas, oriundas das necessidades coletivas peculiares à condição social dos proletários, não de determinar as inteligências populares, movidas pelo seu ardor contínuo relativo à universal propagação dos estudos reais, a secundar hoje a ação filosófica da escola positiva". A classe popular é que implantará uma política popular, e conclui: "Semelhantes considerações podem assim ser resumidas: não pôde até aqui existir uma política especialmente popular e só a nova filosofia pode constituí-la". **38**

O estabelecimento dessa política gerará equilíbrio social. É bom lembrar que o pressuposto da Escola é que haja tranquilidade social para ocorrer a evolução.

**36** *Idem.*

**37** *Idem.*

**38** *Idem.*

No *Discurso*, Comte apresenta a Biblioteca do Proletário. O criador do positivismo entendia que essa classe estava mais apta para receber os ensinamentos reais, uma vez que não estava contaminada pela escolástica. Após não ter obtido a consagração, que por certo esperava, dos intelectuais do seu tempo, voltou-se para o proletário. O sistema universal de leituras, recomendado por Comte, era composto de 150 obras.

O primeiro bloco compreende a literatura clássica grega, abrangendo desde os textos de Homero, *Ilíada & Odisséia*; ao teatro de Ésquilo; Sófocles; Aristófanes; Píndaro e Teócrito. No que se refere à literatura latina, começa com Plauto e Terêncio, abrangendo também Virgílio, Horácio, Ovídio, Lucano, Tíbulo e Juvenal. Na maioria dos casos não se trata da obra completa dos autores citados. Comte menciona também as traduções de sua preferência. No caso da Idade Média, inclui as fábulas recolhidas por Legrand d'Aussy, que devia ser um autor conceituado na época. Além destas, a obra de Dante. Para dar uma idéia da cultura do período considerado, recorre também a autores posteriores como Lodovico Ariosto e Torquato Tasso, poetas italianos do século XVI; e, ainda, ao teatro de Vittorio Alfieri e Petro Metastasio, autores do século XVIII.

Á luz as obras relacionadas e que aqui estamos comentando brevemente, infere-se que Comte não atribuía maior relevância ao Renascimento. Na ordem da exposição menciona a obra de Petrarca, Cervantes e a peça *Os noivos de Manzone*, que de alguma maneira deve tê-lo impressionado. Shakespeare está referido depois dos textos adiante indicados.

Segue-se um conjunto de autores espanhóis e franceses, a saber: a) O Teatro Espanhol, na seleção de José Segundo Flores; b) O Romanceiro Espanhol, ambos editados em francês; c) Quanto aos autores franceses, compreende o teatro escolhido de Corneille, teatro completo de Moliere, peças escolhidas de Racine e Voltaire, as fábulas de Lafontaine; Lamott e Florian, conhecida obra de Lesage Gil Blas de Santillana e, ainda, *A Princesa de Cleves* de Lafayette, Paulo e Virginia, de Saint-Pierre.

Na parte final deste bloco os autores são predominantemente modernos, com a ressalva antes mencionada de que abrange o teatro completo de Shakespeare.

A relação de Comte inclui: *Os mártires*, de Chateaubriand<sup>39</sup>; *O paraíso perdido* e as poesias líricas, de Milton; *Robison Crusóé*, de Daniel Defoe, e *O vigário de Wakefield*, de Oliver Goldsmith<sup>40</sup> *Tom Jones*, de Fielding; as principais obras de Walter Scott, obras escolhidas de Byron e Goethe e, finalmente, *As mil e uma noites*. No segundo bloco, que está dedicado à ciência, Comte adota o partido de indicar os expositores e não os próprios autores. Assim, por exemplo, a sua relação não inclui os *Elementos*, de Euclides; *Os princípios matemáticos da filosofia da natureza*, de Isaac Newton. A exceção reside nos autores modernos como Lavoisier e Bichat e, dentre os antigos, apenas Hipócrates.

Os Livros mencionados são os seguintes:

- *A aritmética*, de Condorcet
- *A álgebra e a geometria*, de Clairant
- *A trigonometria*, de Lacroix (alternativamente de Legendre)
- *A geometria analítica*, de August Comte, precedida da *Geometria*, de Descartes
- *A estática*, de Poinsot (seguida de todas as memórias sobre a mecânica)
- *Curso de análise*, de Navier (precedido das reflexões sobre o *Cálculo infinitesimal*, de Carnot)
- *A teoria das funções*, de Lefschütz
- *A astronomia popular*, de August Comte (seguida de *Os mundos*, de Fontenelle)

**39** O último dos abencerrages, de Chateaubriand. O livro é de 1826, isto é, contemporâneo de Comte, devendo tê-lo impressionado de alguma maneira a ponto de incluí-lo em sua Biblioteca. De todos os modos, a exemplo de muitos outros títulos por ele selecionados, não mereceu a aprovação da posteridade. Provavelmente Comte tinha em vista exaltar valores como a coragem, abnegação, perseverança, que a obra de Chateaubriand atribui aos abencerrages (tribo árabe mais importante do Reino de Granada, tendo se notabilizado por sua resistência, no século XV, quando finalmente os mouros são expulsos da Espanha). A obra de Chateaubriand é de pura ficção e inspira-se na *Histoire des factionss des Zoguis et des Abencerrages*, elaborada no século XVII, por Gines Peres de Hita.

**40** A obra considerada continuava muito popular ainda no fim do século XIX. Emile Zola (1840/1902), quando se refugiou na Inglaterra para fugir da condenação (por difamação) pela publicação de *J'Accuse* (1898), escondendo-se no vilarejo de Addleston, no Sarrey, valeu-se de uma edição bilíngüe deste livro para aprender inglês. O autor Oliver Goldsmith viveu no século XVIII (1728/1774), sendo na época um conhecido poeta e novelista inglês.

- *A física mecânica*, de Fischer (traduzida e anotada por Biot)
- *Manual alfabético de filosofia prática*, de John Care
- *A química*, de Lavoisier
- *Os elementos da química*, de James Graham
- *Manual de anatomia*, de Meckel
- *Anatomia geral*, de Bichat (precedido do seu tratado sobre *A vida e a morte*)
- *A organização dos animais*, de Blainville (1º volume)
- *Fisiologia*, de Richerand (anotada por Berard)
- *Ensaio sistemático sobre a biologia* (de Segond, seguido de seu *Tratado de anatomia geral*)
- *Novos elementos da ciência do homem*, de Barthez (2ª. ed., 1806)
- *A filosofia zoológica*, de Lamarck
- *História natural*, de Dumeril
- *Tratado sobre a natureza da circulação sanguínea*, de Gugilelmini
- *Discurso sobre a natureza dos animais*, de Buffon
- *A arte de prolongar a vida humana*, de Hufeland, precedido do *Tratado*, de Hipócrates e do livro *Sobre a sobriedade*, de Cornaro
- *A história das inflamações crônicas dos órgãos internos*, de Broussais, precedida dos livros *Proposições médicas* e *Aforismas*, de Hipócrates
- *Elogio dos sábios*, de Fontenelle e Condorcet

O terceiro bloco, com 60 volumes, está dedicado à história. Refere os principais livros clássicos, de História Antiga, que são até hoje, considerados como parte da cultura geral, a exemplo da *História*, de Heródoto; *História da guerra do Peloponeso*, de Tucídides; *Vidas paralelas de homens ilustres*, de Plutarco; *Comentários sobre a guerra da Gália*, de Júlio César; *Alexandre*, de Flávio Arriano; *Anais* e demais livros históricos, de Tácito. Ainda em relação à História Antiga, Comte inclui os principais autores modernos, como: *História da decadência romana*, de Gibbon; *Manual da história antiga*, de Heeren, e *História da arte entre os antigos*, de Winckelmann. A Idade Média está considerada nestes títulos: *A Europa na Idade Média*, de Hallam, e *História eclesiástica*, de Fleury.

Com relação à época moderna, Comte recomenda tanto o *Manual de história moderna*, de Heeren, como estudos específicos a exemplo da *História da Inglaterra*, de Hume, a *História de Carlos V*, de Robertson; *Resumo de história da Espanha*, de Ascargorta; *As revoluções*

*da Itália*, de Denina; *Resumo da história da França*, de Bossuet; *História das guerras civis na França*, de Davila; *O século XIV*, de Voltaire; *História da Revolução Francesa*, de Mignet; afora esses livros que versam inquestionavelmente matéria historiográfica, a biblioteca do proletário está enriquecida por diversos textos que permitem um conhecimento indireto de certos períodos históricos, como *Testamento Político*, de Richelieu; *A vida de Cromwel*, de Lamartine; *Memórias*, de Madame de Motteville; *Memórias*, de Benvenuto Cellini e *Memórias*, de Comenius.

A par disso, alguns livros que, embora certamente enriquecedores da cultura geral, dificilmente poderiam ser arrolados como tratando de história, a saber: *Resumo de geografia universal*, de Malte-Brun; *Dicionário geográfico*, de Rienzi; *Viagens*, de Cook; *Viagens*, de Chardin; *As viagens de Anachrasis*, de Barthêlemy; *Tratado de pintura*, de Leonardo da Vinci, e *Memórias sobre a música*, de Gretry.

Comte chamou de síntese ao último bloco, que contou com 30 volumes. No seu entendimento, a filosofia seria uma síntese das ciências. Entretanto, não parece ser neste sentido que emprega o termo. O que tem em vista, na realidade, são textos marcantes de nossa história cultural, misturando religião, moral e filosofia, neste último caso sem concessões à metafísica. É sintomático que de Aristóteles só tenha incluído a *Política* e *Ética*, neste último caso, sem especificar qual dos três tratados. Ignorou completamente a obra de Platão.

Estão considerados os grandes textos religiosos, a começar da Bíblia e do Alcorão. Seguem-se: *A cidade de Deus e Confissões*, de Santo Agostinho; *Tratado do amor de Deus*, de São Bernardo; *Imitação de Cristo*, no original e na tradução em versos de Corneille; *Catecismo*, de Montepellier; precedido da *Exposição da doutrina católica*, de Bossuet; seguido do *Comentário sobre o sermão de Jesus Cristo*, de Santo Agostinho; *História das variações protestantes*, de Bossuet.

De certa forma, os textos filosóficos estão misturados com obras políticas e de outra índole. Com essa ressalva poder-se-ia agrupar: *Pensamentos escolhidos*, de Cícero; *Epicteto*; Marco Aurélio; Pascal e Vauvenargues<sup>41</sup>, seguidos de *Conselho de uma mãe*, de Madame de Lambert, e das *Considerações sobre os costumes*, de Duclos.

As obras filosóficas propriamente ditas são: *Discurso do método*, de Descartes; *Novum organum*, de Bacon; *Ensaios filosóficos*, de Hume; *Teoria do belo*, de Barthez, e *Relações entre o físico e o moral no homem*, de Cabanis.

<sup>41</sup> Luc De Clapiers, marquês De Vauvenargues (1715/1747), é considerado como autor que meditou sobre a fé e o papel da oração, tendo recolhido o que entendia como sendo o

essencial dos escritores que a esse assunto se dedicaram. Suas obras completas foram publicadas pela primeira vez em 1746, sendo sucessivamente reeditadas (1747, 1797 e 1806). Aparece depois na coleção dos Prosadores Franceses (1818), com reedição em 1821. Na época de Comte, considerava-se um clássico dessa problemática, desde que reuniu grande número de paradoxos e diálogos relacionados à fé e à oração.

Contempla os seguintes textos de Diderot: *Interpretação da natureza*, *Dissertação sobre os surdos e os cegos* e *Ensaio sobre o belo*. Outros textos são tipicamente científicos ou de história, como os seguintes: *Ensaio sobre a história da astronomia*, de Adam Smith; *Tratado sobre as funções do cérebro* e *Cartas sobre os animais*, de Georges Leroy; *Tratado sobre a imitação e a loucura*, de Broussais; *Discurso sobre a história universal*, de Bossuet; *Esboço histórico*, de Condorcet.

Este bloco inclui apenas duas obras políticas: *Tratado do papa*, de De Maistre, e *Política sagrada*, de Bossuet. Encerra-se com a própria obra de Comte: *Filosofia política* (condensada pela senhorita Martineau) e *Política positiva* (abrangendo o Catecismo positivista e a Síntese subjetiva). A relação está datada de julho de 1854.

### **3 – O apelo ao sentimento**

A revolução de fevereiro de 1848, que mais uma vez derrubou a Monarquia e instaurou a República, deu a Comte uma enorme esperança de que, afinal, seria convidado para dirigir a Grande Reforma. O texto que melhor reflete esse estado de espírito é o *Discurso* sobre o conjunto do positivismo, que aparece em julho daquele ano, isto é, cinco meses depois da Revolução. A doutrina positivista, proclama Comte, veio para regenerar a Europa Ocidental. Essa conquista será resultado de uma aliança entre os filósofos, os proletários e as mulheres. A inserção das mulheres no projeto decorre da circunstância de que se trata de uma transformação moral de natureza radical, que somente pode cumprir-se pelo sentimento. Vale dizer: o positivismo é uma doutrina intelectual, formulada racionalmente. Mas essa doutrina não constitui apenas mais um ramo do saber científico. Destina-se a orientar os acontecimentos, isto é, envolve a ação. E aqui entra a emoção. Semelhante postulação corresponde, na verdade, ao primeiro patamar do que Comte viria a denominar de Religião da Humanidade, que fornece uma nova orientação ao positivismo e, ao mesmo tempo, o coroa. Esse coroamento será objeto do próximo tópico. Neste, vamos tratar de evidenciar como, ao lado da

vertente batizada de positivismo pedagógico, insinua-se uma nova dimensão.

Vejam os pois, como se desdobra a proposta, ao nível do mencionado *Discurso* sobre o conjunto do positivismo (julho, 1848). No preâmbulo geral, assim apresenta o positivismo e a missão que lhe está reservada: "O positivismo compõe-se essencialmente de uma filosofia e de uma política, que são necessariamente inseparáveis, constituindo uma base e outra o objetivo de um mesmo sistema universal, onde a inteligência e a sociabilidade acham-se intimamente combinadas. De uma parte, com efeito, a ciência social não é apenas a mais importante de todas; além disto, fornece sobretudo o único elo, ao mesmo tempo lógico e científico, que comporta doravante o conjunto de nossas contemplações reais". Comte inicia mais uma etapa do seu pensamento incorporando ao saber uma mística, e diz: "Ora, esta ciência final, mais que cada uma das ciências preliminares, não pode desenvolver seu verdadeiro caráter sem uma exata harmonia geral com a arte correspondente. Porém, graças a uma coincidência que longe está de ser fortuita, sua fundação teórica encontra ao mesmo tempo imensa destinação prática, a fim de presidir em nossos dias a inteira regeneração da Europa Ocidental" . Sua pregação agora mostra que ele pretende um lugar, custe o que custar, conclui: "Pois, de uma parte, na medida que o curso natural dos acontecimentos caracteriza a grande crise moderna, a reorganização política apresenta-se cada vez mais como necessariamente impossível sem uma reconstrução prévia das opiniões e dos costumes".<sup>42</sup>

Quer dizer, o curso até então empreendido pelo positivismo, sendo essencial e imprescindível, não é entretanto suficiente. É preciso mudar os costumes. Pode alcançá-lo a simples educação tomando por modelo a Biblioteca do Proletário, estudada precedentemente, ou se faz mister recorrer a outros expedientes? No desdobrar do seu raciocínio Comte revela, pela primeira vez, a necessidade de instituir-se um poder temporal e equiparável ao existente na Idade Média. Mas não refere, ainda, a Religião da Humanidade. É certamente um passo na sua direção mas, como se indicará, exigente de certa intermediação. Escreve Comte: "O cumprimento gradual desta vasta elaboração filosófica fará surgir espontaneamente em todo o Ocidente uma nova autoridade moral, cuja inevitável ascensão instaurará a base direta da reorganização final, ligando todas as populações avançadas pela educação geral idêntica, que fornecerá em toda parte, tanto na vida pública como na privada, princípios fixos de julgamento e conduta". O sentido religioso aparece com clareza, e continua: "É assim que o movimento intelectual e a comoção social, sempre mais solidários, conduzirão doravante a elite da humanidade ao advento decisivo de um verdadeiro poder espiritual, ao mesmo tempo mais consistente e mais

progressista do que aquele de que a Idade Média tentou, prematuramente, admirável esboço”.<sup>43</sup>

**42** Será reproduzido no Primeiro Tomo do Sistema de política positiva, aparecido em 1851. *Système de Politique Positive*, Auguste Comte, Paris. M. Giard x E. Brière, 1912.

**43** Idem.

Resumindo, apresenta esta fórmula: “tal é pois a missão fundamental do positivismo, generalizar pela ciência real e sistematizar a arte social”.

Parece claro, portanto, que o coroamento do processo científico representado pela obra anterior de Augusto Comte já que não se trata apenas de mais uma ciência, mas de promover a regeneração da humanidade, começando pela sua parcela mais avançada, a Europa Ocidental, requer algo mais que o simples processo educativo. Como se verá, não basta educar o proletariado.

Comte reitera o seu convencimento quanto à impossibilidade de alcançar o apoio das elites dirigentes. Afirma taxativamente: “A indispensável adesão, que o positivismo deve alcançar de seus pontos de apoio, não proviria, atualmente, salvo preciosas exceções individuais, de nenhuma das classes dirigentes. Estas acham-se em maior ou menor medida dominadas pelo “empirismo metafísico” e pelo egoísmo aristocrático”.<sup>44</sup> Seu projeto reúne-se em prolongar indefinidamente a situação revolucionária, mantendo acesa a disputa vã entre os destroços do regime teológico e militar, sem jamais conduzir a uma verdadeira renovação.

É possível que Comte, nas condições francesas, identificasse Igreja Católica e estado teológico, que, como se sabe, corresponde ao primeiro estágio de evolução da humanidade e àquele adicionasse o adjetivo militar para singularizar uma situação resultante da Revolução Francesa, quando esta classe assume papel destacado na vida o país. O chefe da revolução de 1848, embora não fosse militar de carreira, era sobrinho de Napoleão (Luís Napoleão Bonaparte, 1808/1873). Na altura em que Comte redige o *Discurso*, ora considerado, a revolução ainda não havia definido seus rumos, isto é, não se podia prever que a França iniciava um período que culminaria com a restauração monárquica.

Reitera também o papel do proletariado mas, a seu lado, coloca, pela primeira vez, as mulheres. Deste modo, escreve: “A natureza intelectual do positivismo e sua destinação social, somente lhe permite um sucesso verdadeiramente decisivo num meio onde o bom senso, livre de uma cultura viciosa, deixa de forma mais adequada prevalecer as visões de conjunto, e onde os sentimentos gerais são mais

expansivos”. O sentimento é colocado e a mulher o representa, diz ainda: “Com esta dupla característica, os proletários e as mulheres constituem necessariamente os auxiliares essenciais da nova doutrina geral que, embora destinada a todas as classes modernas, somente alcançará uma verdadeira ascendência nas classes superiores quando estas estiverem submetidas àquela liderança”.<sup>45</sup>

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> Idem.

O caráter fundamental da aliança entre os filósofos e os proletários é enfatizada. Somente dela provirá um impulso decisivo na direção do que viria a ser o estado positivo. É interessante a afirmativa adiante, que de certa forma coloca essa aliança num nível extremamente alto: “aplicando-se a retificar e desenvolver as tendências populares, o positivismo muito aperfeiçoará e consolidará sua própria natureza, mesmo intelectual”.<sup>46</sup>

Contudo, o decisivo mesmo é o que as mulheres poderão proporcionar no plano do sentimento: “De todos os modos, esta doutrina não revelará toda a sua potência orgânica nem manifestará plenamente seu verdadeiro caráter senão alcançando o apoio menos previsto como o prêmio de sua aptidão necessária a regular e melhorar a condição social das mulheres”. E mais: “Somente o ponto de vista feminino permite à filosofia positiva alcançar o verdadeiro conjunto da existência humana, ao mesmo tempo individual e coletiva. Pois esta existência não pode ser dignamente sistematizada senão tomando por base a subordinação contínua da inteligência à sociabilidade, diretamente representada pela verdadeira natureza, pessoal e social, da mulher”.<sup>47</sup> A declaração não podia ser mais enfática. A inteligência, o saber positivo, pode muito pouco sem o sentimento que as mulheres expressam melhor que qualquer outro grupo social.

Na visão de Comte, o positivismo é mesmo mais apropriado que o catolicismo no propósito de utilizar as tendências espontâneas do povo e das mulheres na “instituição final do poder espiritual”. Esse poder espiritual é necessário não apenas para permitir o ingresso no estado positivo como, sobretudo, para consolidá-lo e mantê-lo.

O Discurso sobre o conjunto do positivismo contém ainda uma apreciação crítica do socialismo e do comunismo, provavelmente devido à circunstância de que, no bojo da revolução de 1848, essas doutrinas são amplamente difundidas. O socialista Louis Branqui (1805/1881) viria a alcançar grande proeminência na fase inicial da revolução, ao atribuir ao Estado a responsabilidade pela oferta de trabalho àquelas camadas desprotegidas, mesmo quando esse trabalho não viesse a ter maior utilidade social. Para alcançar o apoio do

proletariado e das mulheres o positivismo deve “dissipar radicalmente as diversas utopias anárquicas que ameaçam cada vez mais a existência doméstica e social”.

**46** Idem.

**47** Idem.

Comte considera que tanto o socialismo como o comunismo não passam de utopias. Contudo, reconhece que despertam sentimentos altruísticos no proletariado, o que estabelece ponto de contato com o positivismo. Ao enfatizar o caráter social da propriedade, abrem outro canal de comunicação. Não obstante, param aí as aproximações. Tanto socialismo como comunismo atuam apenas no plano político, quando a questão é de base moral. A esse propósito escreve: “Aceitando o enunciado comunista e mesmo ampliando-o, os positivistas descartam radicalmente uma solução não apenas insuficiente como subversiva. Naquilo em que os substituímos, distinguimo-nos sobretudo pela introdução de meios morais em lugar de meios políticos”. Não ao comunismo e à distinção moral e política dos dois ideários, continua: “Assim, a principal diferença social entre o positivismo e o comunismo relaciona-se finalmente a esta separação normal das duas potências elementares, que, desconhecidas até aqui em todas as concepções renovadoras, encontram-se sempre no fundo de cada grande problema moderno, como a única saída final para a humanidade”.

O positivismo é a única alternativa para os problemas sociais, e diz: “Caracterizando melhor a aberração comunista, esta apreciação também a desculpa, a partir de sua semelhança essencial com todas as outras doutrinas até então acreditadas. Quando todos os espíritos cultivados desconhecem o princípio fundamental da política moderna, poder-se-ia condenar o espírito popular de ter experimentado até agora esta influência universal do empirismo revolucionário?” **48**

Socialismo e comunismo somente podem sustentar-se se a doutrina positivista não for difundida do modo adequado. Para tanto não basta educar o proletariado. Urge igualmente mobilizar os seus melhores sentimentos. A prevalência destes no espírito feminino mostra como tornar-se-á possível acelerar o advento do estado positivo.

As esperanças de Comte, de que a revolução reconheceria a sua capacidade de promover a tão almejada “regeneração”, não se confirmou. O positivismo era portanto, instado a dar novos passos,

a que Comte não se furtaria, como teremos oportunidade de evidenciar no título subseqüente.

48 Idem.

## 4 – Religião da humanidade

O *Discurso* sobre o conjunto do positivismo apareceu com a data de julho de 1848 mas, na verdade, corresponde à elaboração efetivada no ano anterior à revolução de fevereiro. Esta acendeu no espírito de Comte a esperança de que, afinal, seria chamado a empreender a necessária reforma social. Talvez devido a essa circunstância, a obra desse ano caracteriza-se sobretudo pelo lançamento de apelos, manifestos e documentos dessa índole. Em março cria a Sociedade Positivista, instituindo em seguida o subsídio positivista.

Objetou-se que a opção de Comte pela Religião da Humanidade cindiria o seu sistema de forma irrecuperável. Tanto assim que se estruturou uma facção positivista recusando-a. Na Visão de Henri Gouhier, contudo, não existe tal incoerência. A esse propósito, escreve: “Não há unidade perfeita sobre o plano objetivo: cada uma das ciências fundamentais é um feixe de leis que talvez se aproxime de uma lei superior, que as unifique, mas sem alcançá-la; com mais forte razão é inútil procurar o axioma universal que sustentaria todas as leis do universo”. O axioma de Comte não poderia existir, continua Gouhier: “Augusto Comte, além disto, elabora uma filosofia do espírito e não uma filosofia da natureza. Se nos oferece um sistema, não será um sistema de mundo. Ora, a filosofia do espírito que conhece não faculta senão uma unidade metodológica: as ciências fundamentais somente se ligam entre si por sua participação no mesmo espírito positivo e suas conexões técnicas”. A sociedade racional é impossível, e aí conclui: “A filosofia do espírito religioso as introduz na unidade de um fim e tão-só esta finalidade em a virtude de elevar o positivismo à dignidade de sistema”.<sup>49</sup>

De todos os modos, o entendimento que Comte tem da religião não deixa de ser singular como observa Ivan Lins, para quem a palavra procederia etimologicamente de *religare* (lat.: tornar a atar). Ao que acrescenta: “De conformidade com tal etimologia, a religião seria, para Augusto Comte, todo conjunto de princípios intelectuais, práticas afetivas e normas de vida capazes de concorrer para a prevalência do altruísmo sobre o egoísmo, quer individual, quer coletivo”. A religião é uma

prática que faz prevalecer o altruísmo sobre o egoísmo; continuando, diz: “Ligar os sentimentos, pensamentos e atos de cada indivíduo, subordinando-os sempre ao altruísmo ou amor ao próximo e, ao mesmo tempo, religar todos os participantes da mesma comunhão de crenças em torno de um ideal supremo de aprimoramento da vida intelectual e coletiva, humanizando cada vez mais o próprio homem ...”.

**49** Introdução às Oeuvres Choiesies d’Auguste Comte, Paris, Aubier, 1943, pp 25.

A humanização se fará pelo altruísmo e, conclui: “ (...) eis o que, para Augusto Comte, caracteriza a religião, que seria assim traduzida pelo mais bem formado de todos os vocábulos, porquanto liga o homem em seu foro íntimo e o religa, exteriormente, aos seus semelhantes: “re...ligare””.<sup>50</sup>

O essencial da produção de Comte subsequente ao *Discurso* sobre o conjunto do positivismo e com vistas a conceber a Religião da Humanidade – e inclusive este – foi inserido no *Sistema de política positiva*.

O Primeiro Tomo do *Sistema de política positiva* apareceu em 1851. Além de reproduzir o *Discurso* sobre o conjunto do positivismo, insere uma “Introdução fundamental simultaneamente científica e lógica”, explicando como a filosofia positiva se decompõe em filosofia social e filosofia natural, sendo esta o preâmbulo fundamental da primeira.

O Segundo Tomo está dedicado à estática social e o Terceiro à dinâmica, segundo as leis do desenvolvimento intelectual e social e, finalmente, o Quarto Tomo proporciona as sistematizações finais do culto, do dogma e do regime com a teoria fundamental do Grande Ser.

Na parte final do *Discurso* sobre o conjunto do positivismo, Comte afirmara que “a seu princípio afetivo, à sua base racional e a seu objetivo ativo, o positivismo deve acrescentar um centro único, que abranja simultaneamente o sentimento, a razão e a atividade. Tal é a última condição de seu ascendente decisivo, tanto privado quanto público”.<sup>51</sup> Segundo seu entendimento, o papel de centro único poderia ser exercido plenamente pela convergência natural de todos os aspectos positivistas na direção de uma grande concepção da Humanidade, que elimine de uma vez por todas a idéia de Deus, constituindo uma unidade mais completa e mais durável. Essa solução resolveria o grande problema enfrentado pela Idade Média, porquanto a subordinação da política à moral virá necessariamente da preponderância sagrada da sociabilidade sobre a personalidade.

Em que pese o anúncio de que o positivismo, por aquele caminho, torna-se uma religião, a única completa e verdadeira, destinada a prevalecer sobre todas as sistematizações imperfeitas que a

precederam, seria na "Introdução fundamental", antes referida, que Comte sistematiza os aspectos teóricos relacionados à idéia de uma religião da humanidade.

**50** Perspectivas de Augusto Comte, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1965, pp 215.

**51** Idem.

São três os modos de existência, pública ou privada, a saber: a vida especulativa, a vida ativa e a vida afetiva. São três, também, as tentativas de coordená-las no Ocidente, subsequentemente à teocracia inicial, sobretudo opressiva. Seriam a civilização grega, que favorece a inteligência; a civilização romana, que privilegia a sociabilidade; e, finalmente, a disciplina católico-feudal, que enaltece o sentimento.

É chegado o momento de proceder-se a uma síntese completa, consagrando a supremacia que a antiguidade finalmente atribui à ação sobre a contemplação e sistematizando, também, a tendência espontânea da Idade Média de subordiná-las à afeição que é, a rigor, a única fonte normal da unidade humana.

Nossos atributos fundamentais são, pois, os pensamentos, os atos e os sentimentos, que, por sua vez, caracterizam nossas três grandes construções contínuas: a filosofia, a política e a poesia. Do mesmo modo que as religiões preliminares, a definitiva terá três componentes destinados a propiciar a pretendida cooperação, isto é, o dogma, o regime e o culto.

Como o próprio nome o indica, a "Introdução fundamental" não trata diretamente dos temas antes enumerados mas das duas vias de acesso que conduzem à síntese, a introdução indireta, essencialmente analítica, que é a cosmologia; e a introdução direta, naturalmente sintética, que é a biologia. Esclarece que a substituição do relativo pelo absoluto, embora haja começado na cosmologia, encontra, no tempo de Comte, seu principal fundamento na biologia. Afirma que somente o biológico está em condições de facultar o "movimento necessário", a partir do qual a razão humana estará em condições de dedicar-se dignamente ao estudo do Grande Ser. Com vistas a este último objetivo, a "Introdução fundamental" descreve o processo de evolução das mencionadas ciências.

Concluída essa introdução, passa-se ao que Comte denominou de "estudo da humanidade". Essa disciplina decompõe-se em duas partes essenciais; a primeira denominada estática, concernente à natureza fundamental do Grande Ser. Os temas considerados são os seguintes: teoria geral da religião; a natureza biológica do homem; teoria

positiva da família; análise da transição à sociedade e, finalmente, uma classificação geral dos grupos sociais. A estática social é também chamada de "tratado abstrato da ordem humana".

A segunda disciplina devotada ao estudo da humanidade é chamada de dinâmica social, onde estuda sua evolução para evidenciar que o homem se torna cada vez mais religioso. Comte concebe o progresso como o desenvolvimento gradual da ordem.

Finalmente, no 4<sup>o</sup>. volume do *Sistema de política positiva*, Comte apresenta a tábua sintética do Futuro Humano, deduzida do que denomina de teoria fundamental do Grande Ser. Trata ainda do dogma e do culto.

Além da exposição teórica acerca da religião da humanidade, cujos traços essenciais foram apresentados nos tópicos precedentes, Comte a considerou de forma essencialmente didática no *Catecismo positivista ou Sumária exposição da religião universal* (1852). As teses essenciais do *Catecismo* são apresentadas adiante e brevemente comentadas.

Só se destrói o que se substitui.

Comte, após propor aos letrados o seu *Curso de filosofia positiva* e não ter obtido o reconhecimento que esperava, seguiu na direção do proletário com o positivismo pedagógico; então, por entender que era preciso incorporar o sentimento, a emoção, na sua proposta, apelou para a mulher; aí percebeu que não tinha conseguido superar a teologia e a metafísica. Adotou, a partir desta constatação, a máxima de que: "Só se destrói o que se substitui".<sup>52</sup>

Caminhou para a criação da Religião da Humanidade. No prefácio de *Catecismo positivista* diz textualmente: "Seja como for, a natureza retrógrada das doutrinas exaustas que os nossos conservadores empregam provisoriamente deve torná-las essencialmente impróprias para dirigir a política real no meio de uma anarquia que teve sua primeira origem na impotência final das antigas crenças". Acreditando mais uma vez que sua proposta irá superar e dando mostras de sua cientificidade, diz: "A razão ocidental não pode mais deixar-se guiar por opiniões evidentemente indemonstráveis, e até radicalmente quiméricas, como todas as que são inspiradas por uma teologia qualquer, ainda mesmo reduzida ao seu dogma fundamental, Deus".<sup>53</sup>

Vale dizer: é preciso restaurar a idéia da religião racional. Para tanto, as condições sociais parecem-lhe as mais apropriadas, como escreve: "Todos reconhecem hoje que a nossa atividade prática deve cessar de consumir-se em hostilidades mútuas, para fomentar na paz o aproveitamento comum do planeta humano". Pretende que a sociedade não tenha conflitos e coloque suas energias à disposição do planeta, diz na seqüência: "Menos ainda podemos persistir neste estado

de infância intelectual e moral em que a nossa conduta não assenta senão sobre motivos absurdos e degradantes”. Mais uma vez acredita que há de evoluir e que a sociedade da sua época estaria atrasada, diz: “Sem nunca repetir o século XVIII, deve o século XIX continuá-lo sempre, realizando enfim o nobre voto de uma religião demonstrada dirigindo uma atividade pacífica”.

**52** Augusto Comte, *Catecismo positivista* (Coleção “Os Pensadores”), primeira edição, 1973.

**53** *Idem*.

A pregação de que o século XIX continua o XVIII, está ligada ao pensamento evolutivo racional, continua: “Desde que a situação afasta toda tendência puramente negativa, as únicas escolas filosóficas do último século que caíram em verdadeiro descrédito, são as seitas inconseqüentes, cujo predomínio não podia deixar de ser efêmero”. Refere-se às escolas que pregaram a revolução, e aí identifica: “Os demolidores como Voltaire e Rousseau, que julgavam poder derrubar o altar conservando o trono, ou vice-versa, estão irrevogavelmente decaídos, depois de terem dominado, segundo o destino normal que lhes cabia, as duas gerações que prepararam e que levaram a termo a explosão revolucionária”.

Não há dúvida que Comte não acreditava em revoluções e soluções abruptas, e conclui: “Desde, porém, que a reconstrução está na ordem do dia, a atenção pública volta-se cada vez mais para a grande e imortal escola de Diderot e Hume que há de realmente caracterizar o século XVIII, ligando-o ao anterior por Fontenelle e ao seguinte por Condorcet.”<sup>54</sup>

O positivismo quer pois fazer-se herdeiro de uma tradição, a da religião natural, mas tratando de recuperar e completar a parte construtiva afirmativa.

Embora haja escrito alhures no “Prefácio Pessoal” ao *Curso de filosofia positiva*, que “jamais li, em nenhuma língua, nem Vico, nem Herder, nem Hegel”, o que sobretudo teria contribuído para a pureza e harmonia de minha filosofia social, pretende, no *Catecismo* que sua proposta religiosa seria nada mais, nada menos, que a sistematização e o desenvolvimento coerente da moral de Kant. Eis como apresenta esta idéia: “Igualmente emancipados em religião e em política, esses poderosos pensadores tendiam necessariamente para uma reorganização total e direta, por mais confusa que devesse ser então a noção de semelhante reforma. Todos eles abraçariam hoje a única doutrina que, fundando o futuro sobre o passado, assenta, enfim, as bases inabaláveis da regeneração ocidental”. Acreditava Comte que os pensadores anteriores a ele abraçariam a escola positiva, e continua: “É de uma tal escola que me honrarei sempre de descender imediatamente, por intermédio de meu

precursor essencial, o eminente Condorcet. Pelo contrário, nunca esperei senão óbices, espontâneos ou propositais, por parte dos atrasados destroços das seitas superficiais e imorais, oriundas de Voltaire e Rousseau”.

**54** Idem.

Comte define que Condorcet era seu precursor, e conclui: “Mas a essa grande estirpe histórica sempre referi o que os nossos últimos adversários, quer teológicos, quer metafísicos, ofereceram de realmente grande. Hume constitui meu principal precursor filosófico, Kant se acha a ele acessoriamente ligado; a concepção fundamental deste não foi verdadeiramente sistematizada e desenvolvida senão pelo positivismo.”<sup>55</sup>

A reforma religiosa seria complementar à política, louvando-se abertamente do tradicionalista De Maistre: “Do mesmo modo sob o aspecto político, foi necessário que eu completasse Condorcet por De Maistre, de quem assimilei, logo no começo de minha carreira, todos os princípios essenciais, que não são mais agora apreciados senão na escola positiva”. Comte mostra onde e como misturou a política com a religião, e conclui: “Tais são, com Bichat e Gall, como precursores científicos, os seis predecessores imediatos que hão de me religar sempre aos três pais sistemáticos da verdadeira filosofia moderna, Bacon, Descartes e Leibniz. Em virtude desta nobre filiação, a Idade Média, intelectualmente resumida por Santo Tomás de Aquino, Rogério Bacon e Dante, subordina-se diretamente ao príncipe eterno dos verdadeiros pensadores, o incomparável Aristóteles”.<sup>56</sup>

A busca, enfatiza Comte, é pela religião universal. Escreve: “Remontando até esta origem normal, sente-se profundamente que, desde a suficiente extensão do domínio romano, as populações de elite procuram em vão a religião universal. A experiência demonstrou cabalmente que este voto final não pode ser satisfeito por nenhuma crença sobrenatural”. As elites procuraram até agora, diz Comte, a religião universal, mas ela não pode vir da teologia, e diz mais: “Dois monoteísmos incompatíveis aspiraram igualmente a essa universalidade necessária, sem a qual a humanidade não poderia seguir o seu destino natural. Mas os esforços opostos de um e outro apenas conseguiram neutralizar-se mutuamente, de modo que semelhante atributo ficou reservado às doutrinas demonstráveis e discutíveis”.

Os monoteísmos são o islamismo e o catolicismo, que se utilizam do sobrenatural. Continuando, diz: “Há mais de cinco séculos que o islamismo desistiu de dominar o Ocidente, e o catolicismo

abandonou ao seu eterno antagonismo o túmulo de seu pretendo fundador. (Para Augusto Comte, São Paulo  o verdadeiro fundador do catolicismo).

**55** Idem.

**56** Idem.

Os dois desistiram da religião universal, adiante diz: "Estas vs aspiraes espirituais nem sequer puderam abarcar todo o território do antigo domínio temporal, que ficou repartido quase igualmente entre os dois monoteísmos inconciliáveis. O Oriente e o Ocidente devem, pois, procurar, fora de toda a teologia ou metafísica, as bases sistemáticas de sua comunhão intelectual e moral". Acreditando que o positivismo gerará a unidade, diz: "Esta fusão tão esperada, e que deverá estender-se em seguida gradualmente  totalidade de nossa espécie, não pode evidentemente provir senão do positivismo, isto , de uma doutrina caracterizada sempre pela combinao da realidade com a utilidade. Suas teorias, por muito tempo limitadas aos fenômenos mais simples, produziram aí as únicas convices realmente universais que têm existido até hoje".**57**

Deste modo, acalentando a pretensão de resumir toda a trajetória da civilizao ocidental, Comte caminhava decisivamente para justificar o passo seguinte que  a criao da Religião da Humanidade e proclama: "De hoje em diante, abandonada espontaneamente  sua corrupo natural, a crença monotica, cristã ou muçulmana, merece cada vez mais a reprovao que seu advento inspirou, pelo espaço de três séculos, aos mais nobres, práticos e teóricos do mundo romano. Não podendo, então, julgar o sistema senão pela doutrina, eles não hesitavam em repelir, como inimiga do gnero humano, uma religião provisória que fazia consistir a perfeio num isolamento celeste". A pregao contra as crenças monoteístas visava substituir-las, e diz: "O instinto moderno reprova ainda mais a uma moral que proclama as inclinaes benévolas como alheias  nossa natureza, que desconhece a dignidade do trabalho, a ponto de fazê-lo derivar de uma maldio divina, e que erige a mulher como fonte de todo mal". A crítica  contundente e na seqncia ele diz: "Tácito e Trajano não podiam prever que, durante alguns séculos, a sabedoria sacerdotal, auxiliada por uma situao favorável, haveria de conter suficientemente os vícios naturais de tais doutrinas para delas tirar, provisoriamente, admiráveis resultados sociais". O elogio ao trabalho tem a inteno de mostrar que o homem  portador de condio de formar o seu destino, continua: "Desde que o sacerdócio ocidental se tornou

irremediavelmente retrógrado, sua crença, entregue a si mesma, tende a desenvolver sem peias o caráter imoral inerente à sua natureza anti-social. Ela só mereceu os resguardos dos conservadores prudentes enquanto foi impossível substituir-lhe uma concepção melhor do mundo e do homem, a qual só podia resultar de uma lenta ascensão do espírito positivo”.

**57** Idem.

Para Comte, o desenvolvimento do pensamento positivo chegara ao ponto de substituir os demais, e conclui: “Mas essa laboriosa iniciação estando agora terminada, o positivismo elimina irrevogavelmente o catolicismo, como qualquer outro teologismo, em virtude mesmo da admirável máxima social acima citada. Depois de ter plenamente satisfeito a inteligência e a atividade, a religião positiva, sempre impulsionada por sua realidade característica, estendeu-se convenientemente até o sentimento, que doravante forma seu domínio principal e se torna a base de sua unidade”.**58**

Verifica-se que Comte criou a Religião da Humanidade num coroamento de sua doutrina e também porque entendeu que o sentimento seria o condutor de todo o pensamento positivo.

A teoria geral da religião comtiana pode ser assim explicada: a palavra religião é singularizada como sendo equivalente à síntese. Comte assim se expressa: “ Assim, este termo seria equivalente à palavra síntese se esta não estivesse, não por sua própria estrutura, mas segundo um uso quase universal, limitada agora só ao domínio do espírito, ao passo que a outra compreende o conjunto dos atributos humanos”. A palavra religião consiste, pois, em regular cada natureza individual e em congregar todas as individualidades; o que constitui apenas dois casos distintos de um problema único. Porquanto todo homem difere sucessivamente de si mesmo tanto quanto difere simultaneamente dos outros; de maneira que a fixidez e a comunidade seguem leis idênticas”.**59**

A busca da unidade é o objetivo da religião, e o positivismo, segundo Comte, é o elo entre todas as crenças existentes, assim se expressando: “Não podendo semelhante harmonia, individual ou coletiva, realizar-se nunca plenamente em uma existência tão complicada como a nossa, esta definição da religião caracteriza, portanto, o tipo imutável para o qual tende cada vez mais o conjunto dos esforços humanos”. Os “esforços humanos” caminham para o positivismo, e diz: “Nossa felicidade e nosso mérito consistem sobretudo em nos aproximarmos tanto quanto possível dessa unidade, cujo surto gradual constitui a melhor medida do verdadeiro aperfeiçoamento, pessoal ou social”. Sem unidade não há religião positiva; continuando, diz: “Quanto mais se desenvolvem os diversos atributos humanos, tanto mais

importância adquire o concurso habitual deles; este, porém, se tornaria também mais difícil, se essa evolução não tendesse espontaneamente a tornar-nos mais disciplináveis, como breve vo-lo explicarei”.

**58** Idem.

**59** Idem.

A exposição tende a nos mostrar o caminho inexorável ao positivismo, diz ainda: “O apeço que sempre se ligou a esse estado sintético devia concentrar a atenção sobre o modo de o instituir. Foi-se assim levado, tomando o meio pelo fim, a transferir o nome religião ao sistema qualquer das opiniões correspondentes. Por mais inconciliáveis, porém, que pareçam, à primeira vista, essas numerosas crenças, o positivismo as combina essencialmente, referindo cada uma ao seu destino temporário e local”. Explica que a unidade será feita pela adoção das premissas do positivismo, e diz: “Não existe, no fundo, senão uma única religião, ao mesmo tempo universal e definitiva, para a qual tenderam cada vez mais as sínteses parciais e provisórias, tanto quanto o comportavam as respectivas situações”. Acreditando que só há uma única religião (a positivista), as outras seriam parciais e tenderiam a se unificar no positivismo, afirma: “A esses diversos esforços empíricos, sucede agora o desenvolvimento sistemático da unidade humana, cuja constituição direta e completa tornou-se, enfim, possível graças ao conjunto de nossas preparações espontâneas”. A unidade humana exigirá a unificação das religiões, e conclui: “É assim que o positivismo dissipa naturalmente o antagonismo mútuo das diferentes religiões anteriores, formando seu domínio próprio do fundo comum a que todas se reportaram de modo instintivo. A sua doutrina não poderia tornar-se universal se, apesar de seus princípios antiteológicos, o seu espírito relativo não lhe ministrasse necessariamente afinidades essenciais com cada crença capaz de dirigir passageiramente uma porção qualquer da humanidade”.<sup>60</sup> Completando a definição de religião, Comte trata da extensão do uso do termo e da unidade na qual ele inclui o físico e o moral. As crenças de um modo geral tratam do espírito, deixando o físico para cada um decidir como tratar, ora, para Comte, corpo e alma são indissociáveis, portanto, a medicina deve ser subordinada ao sacerdote, e diz textualmente: “A arte humana e a ciência humana são respectivamente indivisíveis, como os diversos aspectos peculiares ao destino comum de ambas (o homem), no qual tudo se acha constantemente ligado. Não se pode mais tratar bem nem do corpo nem da alma, por isso mesmo que o médico e o padre estudam exclusivamente o físico ou o moral; sem falar do filósofo que, durante a

anarquia moderna arrebatada ao sacerdócio o domínio do espírito, deixando-lhe o do coração”.

**60** Idem.

Trata da unidade, pois sem esta não há como prosseguir, adiante afirma: “As moléstias cerebrais, e mesmo muitas outras, aí estão mostrando todos os dias a impotência de toda medicação restrita aos órgãos mais grosseiros. Não é menos fácil reconhecer a insuficiência de todo sacerdócio que quiser dirigir a alma desprezando sua subordinação ao corpo”. Reforça as experiências negativas no tratamento separado do corpo e da alma, e conclui: “Esta separação duas vezes anárquicas deve, pois, cessar irrevogavelmente mediante uma sábia reintegração da medicina no domínio sacerdotal, quando o clero positivo houver preenchido suficientemente suas condições enciclopédicas. O ponto de vista moral é, com efeito, o único próprio para fazer prevalecer ativamente prescrições higiênicas, tanto privadas como públicas”.<sup>61</sup>

As condições gerais da religião dependem do coração e do espírito, sobre isso é Comte que diz: “Com efeito, a fim de constituir uma harmonia completa e duradoura, é preciso ligar o interior pelo amor e o religar ao exterior pela fé. Tais são, em geral, as participações necessárias do coração e do espírito nesse estado sintético, individual ou coletivo”.<sup>62</sup>

Trata a seguir do egoísmo que será contraposto pelo altruísmo. Comte entende que a religião deve fazer prevalecer a sociabilidade sobre a personalidade. Os instintos nem sempre são solidários, ao mais das vezes eles são manifestações egoístas. Assim Comte se expressa: “As expressões múltiplas que acabais de empregar, referindo-vos à personalidade, atestam involuntariamente a impotência radical do egoísmo para constituir qualquer harmonia real e duradoura, mesmo num ente isolado. Porque esta monstruosa unidade não exigiria somente a ausência de todo impulso simpático, mas também o predomínio de um único egoísmo”. Comte prega a renúncia à personalidade em favor do coletivo, e diz: “Ora, isso não existe senão nos últimos animais, onde tudo se refere ao instinto nutritivo, sobretudo quando os sexos não estão separados. Em todos os demais casos, porém, e principalmente em nossa espécie, a satisfação dessa necessidade fundamental deixa sucessivamente prevalecer vários outros pendores pessoais, cujas energias quase iguais

anulariam as opostas pretensões de cada um dos mesmos a dominar o conjunto da existência moral”.

**61** Idem.

**62** Idem.

Mais uma vez quer fazer prevalecer o altruísmo, porque o egoísmo contestaria seus pressupostos; continuando, diz: “Se todos eles não se subordinassem a afetos exteriores, o coração estaria sem cessar agitado por conflitos íntimos entre os impulsos sensuais e os estímulos do orgulho ou da vaidade, etc., quando a cobiça propriamente dita deixasse de reinar com as necessidades puramente corporais”. Retoma a pregação contra o individualismo em favor do coletivo, e diz: “A unidade moral é, pois, impossível, mesmo na existência solitária, em todo ente exclusivamente dominado por afeições pessoais, que o impedem de viver para outrem. Tais são muitos animais ferozes que vemos, salvo durante algumas aproximações passageiras, flutuar ordinariamente entre uma atividade desregrada e um ignóbil torpor, porque não encontram no exterior os móveis principais de sua conduta”.**63**

A unidade altruística, como denomina Comte, deve subordinar-se ao afeto. Diz textualmente: “Condensando toda a são moral da lei Viver para outrem, o positivismo consagra a justa satisfação permanente dos diversos instintos pessoais, enquanto indispensável à nossa existência material, sobre a qual assentam sempre nossos atributos superiores”. O viver para outrem opõe-se ao individualismo; concluindo, diz: “Por conseguinte, ele condena, posto que inspiradas amiúde por motivos respeitáveis, as práticas demasiado austeras, que, diminuindo nossas forças, nos tornam menos aptos para o serviço de outrem”.**64**

Quanto às manifestações corporais que conflitando com o afeto podem prevalecer, Comte propõe um desenvolvimento das relações sociais, até o surgimento de um entendimento coletivo que irá subordinar os instintos pessoais, e assim se expressa: “Com efeito, as relações domésticas e cívicas tendem a conter os instintos pessoais mediante os conflitos que suscitam entre os diversos indivíduos. Pelo contrário, elas favorecem o surto das inclinações benévolas, únicas suscetíveis, em todos, de um desenvolvimento simultâneo, naturalmente contínuo, por causa dessas excitações mútuas, posto que necessariamente

limitado pelo conjunto de nossas condições materiais”. As relações domésticas funcionariam como freio aos desejos pessoais, trazendo harmonia; continuando, diz: “Eis aí por que a verdadeira unidade moral não pode surgir assaz senão em nossa espécie, pois que o progresso social deve pertencer exclusivamente à mais bem organizada das raças sociáveis, a menos que outras não se lhe agreguem como livres auxiliares”.

**63** Idem.

**64** Idem.

Desse conceito ele conclui que a unidade moral só é possível na espécie humana, e diz: “Mas, sem que tal harmonia se possa desenvolver alhures, seu princípio é facilmente apreciável em muitos animais superiores, que até forneceram as primeiras provas científicas da existência natural dos afetos desinteressados. Se esta grande noção, sempre pressentida pelo empirismo universal, não houvesse sido sistematizada tão tardiamente, ninguém tacharia hoje de afetação sentimental uma doutrina diretamente verificável entre tantas espécies inferiores à nossa”.<sup>65</sup>

Sobre a fé, seu domínio e objeto, podemos entender que ela sempre teve por essencial “Conceber a ordem universal que domina a existência humana, para determinar nossa relação para com ela”. Portanto, a religião tem uma explicação do mundo e das suas coisas. A fé positiva deve espancar as pesquisas sobre as causas e por observação, determinar como acontecem os fatos, devendo haver harmonia entre o objeto e o sujeito. Assim se expressa Comte: “Em suas concepções teóricas, ela explica sempre como e nunca porquê. Quando, porém, indica os meios de dirigir nossa atividade, ela faz, pelo contrário, prevalecer constantemente a consideração do fim, já que, então, o efeito prático dimana com certeza, de uma vontade inteligente”. O porquê não deve ser considerado, continua: “Todavia, a indagação das causas, posto que diretamente vã, foi a princípio tão indispensável quão inevitável, como especialmente vo-lo explicarei, para substituir e preparar o conhecimento das leis, que supõe um longo preâmbulo. Procurando o porquê, que não se podia achar, acabava-se, então, por descobrir o como, cujo estudo não era instituído imediatamente”. Comte reconhece que a procura das causas ajudou a definir como proceder, e diz: “Só se deve realmente condenar a pueril persistência, tão comum em nossos letrados, em querer penetrar as causas quando as leis são conhecidas. Porquanto nossa conduta, não se referindo nunca senão a estas, a pesquisa daquelas torna-se não menos inútil que quimérica”. Entende ser desnecessário continuar procurando as

causas, e diz: "O dogma fundamental da religião universal consiste, portanto, na existência constatada de uma ordem imutável a que estão sujeitos os acontecimentos de todo gênero. Esta ordem é, ao mesmo tempo, objetiva e subjetiva: por outras palavras, diz igualmente respeito ao objeto contemplado e ao sujeito contemplador".

**65** Idem.

A ordem é imutável, não há o que especular e sim viver; conclui que: "Leis físicas supõem, com efeito, leis lógicas, e reciprocamente. Se o nosso entendimento não seguisse espontaneamente regra alguma, não poderia ele nunca apreciar a harmonia exterior. Sendo o mundo mais simples e mais poderoso que o homem, a regularidade deste seria ainda menos conciliável com a desordem daquele. Toda fé positiva assenta, pois, nessa dupla harmonia entre o objeto e o sujeito".<sup>66</sup>

Comte pressupõe sempre a totalidade, e dentro desse raciocínio ele irá absorvendo os fenômenos particulares. É ele quem faz: "Foi só em nossos dias que esta extensão penetrou em seu último domínio, representando também os fenômenos mais eminentes da inteligência e da sociabilidade como sujeitos sempre às leis invariáveis que ainda negam muitos espíritos cultivados. O positivismo resultou diretamente desta descoberta final, que, completando nossa longa iniciação científica, terminou necessariamente o regime preliminar da razão humana". Os fenômenos são sempre imutáveis quanto às suas condições fundamentais; entretanto mutáveis, mediante nossa intervenção, as disposições secundárias. Assim explica Comte: "Quaisquer que sejam os fenômenos sem excetuar os mais complexos, as suas condições fundamentais são sempre imutáveis; mas, por toda parte, também, inclusive nos casos mais simples, as disposições secundárias podem ser modificadas, e amiúde por nossa intervenção. Estas modificações em nada alteram a invariabilidade das leis reais, porque elas nunca se tornam arbitrarias". As pequenas variações nos fenômenos, decorrentes dos atos humanos, não altera sua imutabilidade; continuando, diz: "Sua natureza e extensão seguem sempre regras próprias, que completam nosso domínio científico. A imobilidade total seria por modo contrária à mesma noção de lei, que esta caracteriza, por toda parte, a constância percebida no meio da variedade. Assim, a ordem natural

constitui sempre uma fatalidade modificável, que se torna a base necessária da ordem artificial". Não há para Comte como fugir da totalidade, e diz: "Nosso verdadeiro destino compõe-se, pois, de resignação e de atividade. Esta segunda condição, longe de ser incompatível com a primeira, repousa diretamente sobre ela. Uma judiciosa submissão às leis fundamentais é, com efeito, o único preservativo contra o vago e a instabilidade de nossos desígnios quaisquer, permitindo-nos instituir, segundo as regras secundárias, uma sábia intervenção".

**66** Idem.

A Submissão às leis fundamentais é a única alternativa que resta a todos, e conclui: "Eis aí como o dogma positivo consagra diretamente nossa atividade, que nenhuma síntese teológica podia abarcar. Esse surto prático torna-se mesmo aí o principal regulador de nosso trabalho teórico relativo à ordem universal e suas diversas modificações".**67**

A fé positiva se concilia com o sentimento a partir do conhecimento completo do positivismo, e é Comte quem diz: "Contudo, vosso principal reproche resulta, a este respeito, de uma apreciação insuficiente do positivismo, que vós considerais apenas no estado incompleto em que ele ainda se mostra na maioria de seus adeptos". A dúvida só poderá existir pelo fato de o positivismo não ter se completado, e conclui: "Estes limitam-se à concepção filosófica demandada da preparação científica, sem ir até a conclusão religiosa, resumo único do conjunto dessa filosofia. Mas, completando o estudo real da ordem universal, vê-se o dogma positivo concentrar-se finalmente em torno de uma concepção sintética, tão favorável ao coração como ao espírito".**68**

O positivismo em sua obra filosófica tratou da ordem material, agora estando completa, chegou a hora de termos uma noção de um ente comum, a humanidade, este ente "Ser supremo" inspirou a fórmula sagrada do positivismo: "O amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim". E é Comte quem afirma: "Enquanto a iniciação filosófica abraçou apenas a ordem material, e mesmo a ordem vital, ela não pôde desvendar senão leis indispensáveis à nossa atividade, sem nos ministrar nenhum objeto direto de afeição permanente e comum. Mas já não é mais assim desde que essa preparação gradual se acha finalmente completada pelo estudo próprio da ordem humana, individual e coletiva". Portanto, entende que chegou o momento da unidade, e continua: "Esta apreciação final condensa o conjunto das concepções positivas na noção

única de um ente imenso e eterno, a humanidade, cujos destinos sociológicos se desenvolvem sempre sob o predomínio necessário das fatalidades biológicas e cosmológicas. Em torno deste verdadeiro Grande Ser, motor imediato de cada existência individual ou coletiva, nossos afetos se concentram tão espontaneamente quanto nossos pensamentos e ações”.

**67** Idem.

**68** Idem.

O Grande Ser unificará o conjunto das concepções positivas, e assim continua: “A idéia só desse Ser supremo inspira diretamente a fórmula sagrada do positivismo: O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim. Sempre fundada sobre um livre concurso de vontades independentes, a sua existência composta, que toda discórdia tende a dissolver, consagra logo a preponderância contínua do coração sobre o espírito, como a única base de nossa verdadeira unidade. É assim que a ordem universal se resume daqui por diante no ente que a estuda e aperfeiçoa sem cessar”. A religião da humanidade está proposta, e Comte continua: “A luta crescente da humanidade contra o conjunto de fatalidades que a dominam apresenta ao coração, como ao espírito, um espetáculo mais digno que a onipotência, necessariamente caprichosa, de seu precursor teológico. Mais acessível, tanto aos nossos sentimentos como às nossas concepções, em virtude de uma identidade de natureza que não obsta a sua superioridade sobre todos os seus servidores, semelhante Ser supremo excita profundamente uma atividade destinada a conservá-lo e melhorá-lo”.<sup>69</sup>

A atividade humana parece contrariar, por necessitar do instinto egoísta, da tendência afetiva da religião positiva. Entende Comte que os trabalhos individuais vão se tornando coletivos, e isso faz desabrochar o altruísmo. Entendia ele, ainda, que a educação positiva iria fazer despontar a afetividade coletiva. Por fim, diz ele: “Já poderíeis verificar esta tendência se a atividade pacífica, ainda destituída de toda disciplina sistemática, estivesse tão regulada quanto a vida guerreira, única organizada até aqui”. A organização da sociedade atingirá o previsto, e conclui: “Mas os grandes resultados morais obtidos outrora em relação a

esta, e que ainda permanecem sensíveis sob sua degradação atual, assaz indicam os que a outra comporta. Devemos, mesmo, esperar do instinto construtor reações simpáticas mais diretas e mais completas que as do instinto destruidor”.

Há que prevalecer o altruísmo sobre o egoísmo, nos trabalhos humanos. Essa modificação preencherá dentro da nossa existência, o amor, o pensar e o agir. Segundo Comte: “O predomínio habitual do altruísmo sobre o egoísmo, onde reside o grande problema humano, resulta aí diretamente de um concurso contínuo de todos os nossos trabalhos, teóricos e práticos, com as nossas melhores inclinações”. Comte tinha o egoísmo humano como inimigo de sua proposta e critica o catolicismo, concluindo: “Essa vida ativa, que o catolicismo, figurava como oposta ao nosso íntimo aperfeiçoamento, torna-se, no positivismo, sua principal garantia”.<sup>70</sup>

<sup>70</sup> Idem.

O conceito de que o amor é o princípio da unidade humana e que ele deve prevalecer no sistema religioso é assim tratado por Comte: “Acabais, com efeito, de assinalar espontaneamente o traço mais característico da religião positiva, a precedência que ela dá ao culto sobre o dogma. Para o reconhecerdes, deveis notar que a decomposição a que aludis resulta de uma exata apreciação da existência total que à religião cabe dirigir. O culto, o dogma e o regime, concernem respectivamente aos nossos sentimentos, pensamento e atos”. A precedência do culto sobre o dogma diferencia a religião da humanidade do catolicismo, e continua: “Excessiva deferência para com os meus predecessores católicos arrastou-me espontaneamente a colocar a princípio o dogma antes do culto, sem examinar se esta disposição seria tão conforme à nova síntese com à antiga. Uma solicitude exagerada pela racionalidade fez-me em seguida manter essa ordem, a fim de que o culto assentasse sobre uma base sistemática. A aplicação, porém, do arranjo primitivo demonstrou-me gradativamente que ele não é assaz sintético”. Comte de início seguiu o catolicismo para perceber depois que o culto devia preceder ao dogma, continuando, diz: “Para resolver definitivamente este problema, basta distinguir as duas constituições, sintética e analítica, que a doutrina universal comporta. O culto repousa necessariamente sobre a primeira, a qual ele desenvolve, idealizando-a. Longe, porém, de exigir a segunda, é o culto que, pelo contrário, se torna indispensável ao estabelecimento da constituição analítica do dogma. De onde resulta, minha filha, que é necessário, antes de tudo, elevar-nos até a exata compreensão da humanidade. Depois cultivamos os sentimentos apropriados à existência

que ela nos prescreve. Só então podemos efetuar a elaboração teórica destinada a fazer conhecer analiticamente a ordem fundamental e o Ente supremo que a modifica. Enfim, pelo regime, regulamos diretamente cada conduta humana”. Explicando o porquê da necessidade da inversão do culto sobre o dogma, conclui: “Eis aí como a religião positiva abraça ao mesmo tempo as nossas três grandes construções contínuas, a poesia, a filosofia e a política. A moral, porém, aí domina sempre, quer o surto de nossos sentimentos, quer o desenvolvimento de nossos conhecimentos, quer o curso de nossas ações, de modo a dirigir sem cessar nossa tríplice pesquisa do belo, do verdadeiro e do bom”.<sup>71</sup>

Eis, portanto, a elaboração feita por Comte da teoria geral da religião.

A teoria da humanidade, desenvolvida por Comte, sistematiza suas idéias, concentrando-se nas mulheres e proletários, que são, no seu entender, aqueles destinados a melhorar a humanidade e que melhor receberão a sã filosofia e religião positivista.

**71** Idem.

Com eles, virá a paz, mediante suas participações; assim ele se expressa: “As mulheres e os proletários, que esta exposição tem principalmente em vista, não podem nem devem converter-se em doutores, e nem eles o querem. Todos, porém, precisarão compreender quanto baste o espírito e a marcha da doutrina universal, para imporem a seus chefes espirituais uma suficiente preparação científica e lógica, sobre a qual repousa necessariamente o ofício sistemático do sacerdócio”. O questionamento, por parte daqueles que serão os timoneiros da doutrina universal, aos doutores levará estes ao aperfeiçoamento, e continua: “Ora, esta disciplina intelectual é hoje por tal forma contrária aos hábitos criados pela anarquia moderna, que ela nunca prevalecerá se o público de ambos os sexos a não impuser aos que pretendem dirigir suas opiniões. Esta condição social, tornará sempre preciosa a propagação geral da instrução religiosa, além de seu destino próprio para guiar cada existência, individual ou coletiva”. Ele pretende que os doutores sejam forçados à disciplina intelectual, que levar à propagação religiosa, e continua: “Mas semelhante serviço adquire agora uma importância capital, a fim de se pôr um paradeiro decisivo à anarquia ocidental, principalmente caracterizada pela revolta intelectual”. Mais uma vez Comte ressalta que chegou o momento, e conclui: “Se este Catecismo pudesse convencer as mulheres e os proletários que seus pretensos guias espirituais são radicalmente incompetentes para as altas elaborações que cegamente lhe são confiadas, muito contribuiria para a pacificação do Ocidente Ora, esta convicção unânime não pode resultar hoje senão de uma suficiente apreciação do

dogma final, adequada a tornar incontestáveis as condições gerais de sua cultura sistemática”.<sup>72</sup>

As mulheres e os proletários não agem senão por sentimento, e este interage com a inteligência e leva o ser humano à religião. Como ele acreditava ter estratificado a inteligência humana, o sentimento via religião levaria as mulheres e proletários a reformar (forçar) o mundo. Ele aduz o seguinte: “Quanto às dificuldades que temeis agora neste estudo indispensável, contaís muito pouco, para as superar, com as vossas excelentes disposições morais. Nenhuma academia atual hesitaria em proclamar doutoralmente que o espírito pensa sempre como se o coração não existisse. Mas as mulheres e os proletários nunca desconhecem a íntima reação do sentimento sobre a inteligência, explicada pela filosofia positiva.

**72** Idem.

“As dificuldades não serão solucionadas pelos doutores, a ação dos proletários e das mulheres é indispensável, e continua: “Vosso sexo, sobretudo, cujo doce mistério involuntário nos transmitiu, tanto quanto possível, os admiráveis costumes da Idade Média através da anarquia moderna, julga diariamente a heresia metafísica que separa esses dois grandes atributos, segundo a bela máxima de Vauvenargues, o coração é necessário às principais inspirações do espírito, deve ele servir também para fazer compreender os resultados dessas inspirações”. Sugere o uso do sexo para colocar ordem nas coisas, segundo seu entendimento, e prossegue: “Esta poderosa assistência convém, sobretudo às concepções morais e sociais, em relação às quais o instinto simpático pode secundar melhor o espírito sintético, cujos maiores esforços não venceriam, sem esse socorro, as dificuldades que tais concepções oferecem. Mas o mesmo auxílio se pode aplicar às teorias inferiores, em virtude da conexão necessária de todas as nossas especulações reais”. Justificando a sugestão como poderosa, continua: “Das duas condições fundamentais da religião, amor e fé, a primeira deve certamente prevalecer. Com efeito, ainda que a fé seja muito própria para consolidar o amor, a ação inversa é mais poderosa como mais direta”. O amor deve prevalecer à fé como ação na propagação da religião, e afirma: “O sentimento não só preside às inspirações espontâneas que a princípio exige toda elaboração sistemática, mas, ainda, consagra e auxilia a esta quando lhe reconhece a importância”. Colocando na ação da mulher suas esperanças, conclui: “Não

há mulher dotada de experiência que ignore a insuficiência demasiado freqüente dos melhores afetos quando não são assistidos de convicções inabaláveis. Esta palavra convencer bastaria, atenta sua origem, para lembrar a aptidão das crenças profundas a consolidar o interior ligando-o ao exterior".<sup>73</sup>

Comte tenta colocar o homem comum na fiscalização dos doutos, pois estes o haviam rejeitado. Isso fica demonstrado quando ele propõe e assim fundamenta: "A insuficiência teórica que vos atemoriza aqui assenta, enfim, sobre a confusão ordinária entre a instrução e a inteligência. Vossa admiração familiar pelo incomparável Moliere não vos preservou, a este respeito, do erro vulgar, cuidadosamente entretido pelos nossos Trissotinos de todas as profissões. Entretanto, devíamos corar por estarmos hoje menos adiantados que na Idade Média, em que todos sabiam apreciar o profundo mérito intelectual de personagens muitíssimo iletrados. Não tendes por vezes encontrado em tais espíritos uma aptidão mais real que na maioria dos doutores?".

**73** Idem.

A valorização do homem comum para colocá-lo contra os doutos é clara; concluindo, diz: "Hoje, mais do que nunca, a instrução só é verdadeiramente indispensável para construir e devolver a ciência, cujo conjunto deve sempre ser instituído de maneira a tornar-se diretamente acessível a todas as inteligências sãs. Sem isto, nossas melhores doutrinas degenerariam logo em mistificações perigosas, este desvio peculiar aos teóricos quaisquer não pode ser neles assaz atalhado senão por meio de uma digna fiscalização de ambos os sexos."<sup>74</sup>

Comte passa a definir a humanidade para explicar o que seria o Grande Ser. A humanidade para ele é o "conjunto dos seres humanos, passados, futuros e presentes". É o próprio quem diz: "Esta palavra conjunto indica-vos bastante que não se deve compreender aí todos os homens, mas só aqueles que são realmente assimiláveis, por efeito de uma verdadeira cooperação na existência comum". Comte separa homens que contribuem para ao desenvolvimento da humanidade daqueles que não o fazem, e conclui: "Posto que todos nasçam necessariamente filhos da humanidade, nem todos se tornam seus servidores, e muitos permanecem no estado parasitário, que só foi desculpável durante a sua educação. Os tempos anárquicos fazem sobretudo pulular, e demasiadas vezes florescer, esses tristes fardos do verdadeiro Grande Ser". Comte dá como exemplo a reprovação de Dante, ainda é Comte quem afirma: "Vedes assim que, a este como a qualquer

outro respeito, a inspiração poética antecedeu muito a sistematização filosófica. Seja como for, se esses parasitas não fazem realmente parte da humanidade, uma justa compensação vos prescreve de agregardes ao novo Ente Supremo todos os seus dignos auxiliares animais”.<sup>75</sup>

Comte tinha em mente que o Grande Ser seria constituído por aqueles que contribuíram com o aperfeiçoamento da humanidade e suas relações no tempo e no espaço, isso quer dizer que todos aqueles que tiveram uma existência em prol dos outros, ou legaram aos outros no passado, no futuro ou presente, o amor fraternal ou descobertas que moveram a humanidade, formam o Grande Ser.

<sup>74</sup> Idem.

<sup>75</sup> Idem.

## 5 - Conclusão

Ao publicar em 1942 o último volume do *Curso de filosofia positiva*, Comte imaginou que seria consagrado pelo mundo científico e até mesmo, como se referenciou, denominado o Newton das ciências sociais. Este curso inaugurou o que a posteridade chamou de Filosofia Científica ou Científico-positiva.

Não ocorrendo o previsto, segundo Comte, pelo comprometimento da comunidade científica com o *status quo*, a evolução do pensamento comtiano e sua certeza de estar diante da solução científica da sociedade levou-o a inserir o proletário dentro de seu pensamento. Está claro que Comte não esperava que os proletários pudessem ser o agente da regeneração do Ocidente, entretanto recorre a eles na esperança de que sua falta deixara incompleta sua obra e, por isso, ainda não fora chamado para reordenar a sociedade ocidental. É provável também que não associasse o proletariado ao operariado manufatureiro, como em Marx. Talvez tivesse em vista a Tradição do “Terceiro Estado”, incluindo os industriais, pelos quais revelaria grande apreço.

Comte incorpora aos filósofos o povo, entendendo que estes estavam mais bem preparados para receber o conhecimento

positivo, pois não estariam comprometidos com o estado metafísico que os cientistas de sua época estavam.

Em fevereiro de 1848, foi derrubada a Monarquia e instaurada a República em França. Comte vê reacender suas esperanças de ser chamado para dirigir a Grande Reforma.

O *Discurso* sobre o conjunto do positivismo aparece cinco meses depois da revolução e mostra a esperança renovada de Comte.

O fundador do positivismo tem a fórmula para regenerar a Europa Ocidental.

Essa regeneração dar-se-á pela aliança de filósofos, proletários e mulheres. A inserção da mulher, que é mais uma etapa do pensamento comtiano, significará colocar o sentimento ao lado da racionalidade científica.

O próprio Comte, já citado precedentemente, diz: "A natureza intelectual do positivismo e sua destinação social somente lhe permite um sucesso verdadeiramente decisivo num meio onde o bom senso, livre de uma cultura viciosa, deixa de forma mais adequada prevalecer as visões de conjunto, e onde os sentimentos gerais são mais expansivos". O egoísmo é um adversário do positivismo, e Comte conclui: "Com esta dupla característica, os proletários e as mulheres constituem necessariamente os auxiliares essenciais da nova doutrina geral que, embora destinada a todas as classes superiores quando estas estiverem submetidas àquela liderança".

Mais uma vez Comte não vê realizado seu sonho de promover a "regeneração".

A partir de 1851, Comte apresenta o Sistema de Política Positiva, dividido em quatro tomos. O quarto é dedicado às sistematizações finais do culto, do dogma e do regime com a teoria fundamental do Grande Ser.

Ele parte para a última etapa do desenvolvimento de seu pensamento: a Religião da Humanidade, como veio ser conhecida.

A síntese comtiana está na Religião da Humanidade. Comte constitui sua obra a partir de um pensamento multifacetado, que foi se interligando na medida em que o filósofo ampliava os atores que deveriam interagir na regeneração da humanidade.

Não há dúvidas que ele julgava ter conseguido sintetizar a sociedade humana, criando uma ciência social e uma moral científica. Não contava, entretanto, que a ciência não estava esgotada e que não há moral científica possível.

Deste modo Comte seguiu caminho tortuoso ao sabor do propósito de encontrar receptividade para a sua proposta de reforma social. Essa circunstância explica o aparecimento no Brasil de múltiplas

vertentes, até mesmo em contraposição uma à outra. Explica também, que a fundamentação doutrinária da ingerência militar na política, haja variado no tempo sem alterar o seu substrato último, isto é, o desprezo pelo sistema representativo e pela conflituosa sociedade democrática. Mas, para comprová-lo, cabe primeiramente reconstituir o processo histórico no qual os militares buscam alcançar a hegemonia no Poder Político, o que efetivaremos nos três capítulos seguintes.

## Capítulo II

### **Fracassa a Tentativa dos Militares De se Manterem Sozinhos no Poder**

O período estudado abrange aproximadamente da proclamação da República aos começos dos anos 20. Nessa fase, a liderança militar revela estar imbuída da convicção que lhe foi legada por Benjamin Constant, segundo a qual o Exército “concorrerá poderosamente para instaurar no Brasil o regime final industrial e pacífico”.

Os militares enfrentam uma decidida oposição de índole liberal e acabam por deixar o poder para um civil, Prudente de Moraes, em 15 de novembro de 1894.

O sucessor de Prudente de Moraes foi Campos Sales, e o país experimentou o que ficou conhecido como a “Política dos Governadores”, que era um desvirtuamento da representação política. Verifica-se, portanto, que os militares desprezavam o sistema democrático-representativo e os civis não faziam valer esta opção para criar instituições duráveis.

Voltam os militares, por eleições, através do marechal Hermes da Fonseca, e este coloca em prática, como programa de governo, as “Salvações”, que na realidade é a plataforma política de Benjamin Constant.

No fim do período aquela liderança parece completamente isolada, sobressaindo no Exército as preocupações de índole profissional. Contudo, como veremos, a influência positivista não se deixaria abater, assumindo nova feição, que cuidaremos de delinear no Capítulo III.

## **1– Sumário da situação nas primeiras décadas republicanas.**

A década de 1890 foi caracterizada por agitações, guerra civil, sobrecarga da vida política quando se tentava implantar um sistema até então não praticado pela sociedade brasileira.

O Decreto nº. 1, de 15 de novembro de 1889, declara, em seu art. 1º.: “Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da nação brasileira – a República Federativa”. O governo provisório investiu-se de todos os poderes até que se reunisse a Assembléia Constituinte. No dizer de Lacombe: “o primeiro problema foi imprimir uma orientação política republicana condizente com as tradições liberais”. Ainda segundo o mesmo autor, “o governo estava longe de constituir um grupo homogêneo. Havia republicanos liberais signatários do manifesto de 1870, simpáticos às formas democráticas à moda americana; havia antigos monárquicos liberais que aceitaram a república por verem nela a realização do federalismo. Mas havia também os que entendiam que se deveria estabelecer uma ditadura, e julgavam dispensável assembleias eleitas quer constituintes, quer ordinárias”. **76**

A passagem de Deodoro e do seu sucessor Floriano pelo poder, seria marcada pela tentativa dos militares de governarem sozinhos, no que amargaram uma profunda derrota pela decidida oposição com que se defrontaram, de cunho liberal, como pretendemos evidenciar, culminando com a eleição de Prudente de Moraes, que por sinal não recebeu o cargo das mãos do Marechal de Ferro.

O primeiro governo republicano foi eleito indiretamente, através da Assembléia, após aprovação do texto constitucional. Deodoro apresentou-se como candidato a presidente, tendo como vice o almirante Wandenkolk; Prudente de Moraes também foi candidato a presidente, tendo como vice o marechal Floriano Peixoto. O resultado surpreendeu a todos uma vez que o marechal Deodoro foi eleito presidente e o marechal Floriano foi eleito vice, mesmo tendo se apresentado candidato por outra chapa. A República inicia sua história com um governo militar.

**76** Américo Jacobina Lacombe. *Resumo da história do Brasil*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 3ª. ed., 1977, pp. 101.

Deodoro enfrenta vários problemas, entre os quais destacamos o relacionamento com o Congresso. No primeiro ano de mandato, dissolveu o Congresso, mediante ato de força, lançando um manifesto a todos os brasileiros e convocando novas eleições. Em seguida revolta-se a Armada, tendo à frente o almirante Custódio de Melo. Doente, Deodoro entregou o poder a Floriano Peixoto. Registre-se que Floriano Peixoto não o apoiou, tendo, ao contrário, trabalhado pela desestabilização do primeiro presidente da República.

Autorizado por Deodoro, o barão de Lucena foi falar com o marechal Floriano, e expôs-lhe o confronto estabelecido com Prudente de Moraes. Após ouvi-lo, o marechal afirmou que o governo tinha carradas de razões. Essa afirmação surpreendeu o barão, que não se contendo afirmou: “Mas, marechal, eles proclamam à boca cheia que têm V.Exa.”; respondeu Floriano: “Eu sei, eu não ignoro que eles assoalham isto mas não é verdade. Se eu os recebo e os acolho em minha casa, é com o fim de aconselhá-los à moderação e tolerância, e isto mesmo faço, para que os outros, menos prudentes e assisados, não os desencaminhem e os façam tresmalhar”. O barão de Lucena prosseguiu o diálogo justificando o confronto existente e acrescentou que a restauração já estava adquirindo muitos adeptos, que faziam propaganda; “que naquele momento o governo estava preocupado com a próxima vinda do Príncipe D. Augusto a bordo de uma fragata austríaca, e querendo continuar, ele me interrompeu para dizer-me estas palavras: “Sobre esse ponto tem muita razão para rechar qualquer coisa, pois sei que os sebastianistas conspiram, e conspiram porque contam com a Marinha, da qual deve V.Exa. desconfiar”. Verifica-se pelos depoimentos, a tentativa de esgrimir o fantasma da chamada restauração monárquica, quando na verdade se tratava de oposição liberal, contra a ditadura e a perpetuação dos militares no poder.

As revelações de Tobias Monteiro, em sua obra *Pesquisa e depoimentos para a história*, pp. 159 e seguintes, mostram o procedimento de Floriano Peixoto durante o governo de Deodoro. Vejamos alguns fatos. Antes de dissolver o Congresso, Deodoro assim se exprimiu com o barão de Lucena: “Não posso por mais tempo suportar esse Congresso, é mister que ele desapareça para a felicidade do Brasil; prepare o decreto de dissolução, e não se importe com Floriano Peixoto”; ponderou o barão: “Voltei ainda à carga, demonstrando-lhe a necessidade que tínhamos de esgotar toda a nossa prudência e longanimidade, para

que em tempo algum nos acusassem de violentos e precipitados; que ele refletisse que o Marechal Floriano Peixoto, além de ser vice-presidente da república, era de mais a mais o presidente nato do senado e uma alta patente do exército, e, conseguintemente, não podia deixar de ser ouvido e consultado, principalmente em relação à medida extrema, que ele, Generalíssimo, estava disposto a tomar”. A ponderação do barão Ihe era própria, acostumado com o regime parlamentar, e conclui: “Acrescentei estar persuadido de que o Marechal Floriano Peixoto, que tem se esquivado de tomar parte nas deliberações do governo, que se tem retraído a ponto de ausentar-se por tanto tempo da capital federal, e de não ter comparecido uma só vez ao senado para presidi-lo, estimaria assaz não ser consultado sobre tão graves assuntos”. O barão não queria que Floriano usasse do fato para opor-se ao governo, e conclui: “(...) para depois alegar, com justa razão, que era sem motivo algum suspeitado pelo governo e considerado adversário, quando nenhum ato havia ainda praticado que o fizesse supor tal”. **77**

Os vários depoimentos colhidos à época, demonstram que Floriano conspirava abertamente contra Deodoro; vejamos alguns: o general Cunha Matos escreveu: “O Marechal Floriano, então, conspirava francamente. Admira que indo o marechal todas as noites ao encontro do Visconde de Pelotas, nas Laranjeiras e acompanhado de secretas, o Sr. Barão não soubesse o que o mesmo fazia”. A oposição de Floriano a Deodoro era um fato conhecido e público; concluindo, diz: “Não quis o Sr. Barão contar o que se passou na conferência com o Visconde de Pelotas, em que o General Deodoro declarou que ia mandar bloquear o Rio Grande, que se sublevava, e matar à fome a população. Na noite do dia dessa conferência ouvi do Marechal Floriano, ao saber do que se passara: “Bloqueados estão eles terra marique”. Apesar da negativa, a evidência histórica é que Floriano estava articulado com o Congresso, não certamente por amor à democracia, como se veria depois”. **78**

A década de 1890 teve como fator desestabilizador a inflação e as mudanças econômicas promovidas por Rui Barbosa, e que culminaram com o denominado “encilhamento”. Algumas revoltas instalaram-se no país, dentre elas podemos mencionar a do Rio Grande do Sul, iniciada em 1893, chamada Revolução Federalista, uma guerra civil violenta que pôs frente a frente os liderados por Gaspar Silveira Martins e Júlio de Castilhos; o primeiro defendia a volta do parlamentarismo e o segundo liderava os positivistas.

**77** *Pesquisas e depoimentos para a história*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1982. Coleção Reconquista do Brasil, Volume 60, pp. 159 e 160..

**78** *Idem*, pp. 162.

No mesmo ano, no Rio de Janeiro, Custódio José de Melo chefiava a Revolta da Armada, tentando repetir o que tinha feito não tempo de Deodoro. Essa revolta não teve unanimidade entre a Armada, desde que o então comandante da Escola Naval, Saldanha da Gama, não apoiou. Como todos os problemas ficaram sem solução política, a revolta reacendeu e alastrou-se. Tanto isso é verdade que em dezembro do mesmo ano o almirante Saldanha da Gama aderiu, ameaçando o governo, apesar da coesão do Exército em torno de Floriano Peixoto.

A Revolução Federalista juntou-se à Revolta da Armada e avançaram sobre o Rio de Janeiro, chegando ao estado do Paraná e ameaçando invadir São Paulo. É certo, conforme relata Lacombe, que o almirante Saldanha da Gama, "que era conhecido como monarquista", falou em "repor o Brasil onde estava a 15 de novembro de 1889", no momento em que aderiu à revolta. Contudo, o fato histórico é que a derrubada da Monarquia decorreu de um ato de força e a população nunca chegou a ser consultada para ratificá-la, mediante plebiscito. Nos termos da própria Constituição de 91, deveria ter havido eleição quando da renúncia de Deodoro. Saldanha da Gama podia estar falando de Estado de Direito". **79**

Floriano Peixoto teve que lutar em várias frentes, não conseguindo, entretanto, apaziguar a nação e entregando ao seu sucessor o país em desordem, que teve de promover a paz no Sul do país.

Prudente de Moraes enfrentou a Guerra de Canudos, ocorrida no interior da Bahia, e que teve como líder Antonio Conselheiro. Conselheiro era monarquista e por isso tentou-se caracterizar Canudos como parte do plano de restauração monárquica. Canudos abalou a nação, tendo como conseqüência final o assassinato do ministro da Guerra, marechal Bittencourt, que morreu ao evitar um atentado ao presidente Prudente de Moraes, encetado por ocasião de uma manifestação de jacobinos, quando do recebimento por parte do presidente das forças que retornavam.

**79** Idem, pp. 105.

A tentativa de caracterização como restauração monárquica ofuscava o caráter liberal da oposição aos governos militares. Contudo, isso só vai ficar evidente muito mais tarde com o movimento civilista liderado por Rui Barbosa, e que levou este a ser candidato a presidente da República, perdendo justamente para um militar, Hermes da Fonseca, mas empolgando parte do país, como veremos adiante.

Do que precede parece evidente que os militares não tinham qualquer projeto de criar instituições republicanas no seio das quais as Forças Armadas tivessem uma destinação constitucional específica, tratando-se, na verdade, de deter o poder diretamente em suas mãos. A oposição com que se defrontaram era de índole liberal, sendo usado o fantasma da restauração monárquica sobretudo para manter a união das próprias hostes, já que esse fato, se decorresse de vontade expressa e de forma democrática, não devia aparecer como assustador para a elite política, as classes proprietárias e mesmo para parcela significativa das próprias Forças Armadas. O grupo positivista é que não poderia admiti-lo.

De modo que o projeto frustrou-se nesse primeiro momento, pelo isolamento completo a que se viram submetidos.

## **2- O caráter liberal da oposição ao regime militar no começo da República, comprovado pela análise de documentos da década.**

Quando afirmamos que a oposição à ditadura militar instaurada com a República era de cunho liberal, temos em vista que a liberdade fora suprimida em nome da denominada "razão de Estado", que é algo claro em Maquiavel e especialmente na obra *O príncipe*, e muito peculiar do Estado absoluto. A não manutenção do Estado de Direito, o não cumprimento do decreto em que se previu o plebiscito que legitimaria a nova forma de governo, são alguns dos fatores que levaram muitos brasileiros para a oposição.

O Estado liberal se caracterizou historicamente pelo entendimento de que o poder do Estado é consentido pelo povo e este se limita às autorizações constantes do conjunto que se denominou constitucional.

Ao tratar dos "valores" liberais, Nelson Saldanha diz: "Já que foi utilizado o termo "valores", podemos deter um pouco a exposição neste ponto e sobre o tema. Não é novidade que, desde que se desenvolveu (do século passado para o atual) a chamada teoria dos valores, ou axiologia, alguns autores, entre os quais Ortega, veicularam a idéia de entender a história como realização de valores". Entre os autores estrangeiros, Max Weber se notabilizou na discussão sobre valores, entre nós Miguel Reale brindou a cultura brasileira com a Teoria Tridimensional do Direito. Saldanha prossegue: "A idéia é realmente válida, desde que não se pretenda tomá-la como interpretação única da história: ela é compaginável com o hegelianismo e com a concepção de uma consciente acumulação de experiência. Neste caso, teria sido o período liberal aquele em que se desenvolveu o valor liberdade, do mesmo modo que em outros períodos se desenvolveram o valor ordem, o valor igualdade, o valor progresso". Não é a única forma de interpretar a história, entretanto a mais consentânea com a atualidade, continua Saldanha, identificando os principais valores: "Mencionar o valor liberdade como valor significa obviamente dar ao conceito um tratamento filosófico. Certamente que a liberdade é uma experiência, algo que se dá na (ou como) ação, como práxis, como situação. Mas esta experiência se estima e se entende em

termos de tomada de consciência como um valor. Como um bem, dir-se-ia em termos clássicos”. Após mencionar que o valor liberdade corresponde a um valor do ideário liberal, situa como esse valor se torna um bem; continua: “Dir-se-á, como tem sido dito (e é verdade), que o liberalismo enfatizou demais o valor liberdade. Que o enfatizou em prejuízo de outros valores: em prejuízo da ordem, vêm dizendo os conservadores, ou em prejuízo da igualdade, vêm dizendo os socialistas. O caso porém é que se pode dizer que o conservadorismo enfatizou ou enfatiza demais o valor ordem (ordem, segurança, continuidade, estabilidade); e que o socialismo enfatizou e enfatiza demais o valor igualdade”. Os valores liberdade, ordem e igualdade correspondem a ideários diferentes, pelo menos como principal valor destacado, ou seja, os liberais classificam a liberdade como o mais importante, enquanto os conservadores elegem a ordem e os socialistas a igualdade, e é o próprio Saldanha quem diz: “Cada doutrina, sobretudo na medida em que corresponde a um estágio de certo modo dialético na evolução da experiência social e dos regimes, baseia-se sobre um valor e faz dele razão de ser da organização social, política e econômica: nisto consistem os ismos e nisto está sua fraqueza, mas também sua força”. Não há dúvida que assiste razão á análise feita; concluindo, afirma: “Ao tomar a liberdade como valor basilar para a estimação do viver e para a configuração da ordem social, os liberais estavam, a um tempo, repudiando o modelo “absoluto” onde os poderes estavam concentrados e o poder monárquico primava sobre o reino inteiro, e tentando encaminhar na vida do progresso a tarefa de reestruturar as coisas. Aquele tempo, a noção de *ancien régime* existia para valer, era preciso superá-la, através da obtenção de um regime sócio-político realmente racional. **80**

A experiência brasileira acumulada, durante o Segundo Império, no exercício do valor liberdade, foi muito grande conforme é reconhecido pelos estudiosos. De sorte que a transformação ocorrida com a República foi não somente abrupta como profunda. Era natural que provocasse reação cada vez mais indignada em setores expressivos da elite.

**80** *O estado moderno e a separação de poderes*, Ed. Saraiva, 1987, pp. 29 e ss..

Ainda sobre o tema da liberdade e do Estado de Direito, constatamos nas palavras escritas por Norberto Bobbio que: "Na doutrina liberal, Estado de direito significa não só subordinação dos poderes públicos de qualquer grau às leis gerais do país, limite que é puramente formal, mas também subordinação das leis ao limite material do reconhecimento de alguns direitos fundamentais considerados constitucionalmente, e, portanto, em linha de princípio "invioláveis" (esse adjetivo se encontra no art. 2º. da constituição italiana)". Bobbio especifica que a doutrina liberal quer o Estado de Direito, mas que este tenha como pré-requisito respeitar os princípios da doutrina quanto ao que consideram "princípios invioláveis"; continuando, diz: "Desse ponto de vista pode-se falar de Estado de Direito sentido forte para distingui-lo do Estado de Direito em sentido fraco, que é o Estado não despótico, isto é, dirigido não pelos homens, mas pelas leis, e do Estado de Direito em sentido fraquíssimo, tal como o Estado kelseniano, segundo o qual, uma vez resolvido o Estado no seu ordenamento jurídico, todo Estado é Estado de Direito e a própria noção de Estado de Direito perde toda força qualificadora)". Bobbio distingue três Estados de Direito, ou seja, o dos liberais (forte), não despótico (fraco) e o de Kelsen (fraquíssimo); em continuação, afirma: "Do Estado de Direito em sentido forte, que é aquele próprio da doutrina liberal, são parte integrante todos os mecanismos constitucionais que impedem ou obstaculizam o exercício arbitrário e ilegítimo do poder e impedem ou desencorajam o abuso ou o exercício ilegal do poder". Após qualificar o que é o "Estado de Direito em sentido forte", especifica-o: "Desses mecanismos os mais importantes são: 1 – o controle do Poder Executivo por parte do Poder Legislativo; ou, mais exatamente, do governo, a quem cabe o Poder Executivo, por parte do parlamento, a quem cabe em última instância o Poder Legislativo e a orientação política; (...) "O controle do Executivo por parte do Legislativo, sendo este a maior expressão da sociedade, continua Bobbio: "2 – o eventual controle do parlamento no exercício do Poder Legislativo ordinário por parte de uma corte jurisdicional a quem se pede a averiguação da constitucionalidade das leis; (...) "A corte suprema deve se pronunciar sobre as dúvidas constitucionais decorrentes das normas jurídicas emanadas do Legislativo; e conclui: "3 – uma relativa autonomia do governo local em todas as suas formas e em seus graus com respeito ao governo central; 4 – uma magistratura independente do poder político".

**81**

**81** *Liberalismo e democracia*, Editora Brasiliense, 1988, pp. 18 e ss.

Como se vê, o Estado de Direito em qualquer dos sentidos abordados por Bobbio não estava em vigor durante o período aludido, sendo portanto, mais do que evidente que a oposição era insofismavelmente de caráter liberal. A análise desapaixonada de alguns documentos, que efetivaremos a seguir, corrobora plenamente a tese de que a oposição, na década de 90, era de cunho liberal. Na verdade a plataforma liberal foi invocada por todos aqueles que se opuseram á permanência dos militares, que, no poder, agiram arbitrariamente, ou seja, Deodoro e Floriano. A idéia liberal norteou a oposição, a fez florescer e inviabilizou a continuidade da ditadura militar que se instalou com a República.

A volta do exercício do poder sob o império da lei, o funcionamento dos poderes dentro dos seus limites constitucionais e a tentativa de se ter uma forma de governo republicado e democrático levaram o País a várias lutas naquela década. Edgard Carone levantou "A primeira República (1889-1930)" e traz alguns depoimentos que merecem uma avaliação cronológica, para esclarecimento da plataforma que levou vários grupos de brasileiros a lutarem entre si. **82**

Na proclamação dos membros do Governo Provisório (Deodoro e Floriano) é garantido o Estado de Direito e o compromisso assumido com os agentes internos (população) e externos (estrangeiros). Isso ocorreu no próprio dia da proclamação da República, a 15 de novembro de 1889. O art. 5º. do primeiro decreto do Governo Provisório, diz: "Os Governos dos Estados Federais adotarão, com urgência, todas as providências necessárias para a manutenção da ordem e da segurança pública, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, quer nacionais, quer estrangeiros". No art. 6º. complementa: "Em qualquer dos estados onde a ordem pública for perturbada e onde falem ao governo local meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e a tranqüilidade públicas, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força pública, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas".

**82** *Corpo e alma do Brasil*, Edgard Carone, *"A primeira República (1889-1930)"*, Editora Bertrand Brasil S.A., 1988, 4ª. Edição, pp. 15-42..

O compromisso era com o funcionamento do Estado de Direito. No art. 7º., assume o compromisso com a nação, que acaba não cumprindo, e que foi o seguinte: "Sendo a República Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o Governo Provisório não reconhecerá nenhum outro Governo local contrário á ordem republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo da Nação, livremente expressado pelo sufrágio popular".

O compromisso do Governo Provisório é com o Estado liberal, e isso é rompido ao longo do primeiro governo republicano, sendo restabelecido com a eleição de Prudente de Moraes, que com o exercício de seu mandato acabaria tornando-se o apaziguador nacional.

Em 3 de novembro de 1891, Deodoro dissolve o Congresso, que a seu ver é uma instituição que estava traindo a Pátria. Alega que o movimento desestabilizador era de origem monárquica. O exame do seu pronunciamento, em que justificou o ato, permite verificar que as dificuldades eram evidentemente contornáveis, pois o Congresso, como um dos poderes da República, pode contrariar o Executivo. Por trás do ato escondia-se uma luta de facções militares, uma liderada por Deodoro e outra por Floriano, ambos interessados em governar sozinhos.

Em 23 de novembro de 1891, diante da resistência à dissolução do Congresso, decretada no dia 3 de novembro, Deodoro renuncia. Naquele mesmo dia o marechal Floriano Peixoto assume o poder e divulga um manifesto à nação, onde afirma, entre outras coisas, que: "A Armada, grande parte do Exército e cidadãos de diversas classes promoveram, pelas armas, o restabelecimento da Constituição e das leis, suspensas pelo Decreto de 3 deste mês, que dissolveu o Congresso Nacional". É Floriano quem diz, e ressalta que o compromisso com o Estado liberal triunfou.

Em 31 de março de 1892, ocorreu a Carta-manifesto de 13 generais, que apelam para instauração da ordem e da lei sob pena de: "A continuar por muito tempo semelhante estado de desordem geral do país, será convertida a obra de 15 de novembro de 1889 na mais completa anarquia". A não consolidação do Estado de Direito que, ao contrário, daria lugar à ditadura, preocupava parte da elite militar. Prosseguindo, dizem: "E os abaixo assinados, crentes como estão, que só com a eleição do Presidente da República, feita quanto antes, como determina a Constituição Federal e a Lei Eleitoral" – pedem o cumprimento da lei, e concluem – "porém, livremente, sem pressão da força armada, se poderá

restabelecer prontamente a confiança, o sossego e a tranqüilidade da família brasileira, e bem assim o conceito da República no exterior, hoje tão abalados, esperam e contam que, neste sentido, dareis as vossas acertadas ordens, e que não vacilareis em reunir este importante serviço cívico aos muitos que nos campos de batalha já prestastes a esta Pátria". Esse documento mostra que, dentro do Exército, estes generais lembram Floriano sobre seu compromisso com o Estado de Direito, que é uma conquista liberal.

Em 6 de setembro de 1893, houve a proclamação do contra almirante Custódio José de Melo. Ele apoiou o movimento que levou Floriano ao poder, quando da renúncia de Deodoro, pois afirma: "O movimento revolucionário de 23 de novembro não teve outro fim senão restaurar o regime constitucional e a ação dos poderes constituídos que o golpe de 3 de novembro aniquilava com assombro geral da Nação e, principalmente, de todos quantos eram responsáveis pela formação do governo republicano". O golpe de Deodoro, a 3 de novembro, foi usado pelos revolucionários de 23 de novembro, entretanto, ao que parece, nenhum dos movimentos cumpriu o prometido, conclui o contra-almirante na esperança de que este último movimento garantisse a democracia: "A ditadura de 3 de novembro não visou a outros intuitos, com efeito, que o da irresponsabilidade da administração na questão financeira da República: se por um lado acenava às ambições inconfessáveis e aos interesses menos legítimos, por outro abatia o caráter nacional, ludibriava-o fazendo crer que a Nação, incapaz de criar para si instituições livres, e de viver à sua sombra, recebera submissa e sem protestos o jugo de uma autocracia que era um vilipêndio e significava uma humilhação". Veja que é uma declaração que defende o Estado de Direito e, portanto, uma postura liberal.

Mais adiante reafirma seu caráter liberal: "No governo, até quando a ele pertenci, procurei manter firme os meus intuitos patrióticos, sustentando com inquebrantável lógica a supremacia da Constituição e a submissão à Lei". Adiante começa a expor as razões que o levaram a se opor àquele governo que servira: "Nem um só dia se passou que, como ministro, eu não estivesse de atalaia em prol dos direitos e das liberdades populares contra a ação invasora e absorvente de uma forma de administração que, enfeixando nas próprias mãos todas as funções políticas da Nação, todas as manifestações da soberania popular, tendia, de arbítrio em arbítrio, de prepotência em prepotência, escalar todas as ameias dos poderes políticos e anular todas as regalias constitucionais". A

luta do grande militar parecia não lograr sucesso, e ele continua: "Contra a Constituição e contra a integridade da própria Nação, o chefe do Executivo mobilizou o exército discricionariamente, pô-lo em pé de guerra e despejou-o nos infelizes Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul". Critica os atos arbitrários de Floriano contra os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e conclui: "Contra quem? Contra inimigo exterior, contra estrangeiros? Não. O Vice-presidente da República armou brasileiros contra brasileiros; levantou legiões de supostos patriotas, levando o luto, a desolação e a miséria a todos os ângulos da República, com o fim único de satisfazer caprichos pessoais e firmar no futuro, pelo terror, a supremacia de sua ferrenha ditadura".

Colocando-se contra a ditadura de Floriano ele conclui: "Oficial da Marinha, brasileiro e cidadão de uma pátria livre, ainda uma vez vou achar-me no campo da ação revolucionária para dar combate aos demolidores da Constituição e restaurar o regime da lei, da ordem e da paz". Declara sua intenção de participar ativamente, ou seja, militarmente, contra o governo Floriano, e conclui: "Nenhuma sugestão de poder, nenhum desejo de governo, nenhuma aspiração de exercer mandatos por esforço violento da própria individualidade, me levam a revolução. Que a Nação Brasileira possa e saiba exercer a sua soberania dentro da República, eis o meu *desideratum*, eis a cogitação suprema do meu espírito e da minha vontade".

Não há dúvida que este depoimento afasta qualquer vinculação com a chamada restauração monárquica e reafirma o compromisso com a República, com o Estado de Direito e, portanto, com a plataforma liberal.

Em 7 de dezembro de 1893, houve o Manifesto do vice-almirante Saldanha da Gama, sua análise não autoriza que lhe atribuam a conotação pura e simples de monarquista. Este documento mostra apenas que ele também reconhece a existência de uma ditadura militar, e infere: "A lógica assim como a justiça dos fatos autorizaria que se procurasse à força das armas, repor o governo do Brasil onde estava a 15 de novembro de 1889, quando num momento de surpresa e estupefação nacional ele foi conquistado por uma sedição militar, de que o atual governo não é senão uma continuação". Veja que a afirmação é que uma sedição militar a pretexto da implantação da República instaurou uma ditadura militar. Isso fica claro quando na seqüência ele diz: "O respeito, porém que se deve à vontade nacional livremente manifestada aconselha que ela mesma escolha solenemente e sob sua responsabilidade a forma

de instituições sob que deseja envolver os seus gloriosos destinos”. O vice-almirante Saldanha da Gama não explicita no documento se é a favor ou contra a República, mas deixa claro que o Estado de Direito, que é uma conquista liberal, deve ser restabelecido, e acrescenta com palavras que autorizam respeitá-lo como democrata que aspira possa a nação escolher o seu destino.

A eleição de Prudente de Moraes e o apaziguamento nacional, conseguido durante o seu mandato, autoriza a conclusão de que a oposição era de caráter liberal, porquanto defendia as conquistas liberais, e isso a história não pode deixar de registrar.

Edgard Carone, na obra citada, apresenta ainda o que chamou de tentativa de restauração monárquica. O primeiro parágrafo diz: “O adesismo dos monarquistas começa no dia seguinte à proclamação da República. A debandada é geral; os elementos fiéis reduzem-se a uma minoria. Isto, porém, não impede que durante a década de 90 o espantinho monarquista seja apresentado como o maior perigo para a estabilidade do regime”. Embora se perceba que está longe de compreender o verdadeiro caráter da oposição ao militarismo, fala em “espantinho” que era “apresentado”, isto é, não expressa maior convicção quanto à sua efetividade. Mais expressivo ainda é que registra o autor um artigo publicado em 25 de agosto de 1892 no *Correio da Manhã*, no qual não se verifica uma manifestação de monarquistas e sim da oposição em geral, que tenta livrar o país da tirania, sendo significativo este trecho: “Mocidade das Escolas, civis e militares, vós ainda conservais a pureza do amor-pátrio, que enche os vossos corações, vinde altaneira e generosa, combater a tirania em nome da liberdade”.

Não viver sob tirania é uma idéia liberal, que propiciou a derrota da ditadura militar e a eleição de Prudente de Moraes.

A análise subsequente sobre o tratamento dado pela ditadura militar, após o advento da República, à imprensa, demonstrará a procedência da afirmação de que a oposição era liberal, e isso se comprova pelo depoimento de Carlos Laet.

### 3 – A imprensa na primeira década republicana

Carlos de Laet (1847/1927) era um importante líder católico, tendo se formado em engenharia mas seguido carreira humanista como professor do Colégio Pedro II, em cujo corpo docente ingressou em 1872. Demitido pela República, somente seria reintegrado em 1915. Encontra-se entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras e foi seu presidente. Era a favor da criação de um Partido Católico. Embora não formasse na oposição liberal, tinha como todos os outros o devido apreço pelo Estado de Direito. Seu depoimento está mobilizado aqui porque soube reunir farta documentação acerca do esmagamento da liberdade de imprensa efetivado pelos governos militares.

O tema tratado por Carlos de Laet tem por base o fato de que a tradição do Segundo Império era o de respeito às liberdades fundamentais, destacando-se o da imprensa, que tudo podia, e isto é reconhecido por ilustres republicanos, conforme cita, entre eles o sr. José Veríssimo, que diz: “Quantos neste país têm a honra de empunhar uma pena convencida e honrada, por modesta que seja, (escreveu aquele festejado democrata) reconhecerão que jamais durante o seu longo reinado tiveram de deixá-la cair por falta de liberdade, ou sequer de iludir ou velar o seu pensamento. Todos pensávamos como queríamos e dizíamos o que pensávamos. **83**

Mas adiante continua: “Em capítulo ponderadamente escrito para fazer parte da coletânea que em 1889 ao mundo civilizado dava notícia do estado material e moral da nossa Pátria, o sr. Dr. Ferreira de Araújo, jornalista e republicano histórico, subscrevia esta mesma ordem de verdades: “Em nenhum país (disse ele) se poderiam achar mais liberdades que as que de fato existem no Brasil. Tudo é lícito dizer na imprensa, na tribuna, contra a polícia, contra a magistratura, contra o Governo, contra o Imperador. Há leis contra o abuso destas liberdades, mas essas lei nunca regularmente se aplicam e, para muitos casos, não há leis especiais”. (*Lê Brésil en 1889*). **84**

**83** *Década republicana*, Volume I, Coleção Temas Brasileiros, Volume 59, Editora Universidade de Brasília, 1986, pp. 197-237, e *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1891.

**84** Idem. *E Lê Brèsil en 1889*, Paris, Art. Presse, pp. 513.

Outros exemplos de que havia liberdade de imprensa são mencionados como do republicano histórico Sr. Assis Brazil, que afirmou: “De que nos serve podermos gritar, gritar muito, até rebentar os pulmões, se o Poder é surdo a esses gritos, se vai fazendo o que quer, sem dar ouvidos aos reclamos da opinião?”

O que Carlos de Laet pretendeu mostrar, não foi só que durante o Império houve liberdade, e esta era usada por monarquistas e republicanos, e, sim, que com o advento da República iniciou-se um período de perseguições políticas e fundamentalmente atingindo a imprensa.

A avaliação que faz dos três primeiros governos republicanos, sobre o assunto, demonstra o seguinte: “Deodoro representa a força francamente brutal: é o Decreto de 23 de dezembro de 1889, que aos jornalistas aplica os artigos de guerra: é, mais tarde, a invasão da Tribuna e o conseqüente assassinato de Romariz. O velho soldado tudo queria levar à pancada, até que, cego e mal-conduzido, tombou no abismo político de que não mais se ergueu”. Vejamos mais detidamente a análise das relações do governo Deodoro com a imprensa.

Os primeiros dias da República, como não poderia deixar de ser, foram tensos, o que espantou foi o uso da força bruta, que não estavam habituados os cidadãos, principalmente da cidade do Rio de Janeiro. Escreve Carlos de Laet: “Muitíssimas prisões foram então efetuadas. Entre os prisioneiros contavam-se cidadãos ilustres e rodeados da pública veneração. Ferreira Viana, o Marquês de Paranaguá, Lima Duarte e o Visconde de Assis Martins, Alfredo Chaves, Carlos Affonso Thomaz Coelho e outros receberam ordem de comparecer no Quartel-general do Exército e para lá tiveram de ir, submetidos alguns ao mais intolerável vexame”. O constrangimento não pararia aí, e prossegue: “(...) como, por exemplo, sucedeu ao Conselheiro Thomaz Coelho, ex-ministro da Guerra, sincero amigo do Exército, criador do Colégio Militar e que se viu obrigado a transitar, pedestremente e até sem chapéu, pelas ruas mais freqüentadas da Capital e metido como facínora dentro de grande escolta de soldados, com as carabinas embaladas”. Vê-se que o governo agia de forma intimidadora; continua citando outros jornalistas: “Passou assim este cidadão respeitável (escreveu o Sr. Eduardo Prado), diante de seis ou sete escritórios de jornais que antigamente noticiavam indignados qualquer violência contra bêbados ou gatunos. Ainda em 1888 alguns desses jornais cobriam de elogios o Conselheiro Thomaz Coelho,

membro de Gabinete que decretou a abolição total da escravidão e publicavam o seu retrato: "A imprensa estava amordaçada e não mais publicava o que queria, e conclui: "Desta vez não houve um só jornal que ousasse sequer noticiar e muito menos condenar a desnecessária brutalidade".<sup>85</sup> Continuando, diz: "A todos esses jornais claro está, abria exceção a Tribuna Liberal, que no mesmo dia do motim do Governo recebeu intimação para não dar notícia que pudesse alvoroçar o espírito público".

O que fica demonstrado, é que há, com o advento da República, o uso da força, que modificou o comportamento da imprensa, suprimindo-a, ou tirando dela o essencial que é o embate das idéias.

Os presos foram posteriormente liberados, pois as escaramuças também chamadas contralevantes, nada tinham de participação daqueles membros da imprensa. Entretanto, houve constrangimentos praticados pelos militares.

Carlos de Laet usa a expressão terror para caracterizar a situação imperante, e pelos fatos que aponta, vê-se que não exagera. Tomemos este exemplo: "(...) o Sr. Conselheiro Carlos Affonso, alvo de antigos ódio e prevenções pela ereta atitude com que, quando Ministro da Guerra, ríspido se houve ante a indisciplina; posto que nele sempre tivessem achado um protetor os oficiais de valor e mérito, entre os quais Floriano Peixoto, que lhe deveu (nem ele o negava) boa parte dos progressos de sua carreira no Exército. Carlos Affonso, remetido para a fortaleza de Santa Cruz, lá penou velhos pecados até que, banido do território nacional por Decreto de 21 de dezembro, teve que partir para a Europa em 8 de janeiro de 1890". Não há dúvida que ao banir o Estado de Direito, o governo ensejou o aparecimento de atitudes vingadoras pessoais, continua Laet: "Para dar medida do terror que então imperava, lembrarmos que, com bom motivo assustada, a família do ilustre prisioneiro almejava se abreviasse o prazo de sua partida. Nesse sentido o escritor destas linhas se endereçou aos confrades da imprensa, fazendo ver que quaisquer observações dos jornais "neutros" seriam talvez bem acolhidas e poriam termo aos crudelíssimos sobressaltos da esposa e dos filhos menores do banido". Apela Laet aos confrades da imprensa, mas não obteve sucesso na empreitada, e ele mesmo diz: "No Jornal do Comércio o Sr. Souza Ferreira declarou que nada podia fazer, atenta a gravidade da situação; e a Gazeta de Notícias, pela boca do Sr. Ferreira de Araújo, articulou uma promessa amistosa que não foi cumprida. Único o Diário do Commercio, então dirigido pelo Sr. Fernando Mendes, arriscou discretas,

mas ainda assim corajosas súplicas em favor de um dos poderosos da véspera". Sem o apoio da imprensa e demonstrando coragem pessoal, Laet, inconformado, continuou e relata: "Entretanto, como aos paternais conselhos que pelo Sr. Bocaiúva no Quartel-General lhe foram dados, não se conformou o redator-chefe da Tribuna Liberal, o qual na coragem de seus nobres companheiros hauria eficaz ensinamento para perseverar no seu posto de honra, deliberou o Governo Provisório promulgar o monstruoso Decreto de 23 de dezembro, que eternamente constituirá na legislação de nossa Pátria um momento apróbico para os que o referendaram". A luta de parte da imprensa ensejou a implantação do "terror" com o advento do Decreto de 23 de dezembro. Laet continua seu relato: "Por que me prendem? Perguntou no Quartel-General, ao Sr. Bocaiúva, o jornalista da Tribuna que para lá foi arrastado. De atos contra o Governo, ninguém me pode acusar, pois não passo de um escritor oposicionista. De pensamentos, seria absurdo. E se é do que tenho escrito, a culpa é dos senhores, que não declararam abolida, com a Monarquia, a liberdade de imprensa que com ela floresceu". Verifica-se que o procedimento do governo era indefensável, conforme observação do Sr. Bocaiúva, conclui Laet: "A objeção era irrespondível, ou antes só lhe podia responder enveredando animosamente (triste coragem) pela trilha do despotismo, e esmagando a mais preciosa das liberdades políticas".

Não se quer, aqui, discutir as razões do governo, porque não as há. Não se admite o procedimento transcrito a não ser que identifiquemos que vivíamos sob uma ditadura militar. A questão foi abrandada posteriormente, conforme o Sr. Max Leclerc, segundo Carlos de Laet informou. Aquele senhor era correspondente do *Journal des Débats*, e assim se referiu ao assunto: "Sobre grave questão, do regime da imprensa, divergem os alvites no Governo. A lei marcial teve por consequência amordaçar a imprensa? Sim, diz o Sr. Rui Barbosa. Não, opinam o Sr. Benjamin Constant e outros". A imprensa diz que sim, o governo diz que não, entretanto não há dúvida que vivíamos num regime ditatorial, prossegue: "E o Marechal Deodoro que, singularmente contrastando com seu antecessor na direção do Estado, não alimenta, (e razões tem para isto) pretensão alguma à ciência universal, faz a seus ministros esta observação mui sensata: "Não entendo patavina em todas as suas questões políticas ou financeiras; é preciso que eu aprenda alguma coisa lendo as folhas. Deixem-nas falar". E de fato reassumiu a imprensa certo desembaraço". **86**

**85 Idem. E. Frederico de E., *Fatos da ditadura militar no Brasil*, 2a. Edição, 1890, pp. 29, nota.**

**86 Idem. *E Letres du Brèsil*, pp. 166**

Outros entreveros ocorreram; apesar de Deodoro ter relaxado as tensões, não há que se esquecer que o mesmo dissolveu o Congresso, ou seja, no espírito dos fundadores da República a intolerância para com as liberdades e o direito de representação são fatos históricos incontestáveis.

O governo Floriano foi marcado por lutas e uma oposição liberal que inviabilizou a continuidade da ditadura militar.

O relacionamento nesse período entre a imprensa e o Marechal de Ferro foi extremamente penoso. Eles (os militares) não foram preparados para o embate das idéias e sim para ordenar e cumprir, e este fato é preponderante em qualquer avaliação histórica que tenha por objetivo esclarecer os fatos.

Quando do falecimento de D. Pedro II, naquela altura deposto, as reuniões feitas na cidade do Rio de Janeiro, em sua homenagem póstuma, foram tratadas como atos de guerra, o que levou o jornalista Carlos de Laet a procurar o governo para que fosse garantido o direito de reunião, ficou a tal ponto decepcionado que escreveu um artigo que consta da obra citada, a cuja transcrição não podemos furtar, embora se trate de citação sem dúvida extensa: "Retiramo-nos da imprensa, (disse aí, sob sua pessoal responsabilidade, o homem que ora escreve estas linhas), retiramo-nos da imprensa, e talvez que definitivamente, devemos ao povo a explicação das razões que a isso nos obrigam". Laet retirava-se da imprensa diante do amordaçamento da opinião divergente, continua: "Em nosso número de ontem expusemos o fato de que fomos vítimas; mas abstendo-nos de enunciar qualquer propósito ou deliberação que somente poderíamos tomar depois de conferenciar com o governo do País, a quem sobretudo incumbe a garantia da legalidade e da ordem de que se diz sustentador". Antes de deliberar pelo abandono, Laet quis falar com as autoridades, e relata: "Essa conferência realizamo-la ontem, na Secretaria do Interior, com o Sr. Dr. José Higino Duarte Pereira, que entre os diversos ramos sob sua administração tem o da Justiça. Estava também presente o Sr. Dr. José Caetano Rodriguez Horta, presidente da companhia O Brasil e, como tal, representante da propriedade, justamente ameaçada com a redação desta folha". A entrevista com o ministro da Justiça era definitiva para Laet, que continuando diz: "Recebidos atenciosamente por S.Exa., expusemos-lhe, com devida precisão, o desacato que nos fora feito

em uma das ruas centrais desta Cidade, (nota: O Brasil funcionava no prédio n. 135 da Rua Sete de Setembro, entre a travessa de S. Francisco de Paula e a Rua Uruguaiana) durante uma hora, ou mais, sem que por parte da polícia de S.Exa. houvesse ato que demonstrasse estarem vigorando as leis protetoras da segurança individual, do direito de propriedade e, mais que tudo, da livre manifestação do pensamento". Relatou ele ao ministro uma ocorrência grave e sem que as autoridades fizessem valer as leis, especificando o ocorrido, dizendo: "Aglomerar-se um grupo em frente de uma casa, clamar por determinada pessoa para assassiná-la, procurar uma escada, escalar um sobrado, tudo isso se fez em local que demora a meio minuto de distância do Largo de São Francisco de Paula e a cinco minutos da Repartição da Polícia". O fato é por demais ilustrativo quanto ao tratamento dispensado à oposição; Laet continua: "Desse plano, acrescentamos, fomos prevenidos, e amigo nosso, relacionado com o nobre ministro, se oferecera para de nossa parte reclamar garantias; mas proibimos-lhe que o fizesse falando por nós, porque em país civilizado não é preciso que os cidadãos estejam, por qualquer boato, a incomodar a autoridade". Rejeitara Laet qualquer acordo de proteção que visasse derrubar sua pena, e afirma: "Esta deve ter consciência de seus deveres e cumpri-los austeramente. Diante, porém, do princípio de execução de planos criminosos, tinha todo lugar o perguntar-se ao Ministro da Segurança Pública, até onde podia garantir aos jornalistas, posto que seus adversários políticos". A responsabilidade da autoridade é correta, porém infrutífera em um Estado autoritário; continuando, Laet diz: "Há mais, Sr. Ministro, ponderamos ainda. Diversos cidadãos, entre os quais alguns que representam grandes serviços à nossa Pátria, reuniram-se para promover uma solene manifestação de pesar pela morte do Imperador e sufragar-lhe a alma, tão boa e generosa". A morte do imperador levou algumas personalidades a prestarem homenagem pelo seu passamento, atitude que gerou represálias, e Laet prossegue: "Desde então esses homens estão sendo continuamente avisados, por pessoas de critérios e dignas de atenção, de que um clube denominado Tiradentes e em outra reunião de moços, presididos ambos conciliábulos por progressistas, se tem planejado o assassinio dos membros da comissão de exéquias. Escusado é acentuar a triste gravidade de tal situação e o papel que nisto desempenham os Poderes Públicos".

Ao Ministro, Laet denunciava e informava nomes, esperando, quem sabe, medidas; prossegue ainda: "Se as exéquias do Sr. Pedro II, a juízo do Governo, constituem um perigo para a estabilidade das

instituições republicanas, o que ao mesmo Governo competia era declará-lo francamente, proibindo-as, caso em que nenhum dos honrados membros da comissão, muito dos quais já foram homens políticos, duvidaria obedecer às ordens da autoridade". Sugere que o governo tome medidas, proibindo se quiser, mas, se permite, cabe a ele garantir o direito; continuando, diz: "Permiti-las, porém, e tolerar que às vistas do Ministério se arme um grupo de fanáticos para perturbá-las, revivendo no regime da "legalidade" processo dos "suspeitos", certamente importa no mais formal descrédito da respeitabilidade governamental e dos nossos foros de Nação regida constitucionalmente". A crítica procede, entretanto era inútil; voltando a falar da imprensa, diz: "Quanto à imprensa, declaramos ao Sr. Ministro que ainda mais razão de queixa tínhamos do seu Governo que dos que o haviam precedido na República. Com efeito o Provisório trucidou o livre jornalismo político em 23 de dezembro de 1889. A ditadura Lucena decretou o estado de sítio. Medidas foram essas tirânicas, não há dúvida, mas francas. Diante delas só havia o calar". Laet critica o governo que não assume mas pratica a ditadura, e diz: "Mas o atual Governo assegura a liberdade, e tolera nas ruas a mazorca ameaçando a imprensa, o comércio e a pedir cabeças de adversários!" Analisando o procedimento do governo, Laet diz: "Se há conspirações, Sr. Ministro, dissemos (e a isto V.Exa. atalhou observando que nunca falara em conspiradores) cumpra o Governo a sua obrigação, vigiando, colhendo provas e punindo os culpados segundo as leis do País. Onde, porém, a demonstração das acusações vagas do sr. Lucena contra os monarquistas? (nota: As acusações a que neste ponto se alude, são as constantes do manifesto com que Deodoro tentou justificar o seu crime político da dissolução do Congresso, em 4 de novembro de 1891)". Outra vez Laet insiste com as obrigações que um governador tem dentro do Estado de Direito, continua ele: "No terreno da propaganda ou nos deixam a liberdade, ou não haverá democracia. A República de V.Exa. dissemos, somente se pode consolidar sendo honesta e tolerante (Aquiescência do Sr. Ministro). V.Exa. é um homem de bem, nós o reconhecemos, mas já estamos vendo que não pode incutir em seu Governo a tolerância de que ele necessita para subsistir".

O que se viu é que o regime vivido por Laet não sobreviveu, sendo o governo entregue a um civil, Prudente de Moraes, continua Laet: "A tudo isto, que o Sr. Dr. José Higino nos fez o obséquio de ouvir, S.Exa. contestou que, realmente, deplorava o que assim levávamos ao seu conhecimento. Que ainda não tinha lido *O Brasil*. Que o

governo, sem ostentar legalidade, muito estimaria fazê-la respeitar, mas que lutava com as maiores dificuldades pelo estado de anarquia em que encontrara o País, e não podia reprimir o elemento (leve hesitação), o elemento das arruaças”. O ministro confessava sua impotência diante das arruaças; em continuação, diz: “V.Exa., atalhávamos, confessa então a impotência do Governo para garantir o livre exercício da imprensa oposicionista e a existência ameaçada de vários cidadãos?!”. O questionamento era procedente e deixou o ministro em situação difícil, é o que relata Laet: “Aqui S.Exa., em cuja simpática fisionomia líamos o conflito entre a sua consciência e a sua difícil posição oficial, entrou em retificações para dizer, em suma, que o Governo não era de todo impotente para a repressão das turbulências e crimes, mas estava sumamente embaraçado para efetuá-la”. O ministro tentou justificar a posição do governo, e Laet continua: “Então, e visivelmente penetrado pela boa razão que nos assistia, S.Exa. pediu-nos lhes indicássemos o que desejávamos fosse feito para garantir o nosso direito, oferecendo-se para mandar guarnecer o nosso estabelecimento com forças da polícia.

Declinamos da oferta. (nota: o próprio chefe da polícia, assistira da esquina, ao assalto à tipografia de *O Brasil*)”.

O ministro tentou oferecer garantias, rejeitadas por Laet, uma vez que os fatos demonstravam o inverso; então continua: “Perguntou-nos então S.Exa., o que queríamos fizesse o Governo”. Posição política rejeitada por Laet, que diz: “Não nos ponha V.Exa., respondemos, na situação de ensinar à pessoa tão ilustrada os seus deveres governamentais. Se o Governo quisesse, ou pudesse, tais coisas não se fariam; mas desde que ele com menosprezo do próprio Exército, da Armada e da Guarda Nacional, de que V.Exa. é o chefe, como Ministro da Justiça, tolera que se armem fanáticos e se constitua a intimação sistemática, só resta aos oprimidos darem a V.Exa. o presente que ela almeja: a paz de Varsóvia”. Laet sabia que a paz só viria com o calar, e foi claro em sua exposição. Confirmando, diz: “Com estas palavras nos despedimos do honrado Ministro, que em nosso espírito deixou a impressão de uma notável e triste bondade – triste pela perfeita noção de que deve fazer o bem e de que se acha na impossibilidade de o realizar”. A impotência do ministro ficou clara. Laet continua: “Esta é a verdade: O Governo, ou pelo menos o elemento são que o constitui, está de braços atados diante da mazorca triunfante”. A conclusão é perfeita, mas continua: “Que fazer? Como jornalista, cessar a publicação de *O Brasil*. Chefe do partido com que fantasiosamente nos gratifica a imaginação

acesa dos desordeiros, nós tocaríamos a rebate e chamaríamos a postos os nossos amigos para o terreno onde somos provocados. Mas o monarquismo não é um partido. É uma aspiração nacional”.

Decidindo fechar o jornal e retirar-se da imprensa, entende Laet que não há outro caminho, e acrescenta: “Nestas condições, como discutir com quem não nos deixa falar? Como opor o argumento ao tiro ou à punhalada? Como ter em constante perigo a vida dos nossos colegas e dos honestos operários que conosco trabalham?”

Ceder à força não é desdouro. Que se desonra é a força injusta e prepotente”. Realmente a ditadura impedia a vida da imprensa livre, e explica: “A República em todas as suas fases, tem sido a perseguição da imprensa. Aquela bandeira imposta pela violência é um símbolo. Pela escalada e pela vozeira é que esta democracia pretende vencer a opinião adversa”. Se não há como divergir, não há democracia, Laet tenta demonstrar como agir democraticamente: “Nos debates do jornalismo temos sempre sido antagonista intransigente, mas prezando-nos de cortesia e deferência para com as alheias convicções. Se ganhamos terreno, é porque defendemos a boa causa – a da religião contra o filosofismo e a da liberdade contra a tirania, ou esta se chame o “Vinte e três” com Bocaiúva, ou “Estado de sítio” com Lucena, ou “Legalidade” com Floriano”. Ao convocar o testemunho dos homens de bem, afirma: “O Governo, que não demonstra com fatos a sua eficácia para a repressão do tumulto e das arruaças, perde mais do que nós com a supressão desta folha. Não há um único homem de bem que nos atribua o pensamento de retirar-nos quando pudéssemos escrever livremente. Se nos calamos, é que o “Terror” se fez auxiliar da República”.

Falando sobre a comissão de exéquias diz:

“Quanto aos nossos respeitáveis amigos, membros, como nós, da comissão indicada pelo povo para tributar à memória do Sr. Pedro II a solene demonstração a que ele havia direito, se daqui lhes pudéssemos dar algum conselho, seria que tal se abstinésse. Já não há liberdade para publicamente orar pelos nossos amigos!”. Não havendo liberdade, como “orar pelos amigos”, conclui: “Retraiam-se, como nós, para tranquilizar os homens da situação, e não tornar mais difícil o inglório papel dos Poderes Públicos neste desgraçado País. E que, mais solenes do que estas poderiam ser as exéquias do tolerante e magnânimo Imperador! Forçoso será reconhecer que com ele pereceram as nossas liberdades cívicas!”

A reprodução desse documento não tem outra finalidade, senão a de provar que não havia canais de comunicação entre os vários grupos sociais, com seus respectivos interesses, e o governo Floriano. A intolerância daqueles que não sabiam dialogar levou-os a perder o poder para Prudente de Moraes.

Há que se ter presente que a República deveria ser ratificada pela população, democraticamente. Esta era, alias, uma decisão dos próprios fundadores da República, e talvez, por terem gostado do poder não admitiram a vigência do Estado de Direito e as garantias democráticas.

A oposição, mesmo praticada por grupos de várias origens ou interesses na sociedade, era de cunho essencialmente liberal; todos sem exceção queriam o funcionamento das instituições e que estas fossem livres, ou seja, o retorno ao Estado de Direito.

O governo de Prudente de Moraes teria afirmado, segundo relata Carlos de Laet, obra citada: "O melhor dia da minha vida – conta-se que dissera o Sr. Prudente de Moraes – será aquele em que os monarquistas tenham folha sua e livremente possam fazer a sua propaganda".

A grande verdade é que os monarquistas que militavam na imprensa eram homens ilustres e habituados a uma liberdade garantida pelas instituições liberais do Império, e eram civilizados e só queriam lutar pelo retorno das liberdades porque acreditavam em suas idéias e que venceriam pelo debate livre. Entretanto, por não terem sido tolerados, sobre eles levantaram-se hipóteses de conspirarem quando reivindicaram ter seu canal de comunicação dentro da sociedade, para expressarem seus interesses legítimos numa sociedade democrática.

Carlos de Laet é quem diz: "Julgavam todos, pois, todos com a fumarada da extinta revolta se tinham dissipado animosidades e intolerâncias. Havia por isto inusitadas esperanças nos arraiais monarquistas, não esperanças de próxima eversão da República, mas apenas de liberdade constitucional, para manifestação das suas idéias".

Em 7 de março de 1897, foi empastelado e incendiado a folha monarquista, conforme relata Carlos de Laet, seu redator, e verifica-se que Prudente de Moraes, através de seu ministro da Justiça e dos Negócios do Interior, fez constar no *Diário oficial* de 24 de março de 1896, o seguinte: "Propaganda restauradora não tem a importância que se lhe quer dar. O Governo está vigilante e conta com o apoio da força

pública, que acaba de acentuar na reunião realizada no dia 21 do corrente". **87**

**87** Idem.

Verifica-se que o Sr. Prudente de Moraes tentava, sincera ou insinceramente, desarmar os espíritos, entretanto a intolerância, de parte dos republicanos – abertamente instigados pelos militares, que se consideravam jacobinos, com a indisfarçável pretensão de equiparar-se à Revolução Francesa, com a liberdade de divergir –, era feroz.

Nas províncias a intolerância foi extremada também, havendo inúmeros relatos na obra de Carlos de Laet. O que importa registrar é que o advento da República quebrou os canais que a sociedade usava para expressar seus interesses. O interesse republicano, por mais digno que fosse, pois derrubou a Monarquia, não podia arvorar-se em poder absoluto e detentor da verdade. Esse desajuste com a imprensa ocorreu também com outros setores. Assim, por não se aterem ao processo político de organização social, perderam o poder para um civil.

## **4 – O corolário do processo: “A política dos governadores”**

Prudente de Moraes encontrou o país em péssimas condições e o levou a um apaziguamento, apesar de também ter usado da força para se manter no poder. Porém, forçoso é reconhecer, demonstrando habilidade política, resolveu várias crises e acabou com revoltas.

O relato de José Maria Belo mostra as circunstâncias em que Prudente de Moraes acabou decidindo-se por exercitar os poderes imensos colocados em mãos da Presidência, depois de ter chegado mesmo a afastar-se do governo: “Reassumindo a presidência da República, enfrentava Prudente de Moraes a maior impopularidade de rua que, talvez, já tivesse conhecido qualquer homem de governo no Brasil. Isolado no palácio do Catete, não tinha certeza sequer de sua segurança pessoal; seria sempre possível à audácia crescente dos jacobinos, um golpe de mão para depô-lo”.

A situação política do governo Prudente de Moraes era realmente delicada; continua Belo: “Dir-se-ia que a cidade fugira ao controle da polícia, e que não passava o Governo de incerta sombra de poder. Ficara impune o atentado contra os jornais monarquistas; absolvidos também foram os implicados no assassinio de Gentil de Castro. Retraíam-se amedrontados ou exilavam-se na Europa os monarquistas, que se tinham organizado em partido político em 1896, sob a chefia de Ouro Preto”. A repressão realmente desestabilizara o governo Prudente de Moraes, que não conseguia fazer valer a força do direito. O relato de Belo nos mostra: “Repetiam-se diariamente, no largo de São Francisco, no centro da cidade, local tradicional das manifestações populares, os *meetings* incendiários. Os chefes jacobinos e os batalhões patrióticos sobrepunham-se às autoridades legais, em longínquo arremedo da Revolução Francesa, da qual tinham adotado a fraseologia demagógica. “Os jacobinos continuavam desafiando o governo, que aparentava fraqueza. Continuando, temos: “Rui Barbosa lembraria alguns meses depois, em discurso no Congresso sobre o atentado de 5 de novembro, o ambiente de terror branco do Rio no ano sombrio de 1897. Em torno do Presidente da República, a prudência dos seus atos, a brandura dos seus hábitos, e a indecisão de suas atitudes criaram a aparência de fraqueza,

que tem servido de animação a certas audácias, a certas bravuras, prontas sempre a campear onde supõem não encontrar a barreira de um peito forte...”

Prudente não conseguia controlar os grupos radicais que tinham apoio também no Congresso, conforme relata Belo: “No Congresso encontravam calorosos aplausos os radicais, os jacobinos, os exaltados de toda espécie. Ainda não libertos das tradições parlamentares do Império, os congressistas republicanos reivindicavam uma primazia política que violava a natureza do regime (...) Pouco a pouco, no entanto, através de penosas condescendências, procura fortalecer a própria autoridade na dedicação de alguns chefes militares e na simpatia dos elementos conservadores civis”. Prudente consegue reverter o quadro e liberta-se do PRF, conforme, em continuação, relata Belo: “Mas o grande golpe político do Presidente da República seria emancipar-se para sempre da tutela do PRF. No dia 26 de maio de 1897, amotina-se a Escola Militar do Rio, certos naturalmente os seus jovens alunos, inflamados pelas paixões da época e habituados à extrema condescendência dos governos republicanos, do apoio de outras forças militares e dos políticos civis”. Concluindo seu relato, diz: “O Governo cerca a Escola por forças de terra e mar e lhes obtém a rendição sem luta. Desliga alunos sublevados. Aproveitando a oportunidade, faz o mesmo em relação à Escola Militar do Ceará, e dissolve os batalhões patrióticos”. **88**

A atitude firme de Prudente de Moraes lhe traz credibilidade; apesar da oposição com que se defronta no próprio meio político, Prudente leva a melhor, entregando regularmente o poder a seu sucessor.

A presidência Campos Sales apaziguou politicamente o país. As relações entre a União e os estados se estabilizaram a partir do momento em que o presidente colocou seu programa de governo e nele expressou: “A minha aspiração era o Estado soberano dentro da União soberana, ambos com os três poderes políticos como órgãos de sua soberania. A autoridade federal não se fará sentir no território do Estado senão por motivo pertinente aos interesses gerais da União e por meio de seus respectivos funcionários, visto não deverem existir relações de hierarquia ou de subordinação entre os funcionários locais e os da União”. **89** . Essa postura política gerou a denominada “Política dos Governadores”.

**88** *História da República*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 8ª. edição, 1983, pp. 150-1.

**89** Alcindo Guanabara, *A Presidência Campos Sales*, Brasília, Editora UnB, Coleção Temas Brasileiros, volume 47, pp. 25..

O presidente Campos Sales, a bem da verdade, sempre foi contrário à intervenção do poder central nos estados. Em 1895, quando senador, colocou-se contra a interpretação do art. 6º. da Constituição Federal, que alguns entendiam dar poderes para a União intervir nos estados. Essa manifestação deu-se quando foi proposta a intervenção, sob a alegação de anomalias, em Sergipe.

O certo é que, sob a República, criam-se situações estaduais, que não só dominavam a política local como exercitavam uma espécie de monopólio da representação dos interesses locais. Sob o Império, como essa função representativa repousava sobretudo no Parlamento, a circunstância não deixava de levar ao fortalecimento da sociedade. No novo quadro, embora as situações estaduais não regateassem apoio ao poder central, isto por si só não assegurava maioria ao governo federal. Campos Sales conseguiu convencer as lideranças de que o candidato situacionista deveria ser indicado por consenso entre os governadores. Embora essa política beneficiasse os maiores estados, como a experiência iria demonstrar, mereceu apoio praticamente unânime. Contudo, o passo seguinte precisaria ser empreendido para eliminar a possibilidade de rebeldia na Câmara dos Deputados.

A solução ensejada foi deveras engenhosa porquanto prescindia de reforma constitucional.

Aproximava-se a primeira eleição, sob a presidência de Campos Sales, para renovação da Câmara, e, nessa ocasião, seu líder, Sr. Augusto Montenegro, apresentou proposta de reforma do regimento, apoiada por elementos dos dois grupos políticos que dominavam o Congresso. Nessa proposta, o presidente provisório da nova Câmara seria o presidente em exercício daquela em vias de renovação, ou seja, seria um parlamentar que estava com o mandato prestes a expirar, não se sabendo se seria reeleito. Mas o essencial era ter na função pessoa de absoluta confiança.

O presidente em exercício nomeava a comissão que iria formalmente homologar as Atas das Câmaras Municipais.

Quando do pleito para a Câmara Federal, a Câmara Municipal apresentava a ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara Municipal competente por lei para fazê-lo. Na tradição, o reconhecimento do mandato assim apurado era algo de meramente formal. Desde então, contudo, tornou-se ato fundamental do processo

eleitoral. Assim, com a reforma, a chamada “comissão dos cinco” proclamaria o resultado expresso no documento que lhe parecesse legítimo. Ainda que todos aparentassem, formalmente, legitimidade, a preferência recairia na que lhe conviesse. Por incrível que pareça, o governo federal fabricava um outro resultado quando o “oficial” não lhe convinha, havendo frequentemente mais de uma ata a ser apreciada. A decisão era irrevogável, fossem quais fossem as impugnações ou contestações, uma vez que o julgamento era feito através de comissões de inquéritos formadas por sorteio entre os diplomados.

Essa fórmula garantiu o predomínio das situações estaduais que apoiavam o presidente da República.

A “política dos governadores” foi, portanto, a unidade política estabelecida por Campos Sales, que pressupunha a não intervenção nos estados. Isso trouxe a perda de importância das eleições, consolidando as situações estaduais, cuja legitimidade era equivalente à da União. É forçoso reconhecer que o expediente, embora desfigurador da representação, assegurou relativa estabilidade política ao país, pelo menos nas duas décadas seguintes.

## **5 – O civilismo e a nova tentativa de se manterem sozinhos no poder**

Civilismo é a denominação adotada para designar o movimento liderado por Rui Barbosa (1849/1923), no início da terceira década republicana, com o propósito de exorcizar de uma vez a ameaça de militarização da República, superada nos anos 90, que supunha (acertadamente, como se viu logo em seguida) iria renascer com a ditadura do ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca (1855/1923) à Presidência da República.

Esse movimento é da maior importância em nossa história republicana, porquanto representa uma alternativa concreta de encaminhamento da República, no sentido pleno do Estado de Direito, em vez do autoritarismo disfarçado a que se recorreu como forma de manter o poder em mãos civis, isto é, a chamada “política dos governadores”. Sua derrota há de ter influenciado grandemente nos destinos de nossa pátria, a julgar pelas sucessivas intervenções dos militares na vida política.

A mensagem do Civilismo é muito clara e precisa. Antes de apresentá-la, contudo, imprescindível se torna registrar as circunstâncias pelas quais Rui Barbosa viu-se na contingência de concorrer à Presidência da República. Ou melhor: precisa ficar claro que o movimento civilista não a antecedeu, sendo, ao contrário, uma imposição dos acontecimentos. Rui Barbosa anteviu o desastre da candidatura militar, o risco que a república democrática corria e lançou-se na busca da manutenção do Estado de Direito que, embora com os defeitos que se conhece, deveria ser aprimorado ao invés de regredir à simples e franca ditadura. A visão de Rui foi correta, a da maioria dos políticos não. É o caso, por exemplo, do senador Pinheiro Machado (1851/1915), que deu sustentação política à violência e quase foi engolido por ela em seu próprio Estado.

Resumidamente, a candidatura Hermes revestiu-se de nítida feição militar. Pressionado para aceitá-la o presidente da República, Afonso Pena (1847/1909), acaba falecendo. Assumindo o vice, Nilo Peçanha (1867/1924), forma-se uma espécie de rolo compressor com vistas à imposição da candidatura Hermes. De início, Rui Barbosa intervém no processo com a intenção de encontrar um nome consensual, que evitasse os riscos da candidatura militar. Frustradas tais tentativas,

acabaria dispondo-se a concorrer diretamente. Cumpre deter-se ainda no quadro antes esboçado, sobretudo para instruí-lo com documentos, o que parece imprescindível, já que a sua desconsideração leva à distorção dos fatos, como aliás tem ocorrido.

Afonso Pena foi o quarto presidente civil, eleito para o quadriênio (1907/1910), empossando-se a 15 de novembro de 1906. No quadriênio anterior fora vice-presidente, fazendo parte da geração de políticos do Império que, sem serem republicanos, aceitaram a República e empenharam-se pela manutenção das instituições do sistema representativo. Sob Floriano, como presidente de Minas Gerais, conseguira atravessar incólume as atribulações do período. Sua Presidência deveria consistir na manutenção da estabilidade econômico-financeira alcançada por Rodriguez Alves (1848/1919). A esse tempo ainda não se cogitava da alternância na Presidência da República dos maiores estados. De sorte que a tendência era fazê-lo substituir-se pelo então presidente de Minas Gerais, João Pinheiro (1860/1908). Vindo este a falecer em fins de 1908, de certa forma precipitou-se a questão sucessória, ainda na metade do mandato de Afonso Pena. Este preferia o seu ministro da Fazenda, David Campista (1863/1911), mas estava longe de conseguir apoios que viabilizassem. É nesse quadro que surge a candidatura Hermes da Fonseca, ainda no primeiro semestre de 1909. Tenha-se presente que Pinheiro Machado, representante do castilhismo gaúcho no plano nacional, continuava como uma espécie de eminência parda da República. A partir desse pano de fundo, vejamos os fatos.

Sem contar com o apoio do presidente, o marechal Hermes demite-se da Pasta da Guerra e tenta transformar o evento num incidente envolvendo a corporação militar. Para comprová-lo, preservou-se a carta de demissão, datada de 15 de maio de 1909, endereçada ao "Exmo. Sr. Presidente da República", e que tem o seguinte teor: **90**

***"Rio de Janeiro, 15 de maio de 1909***

***Exmo. Sr. Presidente da República***

***Diante do desejo de V.Exa. para que eu faça a declaração de que não sou candidato ao alto cargo de presidente da República, venho desobrigar-me do compromisso que contraí com V.Exa. de, oportunamente, corresponder a esse desejo.***

**90** Transcrito de Américo Jacobina Lacombe, *Afonso Pena e sua época*, Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 1986. Coleção Documentos Brasileiros, vol. 200, pp. 438-9.

***Parece chegada essa oportunidade. Conforme tenho dito e repetido a V.Exa., renovo aqui solenemente a declaração de que não sou, nem fui, jamais, candidato à cadeira presidencial, principalmente em contraposição a um ilustre companheiro de governo, candidato de V.Exa. e de alguns amigos políticos à sua sucessão. Entretanto, permita-me V.Exa. que eu não deixe passar, sem reparo, a dificuldade latente em que V.Exa. se encontra para a aceitação dessa candidatura que não tem raízes na opinião nacional e cuja insistência pela sua sustentação pode acarretar sérios embaraços à patriótica administração de V.Exa.***

***Como seu amigo e como brasileiro com responsabilidade no régimen sou levado a impetrar a esclarecida atenção de V.Exa. para uma solução republicana, que assegure a paz e a serenidade nos espíritos preocupados com o dia de amanhã. As palavras que aqui deixo são a expressão de minha consciência republicana, não vendo outra cousa diante dos olhos senão a imagem da pátria.***

***Não sendo candidato e tendo atingido a culminância das minhas aspirações, orgulhoso da farda que visto, protesto solenemente contra os que hostilizavam as classes armadas, inventando para seus membros uma incompatibilidade que a Constituição não estabeleceu, qual a de cercear ao militar a aspiração de poder exercer a suprema magistratura.***

***Pensando dessa forma, peço licença a V.Exa. para depositar em suas mãos a pasta de ministro da Guerra que a sua generosidade me confiou, cabendo-me agradecer sinceramente a V.Exa. as provas de confiança e apoio.***

***Perdoe-me V.Exa. a franqueza do soldado que, com a mais alta consideração e admr. Sincero e am<sup>o</sup>. obr<sup>o</sup>.***

***Hermes Rodrigues da Fonseca”.***

Como se vê, o marechal Hermes pretende nitidamente criar uma nova “questão militar”, o que foi entendido na época como uma ameaça velada de golpe de Estado. Embora dizendo que nunca pretendia candidatar-se, o certo é que com sua ação se não o visava diretamente, pouco importa, desde que estimulou a movimentação militar para torná-la fato consumado.

A entrevista do marechal com o presidente, ao que logo se seguiu a morte deste último, também atesta o clima de golpe militar que se desejava instaurar. Essa audiência, ocorrida logo em seguida à carta antes transcrita, foi narrada pelo seu filho dessa forma:<sup>91</sup>

***"Afonso Pena, estranhamente revestido de uma grande e nobre serenidade, disse que havia recebido a carta e que solicitara sua vinda a palácio, para dar-lhe a resposta pessoalmente, de viva voz. Estava, de fato, de acordo com a candidatura do Dr. David Campista, mas que essa candidatura não era só sua e sim dos amigos e da situação mineira".*** Como se disse antes, á época não se cogitava de alternância entre os grandes estados, continua Pena: ***"Ignorava a natureza e a reação contra o seu governo mas saberia cumprir até o fim o seu dever. Jamais negara aos militares o direito de exercer cargos políticos; negava-lhes, sim, o direito de apoiarem-se na força para atingir esses cargos ou impor candidatos"***. Pena era um homem sério, acostumado aos embates políticos e dava ao Marechal a idéia exata do que pensava sobre a participação dos militares na política e não aquela que o próprio viria a demonstrar. Na seqüência diz: ***"E, finalmente, que aceitava a demissão do marechal por sua insistência"***. Ficava claro que o Marechal deixava o governo para concorrer à presidência, a narrativa segue mostra como recebeu o Marechal a postura de Pena: ***"O Marechal Hermes (continua o filho), pareceu sentir nessas palavras, ditas com certo tom de fria superioridade, como que um claro e positivo desafio a possível gesto seu de rebeldia futura; e, embora profundamente melindrado, conservou-se calado e silencioso"***. Na seqüência da entrevista Pena sentiu-se mal, seu filho assim conclui a narrativa:

<sup>91</sup> Idem. Pp. 444-5.

**"Nesse momento, o Presidente Afonso Pena, empalidecendo terrivelmente, sentira-se mal; o ex-ministro da Guerra, de pé, reverente e absolutamente calmo, esperou que o presidente se refizesse e saísse amparado pelo chefe de sua Casa Civil".**

O jornal *Folha da Tarde*, do Rio de Janeiro, descreve outro diálogo para a mesma audiência:

— ***Alguma vez exige do marechal a declaração de não ser candidato?***

— ***Não, senhor.***

— ***Declarei, porventura, que tinha candidato ou pedi-lhe apoio para ele, se o tinha?***

— ***Não, senhor.***

***O marechal embatucou ...***

***O Dr. Afonso Pena disse-lhe, então:***

— ***O senhor pode ser candidato; está no seu direito. Quanto a mim, saberei cumprir o meu dever. Sei que me podem agredir. Sei que me poderão depor; podem até assassinar-me; mas eu saberei cumprir o meu dever até o fim, custe o que custar.***

***E calou-se o honesto varão ...***

***Seguiu-se um silêncio de morte ...***

***O Marechal Hermes, trêmulo, confuso, não sabia o que dizer ou fazer, estava petrificado ...***

***O Dr. Tavares Lira, que assistira a toda a cena, resolveu intervir, para pôr termo à situação que já estava por demais embaraçosa. O presidente, que já havia dito tudo quanto se lhe oferecia, calara-se. Restava ao marechal retirar-se, pois já havia pedido sua exoneração ...***

**Ao tomar o seu automóvel, foi S.Exa. interpelado pelos repórteres do palácio, que ainda não de estar lembrados da extrema agitação em que estava o marechal, que lhes disse apenas:**

**— Perguntem ao Tavares Lira.**

**Esta é que é a verdade do que ocorreu no palácio, no dia 15 de maio. E se, porventura, alguma afirmação menos exata se encontrar na narrativa, que acabamos de fazer, que a contestem os membros da família do saudoso Dr. Afonso Pena ou os ministros que com ele serviram”.**

A reportagem da *Folha da Tarde* foi reproduzida no *Correio do Dia*, jornal de Belo Horizonte, e que tinha como diretor o Dr. Afonso Pena Júnior, filho do presidente.

Esse ato, segundo políticos, entre eles Rui, traz um abalo moral ao presidente, uma humilhação, e este, doente, falece.

Nilo Peçanha, vice-presidente, é guindado ao cargo de presidente, ele que pertencia ao grupo político do marechal Hermes da Fonseca.

Nesse ambiente político nasce o Movimento Civilista, que foi deflagrado em 1909 por Rui Barbosa.

Um grupo de jovens militares lançam o nome do marechal Hermes à Presidência da República. Os políticos liderados por Pinheiro Machado e pelo então presidente Nilo Peçanha, iniciaram gestões a fim de convencer o marechal a aceitar a candidatura.

O marechal resolve aceitar, condicionando ao apoio do barão do Rio Branco e de Rui Barbosa, e para ambos envia carta.

O barão do Rio Branco não se manifesta publicamente.

Rui Barbosa, em carta datada de 19 de maio de 1909, responde que não apoiaria o nome do marechal Hermes à Presidência, uma vez que este representava o militarismo e não uma candidatura nascida dos meios políticos. É o próprio Rui que diz: “A farda, que ele veste, não constitui objeção ao exercício dessa magistratura suprema. Nada exclui, entre nós, o militar de servir ao país nesse posto, uma vez que ele não se confira ao militar, mas ao cidadão”.<sup>92</sup>

Nessa carta-resposta nasce o que viria a ser chamado de Movimento Civilista.

Rui justifica o seu não apoio e exalta o benefício que haveria caso o barão do Rio Branco fosse o candidato.

**92** Obras completas de Rui Barbosa, vol. XXXVI, 1909. *Excursão eleitoral*. Rio de Janeiro, MEC, 1965, pp.6.

Em outro trecho, Rui diz: "Mas por isso mesmo que quero o exército grande, forte, exemplar, não o quereria pesando sobre o governo do país. A nação governa. O exército, como os demais órgãos do país, obedece".**93** Rui lança as bases do movimento quando afirma: "Depois, nem há tal a necessidade, que os nossos amigos figuram, de passarmos da medicação normal à medicação heróica (...). Vivemos habituados os políticos, nesta terra, a supor que o Brasil se resume no círculo estreito, onde nós nos movemos. São efeitos do costume vicioso. Seria mister que começássemos a contar com a opinião nacional". É o início do debate junto ao povo, coisa inédita àquela época; continua Rui: "Déssemos nós rebate de uma campanha séria, no intuito de manter o país o direito de eleger o chefe do Estado, e, ainda que os governadores dos Estados se achassem todos contra nós, uma candidatura realmente nacional, a candidatura de um nome sério, digno, benquisto, reunindo, nos Estados, todos os elementos dissidentes, e, no país, todos os da opinião, havia de impor e prevalecer. Teríamos, talvez, então, pela primeira vez, o espetáculo do povo brasileiro concorrendo efetivamente às urnas, para nomear o seu primeiro magistrado".**94**

O marechal Hermes da Fonseca se candidata ao cargo de presidente da República. Rui inicia uma campanha nacional onde exorta a democracia e a necessidade de resistirmos ao militarismo.

A peregrinação nacional iniciada por Rui agita o mundo político, a oposição trata de encontrar um nome que concorra com o marechal.

Alguns nomes são lembrados, entre eles destacamos Rosa e Silva, mas não prospera, depois verifica-se que ele estava apoiando o marechal. Rodriguez Alves é convidado por Rui através de carta, e declina da indicação. O nome de Campos Sales é citado, mas Rui afirma que ele não chegou a ser convidado, pois todos esperavam que Rodrigues Alves aceitasse, e como este não aceitou, não houve tempo para aquele convite.

O nome do fundador do movimento acaba se impondo como candidato, sendo seu vice o Dr. Albuquerque Lins, político de São Paulo.

**93** Idem.

**94** Idem, pp, 13.

Os líderes do Movimento Civilista são republicanos e contam com o apoio maciço de São Paulo, com grande prestígio na Bahia e nos estados do Sul, destacando-se Paraná e Santa Catarina, sem falar no Distrito Federal e no Rio de Janeiro, estado no qual residia o senador Rui Barbosa.

Essa posição política não se repetia nos demais estados, onde, aliás, os civilistas alegam funcionar uma oligarquia.

O movimento logrou êxito de ter colocado a discussão sobre o sistema eleitoral, a política, enfim a democracia no seu todo.

A campanha civilista inverteu o processo de escolha até então praticado, pois foi na rua, no povo, que procurou propor um acordo de governança.

Essa postura não era ingênua, uma vez que o movimento se calcava em valores defendidos por uma parte dos políticos brasileiros e constante da Constituição.

Há que se ter em conta que o Brasil estruturava-se a partir dos estados, ou seja, a União, por um acordo ao tempo de Campos Sales e que se denominou "política dos governadores", não intervinha nas decisões estaduais e estes não intervinham nas federais. Isso gerou a criação de situações estaduais que apoiavam o governo federal de forma estanque, sem ocorrer um entendimento interestadual. Os acordos interestaduais ocorriam entre os mais fortes, que decidiram quem indicaria o governante federal.

O Movimento Civilista veio para se opor ao militarismo que se encarnava na candidatura do marechal e para tentar lançar suas bases diretamente sobre a população, ou seja, tornar a disputa um confronto nacional de idéias e tendo o eleitor como julgador. Isso ocorreu pela primeira vez na República e teve o mérito de expor toda a problemática da democratização brasileira. Rui seu grande líder, republicano histórico, ex-ministro da Fazenda do governo Deodoro, presta um grande serviço à nação, uma vez que esse movimento e a atuação dos líderes liberais no período de 1910/1914, impediram que o militarismo fizesse o sucessor do marechal Hermes da Fonseca.

A fim de mostrarmos a proposta de Rui, comentaremos e transcreveremos alguns trechos de sua plataforma de governo, apresentada em sessão pública de 15 de janeiro de 1910, no Polyteama Bahiano.**95**

**95** Idem, volume XXXVII, 1910, Tomo I, 1967.

Rui Barbosa inicia sua campanha por São Paulo, depois vai para a Bahia onde apresenta sua plataforma.

Rui começa falando do seu estado natal e em seguida diz que suas idéias políticas estão escritas nos seus quase 40 anos de vida pública; ressalta, entretanto, não saber as idéias políticas de Hermes, pois se as tem, nunca revelou a ninguém. Rui traz o testemunho do jornal *A Tribuna*, do Rio de Janeiro, que àquela altura servia ao hermismo, quando, em 22 de maio de 1905, disse: "Se os princípios e a sabedoria têm direito a uma distinção neste país, Rui Barbosa é um candidato de programa, como o defensor, que tem sido, da liberdade individual e da justiça no Brasil". Acrescenta, ainda, que no mesmo jornal às vésperas de sua viagem a Haia, o Dr. Pedro Velho dizia: "Em toda a sua vida de homem público, já hoje consagrada por um longo tirocínio, fecundo e brilhantíssimo, sempre apostolou com denodo a liberdade, por amor a liberdade, sempre galhardamente defendeu a justiça, por amor a justiça".**96**

Rui procura mostrar o que pensavam seus adversários políticos antes da campanha e naquela altura apoiavam Hermes. Dessa forma alude ao jornalista Alcindo Guanabara, que escreveu, em 5 de novembro de 1909, o seguinte: "A biografia desse grande cidadão pode ser simbolizada por uma reta, traçada entre a liberdade e o direito".**97**

O que se depreende nesse início é que Rui procura demonstrar que o candidato tem que ter uma proposta e esta deve ser respaldada pelo seu passado. Com a afirmação "O meu programa está na minha vida", Rui assim se expressa: "Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, a primeira das suas necessidades; creio que, neste régimen, soberano é só o direito, interpretado pelos tribunais; creio que a República decaiu, porque se deixou estragar, confiando-se às usurpações da força; creio que a federação perecerá, se continuar a não aceitar a justiça; creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o governo popular tem a base de sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberalidades do erário constituirão sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza comum; creio na tribuna sem fúrias e na imprensa sem restrições, porque acredito no poder da razão e da verdade; creio na moderação e na tolerância do progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na importância fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades. (Bravos! Palmas. Aplausos prolongados).

**96** Idem, pp.13.

**97** Idem, pp.14.

Rejeito as doutrinas de arbítrio. Abomino as ditaduras de todo o gênero, militares ou científicas, coroadas ou populares. Detesto os estados de sítio, as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública. Odeio as combinações hipócritas do absolutismo, dissimulado sob as formas democráticas e republicanas. Oponho-me aos governos da seita, aos governos de facção, aos governos de ignorância. Bem o sabeis: essas são as minhas crenças, os meus ódios são esses (Palmas. Bravos!).

Um homem, que tem embebidos na sua vida estes ódios santos e essas crenças incorruptíveis, não pode ter programa que fazer. O seu futuro está ligado ao seu passado pelo nobre cativo do dever. Um refletirá o outro, por uma dessas necessidades de consciência, que o interesse não amolga. Os meus inimigos sempre me tributaram, com raiva (risadas), esta justiça.

Eles sentem que os meus atos são o fruto inevitável das minhas convicções, e que as minhas convicções têm raízes inabaláveis na minha consciência. (Apoiados. Muito bem!)”. **98**

Mais adiante, preconiza “A volta do terror militar”, e contra ela é que se opõem sua candidatura, e diz: “(...) A nação, nos seus elementos mais cultos, tem por mais que justificado o receio dessa contingência, impendente às nossas cabeças graças à cumplicidade criminosa da administração de Nilo Peçanha, das oligarquias do Norte e da maioria do Congresso Nacional, submetida à caudilhagem de casaca”.

A sua campanha civilista tomou conta de São Paulo e do Rio de Janeiro, espalhou-se por Minas e Bahia, fez trepidar o Sul de surdos rumores que pelo Norte mesmo começam a percorrer.

Propõe, então, a Consolidação da Ordem Civil. Atribui a fraqueza de Afonso Pena quando do episódio da carta do marechal Hermes em que pede exoneração do cargo de ministro da Guerra. Depois, diz: “A primeira desgraça foi a morte do próprio presidente. A segunda, o governo do Sr. Nilo”. Com estas duas gerou-se a candidatura militar. Essa simbiose proporcionou que “uma minoria da força militar se sobrepusesse às instituições civis, à nação e ao próprio exército, não aquiescente a esta exploração da sombra das suas armas”. Rui atribui o advento da candidatura militar e junção da desordem militar com a civil, convoca a nação para se opor e sua candidatura é o canal para fazê-lo.

Rui defende-se da acusação de revisionista, que lhe é imputada principalmente por Alcindo Guanabara, jornalista do jornal *Imprensa*. O marechal Hermes seria o defensor da Constituição e, Rui, revisionista. O próprio Rui assim responde: "Tenho diligenciado em não atinar porque há de ser que o honrado Marechal encarne, em contraposição a mim, a Constituição republicana".

Assiste razão a Rui, pois este foi o grande baluarte na definição da Constituição de 1891, portanto não havia como prosperar essa afirmação de revisionista como algo comprometedor; continua Rui: "Se é na qualidade sucessória de consanguíneo do seu egrégio tio (riso), e que, depois de ser, com a colaboração dos outros membros do Governo Provisório, o autor principal desta obra, fui por eles encarregado, como seu único órgão ante o Marechal Deodoro, de lhe relatar, lhe explicar, lhe justificar, defendendo-a contra ele, e convertendo-o a ela, devo ser havido como parte maior no seu feitio, melhor na sua inteligência, mais autorizada na sua representação do que o heróico soldado". Com sua capacidade de argumentação, Rui faz ver ao eleitor que ele teve de defender a Constituição contra os desmandos de Deodoro, e conclui: "Esta autoridade, este direito, esta preferência, não os alienei, por haver aconselhado a revisão. Antes exatamente por amor da Constituição é que aconselhei e aconselho a revê-la". **99**

Na verdade, Rui havia constatado que a Constituição precisava ser reformada para atender à própria dinâmica da vida e não para atingir o regime. Cita, ele, que a Constituição dos Estados Unidos da América recebeu 10 emendas nos dois primeiros anos de existência. Portanto alterar a Constituição é um ato parlamentar necessário quando a nação o deseje. Os adversários de Rui usavam isso para sugerir que ele mudaria o regime. Rui destaca a fragilidade do art. 6º. da Constituição, que regulava a intervenção federal nos estados. Essa denúncia de Rui era pertinente pois a estratégia das "Salvações" provou isso.

Rui propõe que a revisão não discuta os seguintes preceitos constitucionais:

- 1º.) que declaram a forma republicana;
- 2º.) as que instituem o princípio federativo;
- 3º.) as que mantêm aos Estados o seu território atual;
- 4º.) as que lhes asseguram a igualdade representativa no Senado;
- 5º.) as que separam a Igreja do Estado e firmam a liberdade religiosa;

6º.) as que atribuem à justiça o conhecer da constitucionalidade dos atos legislativos;

99 Idem, pp. 21-4.

7º.) as que vedam os impostos interestaduais;

8º.) as que proíbem aos Estados e à União adotarem leis retroativas;

9º.) as que declaram inelegíveis os ministros e estatuem a sua livre nomeação, pelo chefe do Poder Executivo;

10º.) as que afiançam aos Estados a autonomia de organizarem as suas constituições, respeitada a da União.

Outrossim, à declaração dos direitos e garantias na Constituição, artigos 72 a 78, aos brasileiros e aos estrangeiros no Brasil residentes, não se admitiria reforma senão ampliativa".<sup>100</sup>

A postura de Rui sobre a reforma era realmente democrática e assegurava o princípio federativo. Isso realmente deve ter incomodado o grupo hermista, pois no poder o que se viu foi o desrespeito a este princípio.

Rui propõe a unificação do direito de legislar sobre o direito processual, uma vez que essas leis à época, eram estaduais. Unificação da magistratura para melhor administração da justiça e conseqüente aplicação do direito. Verifica-se que Rui queria ampliar e desenvolver o país, tornando-o moderno. Hoje, no fim do século, ninguém ousaria discordar do senador Rui Barbosa pelo menos quanto ao conteúdo da proposta, ressaltando-se apenas os não democratas.

Quanto às chamadas oligarquias, Rui propõe que o governo federal deixe de proteger os governos estaduais e os trate com austeridade.

Reformando os códigos de processo e fazendo uma nova distribuição da justiça, as oposições até então esmagadas surgiriam com suas propostas e disputariam o apoio da população dentro do jogo democrático.

A valorização da justiça e a democracia são as armas propostas por Rui para fazer os governos melhorarem. Isso feito acreditava ele que faria uma revolução moral no país.

Sobre a instrução pública, Rui esclarece que mantém suas idéias expostas nos dois pareceres parlamentares publicados em 1882. É ele mesmo quem afirma: 'O ensino, como a justiça, como a administração, prospera e vive muito mais realmente da verdade e moralidade, com que se pratica, do que das grandes inovações e belas reformas que se lhe consagram".

**100** Idem, pp. 31.

A sua proposta é a seguinte: "1º.) O melhoramento do ensino secundário nos estabelecimentos federais; 2º.) A remodelação do ensino jurídico, obedecendo as normas, que lhe dêem, a um tempo, mais extensão prática e mais espírito científico, segundo os melhores tipos; 3º.) O desenvolvimento dos gabinetes, laboratórios, clínicas e estudos práticos nas escolas de medicina; 4º.) A manutenção, cada vez mais rigorosa, da obrigação da frequência escolar em tais estudos; 5º.) A criação de uma universidade no Rio de Janeiro, aproveitando-se as escolas ali já existentes, segundo o tipo universitário dominante na Alemanha". **101**

A novidade dentro da proposta é seguir-se o tipo de universidade alemã, uma vez que a tradição brasileira vem das grandes escolas francesas, que agrupadas denominaram-se universidade.

A reforma eleitoral é também tratada por Rui, este transcreve um texto de publicista europeu, não nomeado, que ora reproduzimos, pois retrata o que ele gostaria de fazer: "As garantias de nossas liberdades". "Porque não acrescentar", diz ele, "aos registros de nascimentos, casamentos e óbitos um quarto registro, o registro eleitoral?" A proposta é interessante, dá-se ao sistema eleitoral a distinção hoje dada ao registro de nascimento da pessoa humana; continua Rui: "Ao formar a lista dos naturais da comuna que chegaram à idade para o serviço militar, a autoridade municipal lavraria, a respeito de cada um dos que cumprissem os vinte e um anos, um como ato de nascimento político". Essa forma de tratar o eleitor inculcaria nele o valor do ato político eleitoral; continua Rui: "Independentemente de petição, inscreveria esse ato no registro eleitoral. A lei não lhe requereria outra iniciativa, e ao oficial do registro civil seria vedado operar no registro eleitoral modificações, aditamentos ou rasuras de natureza alguma, salvo mediante decisão do juiz de paz". A automaticidade nos registros não só desburocratizaria o sistema de inscrição eleitoral, como traria a estabilidade, o que o próprio Rui transcreve: "Essa estabilidade no ato inicial constituiria para o eleitor a maior das garantias. Quando mudasse o seu domicílio, procederia ele, ante o juiz de paz, à justificação da mudança, proferindo esse magistrado a sentença de eliminação e inscrição, que se transcreveria nas duas municipalidades". Verifica-se que o texto contempla uma proposta desburocratizante para a época, e assim Rui conclui a transcrição do texto: "O registro seria assim, de ora avante, a matriz eleitoral. Em qualquer época do ano se permitiriam as retificações, intervindo sentença do juiz de paz; e, destarte, já não haveria período de intangibilidade nas inscrições, obstando, por espaço de meses, ao exercício do direito adquirido". **102**

**101** Idem, pp. 53.

**102** Idem, pp. 57.

Trata ainda da questão financeira, dos cultos, do meio circulante e o câmbio, da imigração, da fiscalização aduaneira, do distrito federal, das relações internacionais e do Exército e Marinha. Sobre o Exército, diz que sempre foi seu advogado nos últimos anos da Monarquia e no Governo Provisório. É ele quem diz: "Nos primeiros anos da nossa existência republicana, de 1892 a 1893, foi em mim que elas encontraram o patrono espontâneo, gratuito, indiferente aos riscos da própria vida, na tremenda luta a que me aventurei contra a ditadura militar pelos direitos militares". Falando sobre o Exército, diz ter sido seu patrono e que enfrentou a ditadura militar; e, continuando, diz: "E, quando estes, em 1895 e 1898, precisavam buscar na clemência constitucional o refúgio contra os ódios políticos e as vinganças do poder, as anistias que baixaram sobre o exército e a marinha, restabelecendo nas suas fileiras a união e a paz, foram obra da minha iniciativa, de minha tenacidade e do meu apaixonado amor à justiça". Os militares encontraram em Rui um defensor quando o governo Prudente de Moraes os combateu, e conclui: "Mas a minha estima às classes armadas não é o vil sentimento dos ambiciosos, cortesãos e sicofantas da força. É o sentimento veraz e firme do patriota, na mesma razão da simpatia, que me inspiram as classes militares, está o horror, que me infunde o militarismo". **103**

Por fim Rui discorre sobre o que não fará. Transcrevemos o texto e o comentamos, a seguir, por ser oportuno e atual:

1º.) Não intervirei nunca nos tribunais, atuando no espírito dos Juízes. (Aplausos)

2º.) Não desobedecerei jamais, sob o pretexto algum, às sentenças dos tribunais, não as sofismarei, não as iludirei, direta ou indiretamente. (Aplausos)

3º.) Condenado por sentença final um ato do governo, na espécie da lide, não o continuarei a executar nos casos análogos, a que se estenda o alcance do julgado, e considerarei obrigatória, para o Estado, a restituição a todos os envolvidos na execução anterior da medida incursa em reprovação judicial. (Aplausos)

4º.) Não me determinarei por influências políticas ou particulares no provimento dos cargos judiciais. A seleção para as funções da magistratura, do magistério e dos serviços técnicos exclui em absoluto a intervenção de considerações particulares ou pessoais. Tenho, especialmente, por sagrado o terreno das nomeações no tocante à

magistratura. Estas regras, para mim, não constituem fórmulas verbais, mas normas ativas e categóricas aos meus atos no governo. (Aplausos)

**103** Idem, pp. 91-2.

5º.) Não recusarei execução a lei alguma, a pretexto de inconstitucionalidade; visto como, a respeito das leis, o conhecimento desse vício é da competência exclusiva do poder judicial. Toda a lei, pelo mero fato de ser lei, enquanto não havida por nula em sentença irrevogável, obriga inelutavelmente o Poder Executivo. (Aplausos)

6º.) Não hesitarei em respeitar ou resolver a acumulação de cargos o mesmo indivíduo, quanto ela, na forma das leis criminosamente revogadas pelo governo atual, consultar o interesse da seleção das capacidades, e favorecer a economia dos dinheiros do Estado. (Aplausos)

7º.) Não concederei a intervenção de forças federais, á requisição de juízes federais, senão verificada a recusa, pelo Governo Estadual, de apoiar a sentença ou ato judiciário com forças do Estado. (Aplausos)

8º.) Não consentirei na preterição, por nenhum ministro, do preceito constitucional, tão justo quão exequível, que os obriga todos ao relatório anual dos serviços de suas pastas. (Aplausos)

9º.) Não assumirei compromissos internacionais, em matéria da competência privativa da legislatura, como as que entendem como integridade do nosso território, antes de autorizado pelo Congresso Nacional, ou manifestado inequivocamente o seu apoio. (Aplausos)

10º.) Não permitirei que as repartições da União recusem às partes, documentos necessários à sua defesa em questões sobre os seus direitos contra o governo. (Apoiados)

11º.) Não admitirei que se infrinjam ou sofismem contratos celebrados com a administração federal, ou cláusulas de natureza contratual, estipuladas em concessões legislativas. (Apoiados)

12º.) Não empenharei a garantia federal em empréstimos internos ou externos, contraídos por Estados ou municipalidades. (Apoiados)

13º.) Não proverei em funções da magistratura a cidadãos que hajam exercido, sob o meu governo, cargos ou comissões policiais. (Apoiados)

14º.) Não autorizarei o abuso de se confiarem, pelo Tesouro, a certos ministérios, e por estes a comissões de sua escolha, somas pecuniárias, cuja aplicação escapa, deste modo, à estrita fiscalização do Tesouro. Cumpre que neste se concentre sempre todo o

dispêndio dos dinheiros da nação, assim como toda a arrecadação das suas rendas. (Apoiados gerais)

15º.) Não me utilizarei das relações existentes entre a Fazenda e quaisquer estabelecimentos bancários, para dissimular operações financeiras, concessões ou despesas não autorizadas, quer no orçamento, quer em outros atos legislativos. (Palmas)

16º.) Não assentirei, seja na administração civil, seja na militar, à transgressão dos preceitos, legislativos ou regulamentares, que asseguram os direitos dos servidores do Estado, quanto à sua seleção, promoção ou acesso, e substituição, exoneração, aposentadoria ou reforma. (Apoiados)

17º.) Não ordenarei, nem tolerarei, durante as eleições, federais, estaduais ou municipais, movimentos de forças do exército, ou da polícia da União, no território onde corra o processo eleitoral, ou nas suas imediações; salvo unicamente nos casos de grave desordem, contra as quais se baldarem os recursos policiais da localidade, e for requisitado o auxílio da administração nacional ou se tornar evidentemente imprescindível ante a gravidade e urgência do conflito. (Apoiados gerais)

18º.) Não me reconciliarei com o estado de sítio. Fugirei da sua calamidade como da revolução e da guerra. Não me resignarei à desgraçada contingência do seu uso, senão no caso inevitável de uma comoção declarada e irreprimível por outro modo, como a uma dessas providências ltuosas, de que os governos saem sempre diminuídos, enfraquecidos e odiados. (Apoiados gerais)". **104**

Rui acreditava no Estado democrático, na independência dos poderes. Esse princípio, se violado, estabeleceria a ditadura ou o atrofiamento do exercício do poder.

Defendia o princípio federativo e o respeito à soberania dos estados. Este compromisso teria impedido as "Salvações".

Propunha um governo austero, não daria aval do Tesouro para que poderes públicos se endividassem. Rui queria que o Estado fosse administrado com rigor. Se tivéssemos seguido essa fórmula, não teríamos hoje, 1995, a dívida pública do tamanho que temos e nem a inflação descontrolada, que acabam justificando os mirabolantes planos de estabilização que visam, primeiro, recuperar o Estado; este descontrola-se por aportar recursos, em todos os níveis públicos, que não possui. Rui não queria administrar o Estado com moeda falsa. Verifica-se, ainda, que ele garantiria o exercício da liberdade, portanto da cidadania.

Constata-se que a proposta era liberal e democrática, um avanço sem dúvida, daí o sucesso de uma campanha que se denominou civilista por exortar os civis a responsabilizar-se pela nação. Foi a primeira vez que a política foi trazida à população, e mostrou que se

fosse dada continuidade, nosso sistema político estaria bem mais avançado.

**104** Idem, pp. 103-5.

Apesar do Movimento Civilista desencadeado por Rui Barbosa, caracterizado precedentemente – agora de oposição direta à ingerência militar na vida política republicana, impossível de ser acoimada de “tentativa de restauração monárquica” – Hermes da Fonseca, que era ministro da Guerra do governo anterior, elegeu-se presidente da República para o quadriênio 1910/1914. Embora tenha alcançado a suprema magistratura respeitadas as regras do jogo – que não eram certamente democráticas, mas mereciam o acatamento geral – cometeu inúmeras ilegalidades, para promover intervenções nos estados, ocasionando sangrentos conflitos. A isto chamou-se de “Salvações”, e a ferrenha oposição encontrada pode ter determinado que os militares não tivessem de novo permanecido por longo tempo no poder.

A aliança política estabelecida entre Pinheiro Machado/Wenceslau Braz e os militares possibilitou o retorno destes ao poder político, mas estes trataram logo de governar sozinhos.

Na obra sobre Pinheiro Machado, elaborada por Ciro Silva, afirma-se o seguinte: “Ao tomar posse a 15 de novembro, tinha o marechal Hermes da Fonseca como programa de governo um amplo e avançado plano de ação em que não eram esquecidas a questão trabalhista, principalmente a proteção do operário; medidas de ordem financeira, visando à valorização da moeda; de ordem econômica para o desenvolvimento do país, aumento da receita pública e ainda, as referentes à defesa nacional, cujo o assunto lhe era bem familiar. “Sem dúvida o programa contemplava quase todos os campos administrativos do governo, e conclui: “No terreno político pretendia o marechal Hermes, movido por honestos propósitos e sincero patriotismo, exterminar as oligarquias que dominavam certos Estados da União e que desnaturavam o regime republicano, constituindo um dos mais sérios problemas do momento e cujo primeiro grito de guerra fora proferido no Parlamento por Pinheiro Machado”. **105** Verifica-se, portanto, que as “Salvações”, eram programa de governo.

O Partido Republicano Conservador, em sua constituição, expediu “Ato de Convocação”, transcrito por Ciro Silva, obra citada, que no item II diz: “Defesa da autonomia dos Estados, nos termos da Constituição Federal, cujo art. 6º. não carece de regulamentação”. **106**

**104** Idem, pp. 103-5.

**105** Pinheiro Machado, Brasília, Ed. UNB, 1982, pp. 97.

**106** Idem, pp. 103.

Portanto, a vontade política demonstrada nas “Salvações” estava fora do programa do PRC, mas era alimentada pelo próprio marechal Hermes e por Pinheiro Machado.

João Quartim de Moraes, em seu livro *A esquerda militar no Brasil*, escreve: “Não era profunda, de qualquer modo, a convergência de interesses entre os dois componentes da nova aliança governamental. O objetivo do Exército, ou mais exatamente, da oficialidade politicamente ativa, era voltar a ter peso na vida pública, contrabalançando a esmagadora preponderância que os latifundiários exerciam em todas as suas esferas. **107** Portanto, o autor ratifica Silvio Romero, quando admite que pelo menos os jovens oficiais formavam uma entidade política, em outros termos, um partido político.

O movimento denominado “Salvações” ocorreu na maioria dos estados brasileiros, entre eles descrevemos resumidamente os casos de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Ceará e São Paulo.

Francisco de Assis Rosa e Silva, também chamado “Conselheiro”, era um político e diplomata de grande prestígio em Pernambuco e em todo o país. Fora, antes de completar 40 anos, presidente da Câmara dos Deputados e precocemente chegou a vice-presidente da República no governo Campos Sales. Em decorrência, foi presidente do Senado Federal. A política pernambucana era dominada pelo denominado “rosismo”, desde o final do primeiro ciclo revolucionário, que se instalou com a República. Vivia mais tempo fora de seu estado, mas mantinha intacto o seu poder e liderança. Quando o marechal Hermes da Fonseca tornou-se candidato e apesar de divergir de Pinheiro Machado, foi um dos primeiros a apoiar a candidatura à Presidência da República.

Diante da envergadura de Rosa e Silva e do prestígio do rosismo em todo o estado de Pernambuco, os salvacionistas prepararam a candidatura do próprio ministro da Guerra do governo Hermes, o general Dantas Barreto. Rosa e Silva logo tomou conhecimento das intenções e preparou seu grupo político para enfrentar a oposição. Nessa época o rosismo contava com maioria absoluta na Câmara estadual, com a totalidade do Senado estadual e com o governador do estado, Sr. Herculano Bandeira de Melo. Possuía, ainda, o *Diário de Pernambuco*, jornal que abrigava entre seus colaboradores o jovem Assis Chateaubriand.

**107** A esquerda militar no Brasil, São Paulo, Ed. Siciliano, 1991, pp. 93.

Experiente, Rosa e Silva fez com que o governador Herculano Bandeira de Melo, seu aliado, renunciasse ao cargo fazendo o mesmo o presidente da Câmara estadual. Essa estratégia antecipou em 30 dias as eleições, diminuindo o tempo de propaganda que a oposição contava para divulgar seu candidato. O Conselheiro, antevendo que o governo federal atuaria em favor do general Dantas Barreto, resolveu, ele mesmo, se candidatar ao governo de Pernambuco.

A campanha foi árdua e por fim Francisco de Assis Rosa e Silva venceu. A oposição não se conformou e iniciou um processo de contestação ao resultado de forma violenta, atingindo todos os que apoiavam a situação. O *Diário de Pernambuco* foi invadido, suas edições queimadas nas ruas. A força militar mantinha-se calma, demonstrando estar a favor da derrubada do governador em exercício, Sr. Estácio Coimbra e do não empossamento do eleito, Sr. Rosa e Silva.

Assis Chateaubriand foi preso, o filho do governador Rosa e Silva teve que se afastar do estado, o governador em exercício, Estácio Coimbra, não resistiu à violência desencadeada e mediante a tentativa militar de desalojá-lo do palácio, renunciou.

Estava praticada a política de intervenção federal no estado, com o emprego das Forças Armadas e a falta de respeito e desprezo pelo regime democrático.

A luta no estado de Pernambuco apresentou uma curiosidade no campo do jornalismo: de um lado, Assis Chateaubriand lutava por Rosa e Silva; de outro, Mário Rodriguez lutava por Dantas Barreto. Esses dois jornalistas tiveram uma história brilhante, tendo o primeiro fundado e desenvolvido o maior complexo jornalístico do país – Diários Associados – e, o outro, firmou-se perante a opinião nacional sendo redator chefe do *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, proprietário com seus filhos do *Jornal dos Sports* também daquela cidade, pai de Mário Rodriguez Filho e do teatrólogo Nelson Rodriguez.

A carta-renúncia do ministro da Marinha, que transcrevemos adiante, foi publicada por Edgard Carone e dirigida ao presidente Hermes. Trata-se de documento da maior relevância porquanto evidencia que nem toda a elite militar estava contaminada pela pressão positivista acerca das virtudes da ditadura republicana, que agora pretendia ressuscitar. Eis seu inteiro teor:

"Sr. Presidente da República:

*No momento de deixar o cargo de ministro da Marinha, sinto-me forçado a significar, de modo positivo, as causas que me constroem a essa resolução.*

*O bombardeio da capital do Estado da Bahia, pelas fortalezas guarnecidas por forças federais, é uma iniquidade que atenta menos contra a Constituição Brasileira do que contra a civilização e a dignidade humana. Ele constituirá uma nódoa indelével em nossa história, um opróbrio para os seus responsáveis, a percussão de uma crise, cuja gravidade ninguém poderia precisar, mas acredito, será funesta aos que a provocaram.*

*O bombardeio da capital da Bahia talvez seja julgado um ato constitucional defensável. O senador estadual Arlindo Leone e outros companheiros obtiveram um mandado de habeas-corpus do juiz federal, e este magistrado, de acordo com o disposto no art. 6º. 4 da Constituição Federal requisitou força para a sua execução.*

*Não há dúvida que o acatamento às decisões do Poder Judiciário é um dos principais fundamentos do nosso sistema constitucional.*

*Mas, se alguma vez, sr. Presidente da República, eu fosse capaz de vos aconselhar desobediência ostensiva e um aresto do Poder Judiciário, certamente seria quando um juiz quisesse bombardear uma cidade comercial de um país livre, para executar um habeas-corpus.*

*Colocado em um posto em que vos devo a verdade, ousarei dizê-la hoje, como até hoje a tenho sempre dito.*

*É uma obrigação a que não me furtei nos mais difíceis momentos por que tem passado o vosso governo, e a que não me posso esquivar na desgraçada conjuntura em que hoje nos vemos.*

*Logo no início do vosso governo, nos últimos dias de dezembro de 1910, em uma reunião do ministério, manifestei-me contra a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, acrescentando que, se a União fosse forçada a essa extremidade, sua ação deveria limitar-se a colocar no poder o presidente do Tribunal da Relação, primeiro substituto legal do presidente, na forma da constituição do Estado, e sobre cuja legitimidade não havia contestação. Ainda obedecendo ao mesmo pensamento, em outras ocasiões insisti convosco pelo respeito à autonomia dos estados, objetando as grandes conseqüências que resultariam de uma conduta atentatória às bases do nosso sistema federativo.*

*Julgava-me tranqüilo já a esse respeito, pois que repetidas vezes me asseverastes não interviríeis nos Estados, e, quando ontem recebi a requisição de força para execução do mandato de habeas-corpus do Juízo Federal da seção da Bahia, não poderia pensar que, algumas horas depois, um telegrama do capitão do porto daquele Estado noticiar-me-ia um bombardeio da capital, executado por fortalezas federais.*

*Não posso ser conivente no ato que acaba de ser praticado, sujeitando-me a ordenar a partida de forças navais para o porto da Bahia, porque reconheço a iniquidade que se pretende cobrir a vossos olhos sob um pretexto de legalidade.*

*Foi por isso que na manhã de hoje, vos declarei que, conquanto o cruzador "Tiradentes" estivesse pronto para partir à primeira ordem vossa, e o scout "Bahia" o pudesse fazer com pouca demora, essa ordem só seria transmitida pelo meu sucessor na pasta da Marinha. Vosso amigo, vosso companheiro em momentos difíceis, lastimo ver-vos em uma conjura com a qual minha consciência não me permite transigir.*

*Resignando o cargo em que fui colocado por vossa confiança, reiterando-vos o pedido de reforma que vos apresentei, asseguro-vos que o faço conservando a mais grata recordação das gentilezas e distinções que de vós recebi.*

*Tenho a honra de reiterar-vos os protestos de profundo respeito com que sou vosso amigo muito grato.*

*José Marques Batista Leão  
Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1912". 109*

A "Salvação" no estado da Bahia cumpriu seu programa, o que já não ocorreu com o estado do Rio Grande do Sul.

Os castilhistas, representados ou liderados por Borges de Medeiros, eram situação no Rio Grande do Sul; Pinheiro Machado, o primeiro castilhista a ter ascensão nacional, era uma espécie de homem forte da República, apoiara a eleição de Hermes da Fonseca e praticava a ideologia das "Salvações" nos diversos estados brasileiros, ou seja, substituir a situação adversa por uma situação que se alinhasse com o governo Hermes.

Essa intervenção geralmente era militar. Naturalmente não passava pela cabeça de Pinheiro Machado que essa política viesse a afetar a sua base de sustentação, como é considerado no texto adiante, que diz: "O Rio Grande do Sul também estava na mira da "Salvação". O pretendente para tal cargo era o General Mena Barreto. Havia, porém, um detalhe na ideologia da "Salvação": era boa para os outros, mas não para a própria casa". Quando se inicia um processo em que há violência, o próprio incentivador ou mandante não se exime de contra ele voltar o ato de violência; concluindo, o texto nos diz: "Pinheiro Machado, percebendo as intenções de Mena Barreto, as quais se concretizassem poriam em perigo seu prestígio pessoal, e futuro político, apressa-se em telefonar para o Rio Grande, desmentindo os boatos que aqui circulavam. Ao mesmo tempo, força o ministro da guerra, Mena Barreto, a demitir-se, substituindo-o por alguém que lhe inspirasse confiança". **110**

O incidente tem o mérito adicional de explicitar que não havia então, na segunda década do século, maior entendimento entre militares e castilhistas, justamente o que explica a mudança nas circunstâncias republicanas, como teremos oportunidade de referir expressamente, mais adiante.

No estado do Ceará foi deposto o governador Acioli, e a oposição indicou como candidato o coronel Franco Rabelo, ligado ao general Dantas Barreto de Pernambuco. Os correligionários de Pinheiro Machado preferiam outro militar, o coronel Bezerril Fontenelle. Os tumultos começaram, como em Pernambuco, logo após as eleições, quando os dois candidatos apresentavam-se como vencedores. A Assembléia Legislativa proclamou o coronel Franco Rabelo como governador. O grupo político de Pinheiro Machado, não aceitando a derrota e tendo em mãos a maioria da Assembléia, transfere a sede do governo para Juazeiro e declara vago o cargo de governador, depondo Franco Rabelo. Sucede o coronel o presidente da casa legislativa, Floro Bartolomeu. O novo governador era apoiado pelo padre Cícero Romão Batista, que possuía batalhões de crentes dispostos a tudo. Inicia-se, então, a luta armada entre os seguidores de Padre Cícero e Floro Bartolomeu e, de outro lado, aqueles que apoiavam o coronel Franco Rabelo. Os seguidores do Padre Cícero e Floro Bartolomeu chegaram até as cercanias de Fortaleza. O governo militar resolve então nomear o coronel Setembrino de Carvalho como interventor para instaurar a paz no estado.

Esse relato dos acontecimentos mostra que a substituição das situações não era pacífica, nem mesmo dentre aqueles que praticavam a "Salvação".

A "Salvação" não conseguiu seu intento no estado de São Paulo, que também estava na mira da ideologia. Entretanto, os políticos paulistas, percebendo o ambiente político, elegeram o conselheiro Rodriguez Alves, ex-presidente da República e homem de grande prestígio nacional, o que tornou impossível a intervenção militar que havia sido cogitada pelos adeptos políticos de Hermes da Fonseca.

O sistema de reconhecimento da legalidade do diploma, outorgado ao eleito em sua província, não foi uma criação republicana. A experiência havia sido acumulada desde as eleições para a Constituinte de 1823, Walter Costa Porto **111** relata o seguinte: "Uma comissão de cinco membros julgou da legalidade dos diplomas, ficando a legitimidade desses cinco a cargo de outra comissão, de três membros".

Verifica-se, portanto, que o método estava incorporado na prática eleitoral brasileira. O mesmo autor publica um quadro sobre o número de diplomas não reconhecidos no período que vai de 1894 a 1930, que ora reproduzimos.

<b>LEGISLATURA</b>	<b>Nº. DE DIPLOMAS NÃO RECONHECIDOS</b>
1894-1896	1
1897-1899	17
1900-1902	74
1903-1905	12
1906-1908	17
1909-1911	12
1912-1914	91
1915-1917	63
1918-1920	3
1921-1923	5
1924-1926	6
1927-1929	-
1930-1930	-

**110** Silvano Antonio Malfatti, em *Chimangos e maragatos no governo de Borges de Medeiros*, Porto Alegre, Editora Pallotti, 1988, pp. 171-2.

**111** Walter Costa Porto, *História eleitoral do Brasil*, Vol. I. O voto no Brasil, Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1989, pp. 33 e 183

O quadro mostra que ao ser alterada por Campos Sales a forma de escolha do presidente da comissão, alterou-se a tradição, ficando o sistema a serviço das situações políticas nesse período. A quantidade de impugnações praticadas mostra que o Legislativo deixou a prática anterior e passou a determinar os eleitos. Ele impugnou 74 diplomas eleitorais durante o governo Campos Sales e que foi o segundo maior número de 1894 a 1930. O primeiro, com 91 impugnações, foi durante o governo Hermes da Fonseca, em decorrência das "Salvações".

## **CAPÍTULO III**

### **Como se Estruturou e Conseqüências da Aliança com os Castilhistas**

#### **1 – A aparente vitória da profissionalização**

Em que pese o empenho da liderança militar na República de cumprir o legado de Benjamin Constant, essa circunstância está longe de sufocar o esforço em prol da profissionalização. Assim vários fatos apontam nessa direção.

Embora o que sobressaia na exposição precedente seja a ingerência militar na política, o brigadeiro Murillo Santos <sup>112</sup> entende que esse espírito – cuja existência reconhece – não impediu que se afirmasse a mentalidade profissional. Assim, procura comprovar a presença em nosso país de uma larga tradição de profissionalização.

A reforma de 1890, que se denominou Benjamin Constant, introduziu mais teoria do que prática, como ficou evidenciado na campanha de Canudos no interior da Bahia.

O decreto de 14 de abril de 1890 mostra que a reforma tinha claro conteúdo político. Vejamos alguns trechos:

“O generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo exército e armada, em nome da nação:

“Considerando que é de urgente e indeclinável necessidade aperfeiçoar e completar tanto quanto possível o ensino nas escolas destinadas à instrução e educação militar, de modo a atender aos grandes melhoramentos da arte da guerra, conciliando as suas exigências com a missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária que de futuro está destinada aos exércitos no continente sul-americano”.  
Verifica-se que a plataforma de Benjamin Constant repete-se no primeiro considerando do decreto. Continua: “(...) Considerando que o soldado, elemento de força deve ser de hoje em diante o cidadão armado – corporificação da honra nacional e importante cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas, apoio inteligente e bem intencionado das instituições republicanas, jamais instrumento servil e maleável por uma obediência passiva e inconsciente que rebaixa o caráter, aniquila o estímulo e abate o moral (...)”.

**112** *O caminho da profissionalização das forças armadas*, Rio de Janeiro, Gráfica Ed. do Livro, 1991..

A mensagem mostra que as Forças Armadas tinham como missão zelar pela honra nacional, ou seja, caso constatassem que ela havia sido ultrajada ou entendessem ter sido, como deveria agir o militar. Entendemos que essa missão é uma porta aberta para a intervenção militar nos casos de crises passageiras ou não que viessem a ocorrer na vida política nacional.

“(...) Considerando que, para perfeita compreensão deste elevado destino no seio da sociedade como o mais sólido apoio do bem, a moralidade e da felicidade da pátria, o militar precisa de uma suculenta e bem dirigida educação científica, que o preparando para com proveito tirar toda a vantagem e utilidade dos estudos especiais de sua profissão, o habilite pela formação do coração, pelo legítimo desenvolvimento dos sentimentos afetivos, pela racional expansão de sua inteligência, a bem conhecer os seus deveres não só militares como principalmente sociais (...)”.

Reitera-se a plataforma política e destacamos que a formação não só deve ser para cumprimento dos deveres militares (profissão) como também, e principalmente, para os deveres sociais (políticos, morais, etc.). Prossegue:

“(...) Considerando que isso só pode se obtido por meio de um ensino integral onde sejam respeitadas as relações de dependências das diferentes ciências gerais, de modo que o estudo possa ser feito de acordo com as leis que tem seguido o espírito humano em seu desenvolvimento, começando pela matemática e terminando na sociologia e moral como ponto de convergência de todas as verdades, de todos os princípios até então adquiridos e foco único de luz capaz de alumiar e esclarecer o destino racional de todas as concepções humanas”. **113**

Esse último considerando é contiano em sua totalidade, reafirmando o papel do militar no entendimento de Benjamin Constant.

A primeira reforma de efetivo caráter profissional ficou sendo a promovida pelo governo Afonso Pena, em 1908, em que era ministro da Guerra o marechal Hermes da Fonseca. Dela se destaca o seguinte:

- 1 – adoção do serviço militar obrigatório, através de sorteio;
- 2 – reorganização do Exército, com novo agrupamento de corpos e com a instituição das Grandes Unidades;
- 3 – reorganização do Estado-Maior do Exército; e
- 4 – aquisição de armamento e reaparelhamento das fábricas.

**113** *Idem*, pp. 339-40.

Jehovah Motta em sua obra *Formação do oficial do Exército*, avalia o resultado da reforma da seguinte maneira: quanto ao sorteio e referindo-se ao marechal Hermes, ele diz: "(...) Muito daquilo que concebeu como Ministro, não realizou como Presidente da República. Essa observação é válida sobretudo, quanto ao sorteio militar, que era, certamente, a base de tudo. Além da lei do sorteio não ter tido execução, muitas foram as unidades de tropa previstas no seu plano que não puderam ser organizadas, ao mesmo tempo que velhas e condenadas práticas administrativas persistiram, de tudo resultando uma situação de obra, senão frustra, ao menos inconclusa". A reclamação feita à época pelos ministros da Guerra do governo Hermes é que o orçamento financeiro não possibilitava o cumprimento da reforma.

Quanto à criação das grandes unidades, aquisição de armamentos e reaparelhamento das fábricas, Jehovah Motta entende ter havido sucesso, e diz: "Vale registrar, contudo, dois pontos em que o plano Hermes logrou êxito consistente: a constituição das grandes Unidades e a aquisição de armamento. A partir de 1908, com efeito, o Exército passou a ter os seus corpos de tropa agrupados em grandes conjuntos, desde o tempo de paz, para os misteres da instrução e do adestramento (...). Através deles o Exército Brasileiro não poderia evoluir, de uma estrutura rudimentar, mera soma de corpos isolados, para uma outra melhor adaptada às exigências do adestramento das armas combinadas, e mais propícia a um adequado sistema de comandos". Nessa etapa "foram criadas 3 Brigadas Estratégicas e 2 Brigadas de Cavalaria. No total o plano Hermes previa um efetivo, em caso de guerra, de 100.492 homens". **114**

Em 1906 foi aprovado o Programa Naval, que acabou decidindo sobre tipo de embarcação que seria melhor para a proteção das costas brasileiras. Este optou por navios leves e em maior quantidade possível. Murillo Santos transcreve o que disse o alm. Arthur Oscar Saldanha da Gama: "O problema apresentava-se bastante complexo, especialmente devido às limitações dos recursos disponíveis. Tratava-se de conquistar a hegemonia da bandeira brasileira nos mares do Atlântico Sul, sem descuidar da proteção da nossa extensa costa". A discussão foi sobre o tipo de equipamento, leve ou pesado, concluindo, diz: "Formaram-se dois grupos de oficiais: um achando que o domínio do mar a ser conquistado com navios pesados seria a solução mais adequada: outro julgava que os horizontes da política externa estavam desanuviados, sendo mais acertado concentrar os poucos recursos nacionais em maior número de navios, capazes de proteger integralmente o litoral.

**114** *Formação do oficial do Exército*, Rio de Janeiro, Ed. Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976, pp. 275-6 e 339.

O Ministro da Marinha optou pela segunda solução, evitando colocar a sorte do País em poucos grandes navios, cuja operação seria demasiadamente complexa". Murillo Santos complementa: "Graças ao novo programa, na altura da Primeira Guerra Mundial, a Esquadra havia incorporado dez contratorpedeiros de 560 toneladas; dois cruzadores de 3.150 toneladas (Bahia e Rio Grande do Sul) e dois encouraçados de 19.280 toneladas (Minas Gerais e São Paulo), todos construídos na Inglaterra". Essas medidas mostram que a Armada brasileira evoluiu nesse período, apesar das restrições orçamentárias.

Outro momento importante da profissionalização, foi a chegada da Missão Militar Francesa, em 1920.

Inicialmente os militares franceses assumiram cargos junto às instituições de ensino; depois, participaram como assessores. Murillo Santos assim se manifesta sobre ela: "A Missão Militar Francesa permaneceu junto ao Exército até 1940, sendo unânime o reconhecimento de seus méritos. Além de haver contribuído para aprimorar a organização do ensino militar, teve o papel de estimular o estudo das questões relacionadas à guerra, permitindo que o pensamento militar brasileiro adquirisse maior consistência".

A década de 20 foi um marco no preparo das forças navais, investiu-se no ensino técnico-profissional e semelhantemente como o Exército, contratou-se a Missão Naval Americana. Esta por sua vez reformulou a Escola de Guerra Naval, introduzindo cursos novos de formação para comando de navios. Sobre isso, diz Murillo Santos: "Até então, os cursos destinavam-se a oficiais dos postos de capitão-tenente a capitão-de-mar-e-guerra, organizando-se turmas com conhecimentos e interesses muito diversos". A classificação adequada dos alunos em turmas homogêneas era a solução; concluindo, ele diz: "A partir de 1921, a Escola passou a ministrar dois cursos, sendo primeiro destinado à formação para o comando de navios – freqüentado por capitães-tenentes antigos e capitães-de-corveta modernos; e o segundo, para o comando de forças e funções de Estado-Maior, destinado a capitães-de-fragata antigos e capitães-de-mar-e-guerra. Ficavam a cargo de instrutores norte-americanos as cadeiras de Estratégias, Tática e Jogos de Guerra".

A década de 30 apresenta uma renovação da frota da Marinha. Murillo Santos assim se expressa: "(...) Estabelece-se um primeiro programa naval em 1932, ajustado em 1934, cujo início se dá em 1936. Fixavam-se as bases para a criação de uma força naval equilibrada. A grande renovação consistia em mobilizar, nos programas construtivos, o parque industrial localizado no país e gerido pela própria Marinha".

A força Aérea despertou o interesse dos militares brasileiros já na Primeira grande Guerra.

A Escola de Aviação Naval foi criada em 1916, sendo estruturada em 1919 a Escola de Aviação Militar. Murillo Santos assim se refere aos fatos: "A Escola de Aviação Naval dispunha de hidroaviões; em abril de 1917, já estava em condições de realizar dois vôos locais de grande repercussão: o primeiro levando o Presidente da República, Wenceslau Braz e, o segundo, Alberto Santos Dumont". Sobre a Escola de Aviação Militar, diz: "(...) veio a integrar-se no programa de modernização do Exército, com o apoio da Missão Militar Francesa, a que já nos referimos. Os aviões trazidos para o Brasil eram franceses, havendo tanto aeronaves de instrução como de combate". Continuando diz: "(...) Entre 1916 e 1921, foram formados 38 aviadores navais. De 1922 a 1926, o desenvolvimento da Aviação Naval viu-se prejudicado pelos acontecimentos políticos verificados no país, envolvendo as organizações militares. Na Escola de Aviação Militar, desde sua fundação, até começos de 1927, formaram-se seis turmas de pilotos aviadores". **115**

O crescimento da aviação continuou com a criação de aeródromos e de infra-estrutura no setor.

Em 1941, quando da criação do Ministério da Aeronáutica, o Brasil já possuía militares formados e o controle do tráfego aéreo estava esboçado.

## **2 – Hipótese relativa à nova feição assumida pela ingerência militar na política nos anos 20**

Se tomarmos o ciclo histórico que vai dos anos 20 ao Estado Novo, transparece claramente que a liderança militar desiste de se manter sozinha no poder. Aparece nitidamente uma aliança com os castilhistas, que era o grupo hegemônico do Estado Novo, proclamada e reconhecida pelo general Góis Monteiro, sem sombra de dúvidas um dos homens-fortes do Exército naquele período, como ver-se-á mais detidamente em seguida.

Como poderá ter ocorrido essa transição?

**115** *Idem*, pp. 99-104.

Na nossa hipótese essa transição compreenderia estas etapas: a) franca contestação do empenho profissionalizante pelo chamado tenentismo: b) amadurecimento de uma doutrina política de inspiração positivista, de base idêntica à proposta de Benjamin Constant, como o castilhismo.

Examinemos alguns documentos sobre o enfrentamento das correntes profissionalizante e intervencionista.

Embora devamos examinar especificamente a natureza e a trajetória histórica do Tenentismo, logo adiante, cumpre desde logo evidenciar que marca o confronto entre aqueles que defendem a profissionalização e os que adotaram a proposta política de Benjamin Constant que pressupõem a participação do Exército na vida política brasileira.

Alguns pronunciamentos mostram a divisão entre aqueles grupos. Vejamos o do general Gomes de Castro, membro da comissão nomeada pelo Clube Militar para analisar se as cartas supostamente escritas por Arthur Bernardes eram verdadeiras ou falsas. Tais documentos foram publicados por Maria Cecília Spina Forjaz.

“No fundo já tivemos ocasião de dizer junto ao túmulo de Floriano e ora repetimos, que é uma afronta aos brios nacionais, essa extravagância de erigir o Exército em tutor da Nação, em rebaixar a Nação em tutelada do Exército”. A postura é correta e demonstra que a profissionalização das Forças Armadas é uma meta defendida durante todo o tempo, desde a República; continuando, diz: “Manter a ordem e não perturbá-la é o dever das forças militares e as que assim não o fizerem por bem, traindo esse dever, precisam ser forçadas a fazê-lo por mal. O Exército não é uma casta: é uma classe. A farda não dá valor a quem não o tem: e quem o tem é que dá valor à farda”. O militar é antes de tudo um homem e o Exército não é por si só uma instituição moral e sem erros, o que torna a instituição moral são os militares. Continua: “O voto militar é contado como o do paisano. A Nação é civil e não militar. Apesar dessa megalomania militarista de Nação Armada, os melindres nacionais, já tivemos o ensejo de o dizer, são representados não pelas Forças Armadas, mas pelas fraquezas armadas”. É contundente o pronunciamento, e conclui: “Além disso os Caxias, os Osórios, etc., a elite em suma e não o vulgo do grosso da tropa, é que representa a minha classe. O que não for isso são preconceitos vulgares de almas vulgares (...). Se o Exército se levantar para impor de maneira valentona o Sr. Nilo Peçanha, todos nós patriotas civis ou militares, o faremos voltar. Nada de caudilhismo ou de pronunciamentos militares”. **116**

A declaração mostra que uma mentalidade profissional se insurge contra a intervenção militar nos assuntos políticos. Não se pode esquecer que na discussão sobre os documentos, em que se atribuiu a autoria a Arthur Bernardes, o grupo pró-profissionalização, dentro do Clube Militar, venceu num primeiro momento, uma vez que o grupo contrário não queria a instalação da comissão; no final prevaleceu o ponto de vista deste último, uma vez que as cartas foram consideradas verdadeiras, apesar de falsas.

O governo faz publicar na imprensa, mais precisamente no jornal *O Estado de São Paulo*, uma nota que diz:

“O governo reconhece a todo cidadão, militar ou não, a liberdade de manifestação sobre assuntos políticos, negando porém o direito de servir-se em seu interesse e preferências pessoais, da parte do poder público que lhes confiou”. É o que se diz hoje como uso da máquina. Continua: “Assim, o governo não pode consentir que qualquer funcionário civil ou militar, se prevaleça de seu cargo ou de seu posto, a fim de impor a outrem suas opiniões partidárias”. O uso do cargo e das prerrogativas está vedado. Concluindo, diz: “Os oficiais do Exército e da Armada podem, individualmente, manifestar-se em questões políticas, mas não coletivamente, pois como coletividade são instituições nacionais destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. No dia em que pudessem envolver-se em lutas partidárias, se desagregariam por dissensões intestinas e deixariam de ser a garantia da pátria, ou matariam a liberdade civil”. **117**

Após a publicação da nota governamental, vários pronunciamentos da cúpula militar a apóiam.

A oficialidade jovem – isto é, o grupo que passou a história com o nome de “Tenentes” – porém, demonstrava sua inclinação pela intervenção militar. Em seqüência, a autora avalia:

“(…) Notamos aqui, mais uma vez, uma distinção clara entre o comportamento da cúpula militar e dos escalões intermediários, muito mais inclinados para uma ideologia que valoriza a intervenção militar na política e que nesse momento que analisamos, se identifica muito mais por uma série de comportamentos políticos radicais do que por formulações ideológicas precisas”. O legado Benjamin Constant funcionando, continua:

**117** Idem, pp. 42.

“Em outros termos, diríamos que nesse momento esboça-se a especificidade de um certo movimento militar, que se afirma ainda muito por oposição à mentalidade do soldado profissional, do que por uma afirmação positiva de seus próprios princípios. Cremos encontrar aqui, o germe do tenentismo”. O tenentismo foi um movimento que se opunha à profissionalização das Forças Armadas. Na seqüência, diz:

“Um articulista da época, apreendendo exatamente essa oposição entre duas ideologias relativas ao papel das Forças Armadas na Política”. Constata-se que se percebeu á época, a luta entre os que defendiam a profissionalização e os que defendiam a plataforma Benjamin Constant, e conclui: “(...) elabora um diálogo imaginário entre um civil, que defende a idéia do soldado profissional e um tenente que para se opor a ela, argumenta basicamente procurando mostrar o papel do Exército no Brasil como “um dos principais fatores das nossas conquistas democráticas”, culpa os “políticos profissionais” pela mistificação eleitoral e assim justifica a necessidade da intervenção militar saneadora. Evidentemente não seria por acaso que o articulista atribuiu a um tenente a defesa da intervenção militar”. **118**

Por ocasião da discussão no Clube Militar, sobre as cartas falsas atribuídas a Arthur Bernardes, o almirante Silvado se pronuncia evidenciando a proposta daqueles que se opõem ao soldado profissional. “O Clube Militar (...) desde a Abolição até a atualidade, passando pela Proclamação da República e pela sua consolidação, feita com as armas nas mãos, sob o comando supremo o impretérito Floriano. Os veteranos da Abolição, da Proclamação da República estão alertas e prontos a correr em auxílio da Nação”. A convocação é de quem admite a participação política dos militares, não nas eleições, mas decidindo o futuro na nação. Conclui o almirante: “Que todo o cidadão de uma Pátria livre tem o dever de ser político, é uma consequência óbvia do bom senso e da simples leitura das leis. Sendo os militares cidadãos no pleno gozo de todos os direitos e prerrogativas garantidas aos civis, é claro, é evidente, inconcusso e incontestável que têm o dever iniludível de ser políticos”. E continua, a autora: “Assim como o tenente imaginário a que nos referimos acima, o almirante enfatiza a participação militar nos momentos decisivos da vida política brasileira, delineando-se assim, um dos pontos chaves dessa orientação, ou seja, a concepção de que as Forças Armadas seriam no Brasil o principal agente da mudança política. E teriam esse papel, na medida em que representariam os interesses gerais da nacionalidade, como já tivemos ocasião de mostrar anteriormente”. **119**

**118** Idem, pp. 43.

**119** Idem, pp. 44.

Por fim, e concluindo as citações de Maria Cecília Spina Forjaz, diz: "Os tenentes conspiram e agem isoladamente e não buscam aliados na oligarquia dissidente e não pretendem o apoio de grupos populares". **120** Trata-se, em suma, de preservar a plataforma Benjamin Constant, como procuraremos evidenciar na análise do curso histórico desse movimento.

A segunda etapa, que é o amadurecimento de uma doutrina de inspiração positivista e que pretendemos demonstrar, é a continuação da proposta de Benjamin Constant. Iniciemos pela descrição contida na obra de Jehovah Motta, *Formação do oficial do exército*.

A chamada era de Realengo, se inicia em 1904 e termina em 1944, com a transferência para Resende-RJ, e Jehovah diz: "Ali, naquele modesto subúrbio do Rio de Janeiro, a República iria fazer os seus experimentos, em matéria de formação de oficiais para o Exército". Uma homenagem histórica. Concluindo, diz: "Ali se refletiriam as preocupações do Ministro Mallet, tomariam corpo as reformulações do Ministro Hermes, os impulsos renovadores da "Missão Indígena", o pensamento adulto da "Missão Francesa". Ali repercutiriam, enfim, toda as vicissitudes do Exército republicano em busca de caminhos que o levassem a estágio superior de eficiência técnica e de dignidade cívica". **121**

A reforma de 1905 já se delineara desde o governo Campos Sales, quando o ministro da Guerra era o marechal José Nepomuceno de Medeiros Mallet, como afirma Jehovah, que acrescenta: "Os reformadores de 1905 viram a formação dos oficiais, no seu conjunto, como um empreendimento a desdobrar-se em quatro escolas, como segue:

a) Uma primeira escola ("Escola de Guerra"), destinada a estudos preliminares, teóricos e práticos, das três armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia). Duração do curso: dois anos.

b) Uma segunda escola ("Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria") – destinada a estudos profissionais, práticos, aplicativos, complementando os realizados na Escola de Guerra. Duração: um ano.

c) Uma terceira escola ("Escola de Artilharia e Engenharia") – destinada aos estudos teóricos e práticos especiais para artilheiros e engenheiros, onde seriam matriculados os Aspirantes a Oficial de Artilharia (com o curso, portanto, das duas escolas anteriores). Duração dos cursos: de Artilharia, dois anos; de Engenharia: três anos.

**120** Idem, pp. 49.

**121** Idem, pp. 259.

d) Finalmente uma quarta escola ("Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia") – também para artilheiros e engenheiros, complementando a escola anterior, e com estudos essencialmente práticos e aplicativos. Duração do curso: um ano". **122**

A reforma de 1905 estabeleceu que haveria quatro escolas militares: duas no Rio Grande do Sul e duas no Rio de Janeiro.

A Escola de Guerra (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) e a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria funcionariam no Rio Grande do Sul, esta em Rio Pardo e aquela em Porto Alegre. A Escola de Artilharia e Engenharia mais a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia funcionariam no Rio de Janeiro. Verifica-se que o sistema de ensino militar procurava ter o básico no Sul e a formação final no Rio de Janeiro, capital da República.

Jehovah descreve assim a reforma de 1905: "(...) Em 1906 iniciou-se a aplicação desse plano, com a instalação da Escola de Guerra, em Porto Alegre, e da Escola de Artilharia e Engenharia, no Realengo". Na seqüência ele conta o que expressava o relatório do então ministro da Guerra, Hermes da Fonseca, sobre as escolas no estado do Rio Grande do Sul: "(...) Quanto às demais escolas o Ministro é reticente: "é prematuro qualquer juízo a respeito, todavia posso antecipar que julgo o número de escolas muito grande para o nosso pequeno exército". Continuando, afirma: "De fato, passara-se de uma escola para quatro, sendo duas delas básicas, jogadas para bem longe, no extremo Sul do país. Os candidatos ao oficialato vindos do Norte ou do Centro, teriam que se deslocar para Porto Alegre, e depois de dois anos de estudo, iriam para Rio Pardo, no interior riograndense, onde ficariam mais um ano. Em seguida os aspirantes de Artilharia e os candidatos a engenheiros prosseguiriam na peregrinação, em busca do Realengo e do Curato de Santa Cruz". Verifica-se que durante dois anos assim funcionou a formação, sendo que em 1908 a Escola de Rio Pardo passou a funcionar em Porto Alegre, anexo à Escola de Guerra.

Em 1911, segundo ainda Jehovah, "(...) o Ministro Hermes conseguia reunir no Realengo, todas as escolas que o Regulamento de 1905 espalhara tão afoita e desavisadamente". **123** Entretanto, a redução de quatro para duas escolas seria implementada somente pelo Regulamento de 1913.

A Escola Militar de Porto Alegre não foi fechada, funcionando como Colégio Militar, e nela estudaram militares que fizeram parte da história militar e do Brasil.

**122** Idem, pp. 290.

**123** Idem. Pp. 294-5.

No momento que parte da elite militar brasileira passava pelos bancos escolares no estado do Rio Grande do Sul, este vivia uma experiência positivista. Enquanto emerge no Exército uma corrente profissionalizante, reforçada com mais uma derrota dos militares de se manterem sozinhos no governo, estrutura-se no meio civil uma doutrina política autoritária de franca inspiração positivista, criando assim uma base para conquistar as simpatias dos militares.

Essa doutrina, que estudaremos mais detidamente logo adiante, passaria à história com o nome de Castilhismo, graças ao fato de ser sido formulada por Júlio de Castilhos (1860/1903).

O ambiente era positivista e a experiência rio-grandense chegou à implantação de um governo castilhista-positivista.

Para ilustrar o ambiente citamos a seguir alguns fatos ocorridos nessa época.

Getúlio Vargas, por ocasião da homenagem póstuma a Júlio de Castilhos, no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, uma semana após sua morte, viria considerá-lo como santo e identificado com uma doutrina sã.

Borges de Medeiros viria afirmar, por ocasião da apreciação da lei orçamentária: "(...) À luz dos ensinamentos de Augusto Comte, cumpre afinal promover definitivamente a incorporação do proletariado na sociedade moderna e considerar o salário como a equivalência da subsistência e não como recompensa do trabalho humano, que não comporta nem exige nenhum pagamento propriamente dito, mas o reconhecimento devido". **124** Portanto, o comtismo não usava a palavra salário e esta também não se recomendava usar no Rio Grande do Sul.

Por fim, o incidente relatado por Mem de Sá: "(...) E quando um engenheiro porto-alegrense, Rodolfo Ahrens, reunindo capitais estrangeiros, projetou a construção da usina hidrelétrica de Salto Grande do Jacuí, a ser inaugurada em 1922 como celebração maior do centenário da Independência do Brasil, os engenheiros positivistas da Secretaria de Obras Públicas, vetaram a iniciativa porque os proponentes se prontificaram a entregar a usina sem indenização após 50 anos de exploração. Os dogmas de Comte proibiam tal prazo". **125** Verifica-se o ambiente vivido nas três primeiras décadas deste século no Rio Grande do Sul.

O certo é que parte da futura liderança militar passa a ser formada nesse ambiente positivista-castilhista.

**124** Apud Antonio Paim, *A querela do estatismo*, 2ª. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.

**125** Idem.

### **3 – A natureza e o papel do tenentismo**

Denomina-se Tenentismo ao movimento de origem militar que eclodiu em 1922, seguindo-se nova insurreição dois anos depois, em 1924, no aniversário da primeira (5 de julho). Derrotado militarmente em ambas as oportunidades, deu origem à marcha pelo interior do país, conhecida como Coluna Miguel Costa - Prestes, ou simplesmente Coluna Prestes, que durou até o início de 1926.

O Tenentismo corresponde francamente a uma revolta contra a profissionalização do Exército, por entender que significava a renúncia aos idéias de Benjamin Constant, que atribuíam à Força Armada, ao arrepio de sua destinação constitucional, ingerência na vida política a pretexto de impulsionar o “progresso”. Agora se trata de uma simples facção do Exército e, mais uma vez, entende a missão como exclusiva do elemento militar, abertamente contra a elite política. Nesse particular, repete o mesmo equívoco da primeira década republicana e das “Salvações” da presidência Hermes da Fonseca, estudadas precedentemente.

O pretexto para a eclosão do movimento seriam os insultos ao Exército do candidato situacionista à Presidência da República, Arthur Bernardes, ex-governador de Minas Gerais. Estariam contidos em carta do candidato a Raul Soares, líder mineiro junto ao governo federal. Tratava-se de grosseira falsificação, tão grosseira que o próprio candidato aceita perícia a ser efetivada por comissão indicada pelo Clube Militar. Surpreendentemente, esta proclama a legitimidade do documento, acirrando os ânimos. Naquela oportunidade, a presidência do Clube Militar era exercida justamente pelo marechal Hermes da Fonseca.

O incidente com Bernardes, que teria desdobramentos, não foi o único a servir de pretexto para a ingerência dos militares na política. Ainda em 1922, e antes das eleições presidenciais, havendo um começo de guerra civil em Pernambuco e pretendendo o governo federal que o Exército interviesse para debelá-la, pronunciou-se, mais uma vez, o Clube Militar. Eis o que escreve a esse propósito José Maria Belo: “O Clube Militar, já apaixonado na campanha contra a candidatura de Arthur Bernardes, intervém na questão, apelando para a guarnição federal de Pernambuco a fim de resistir às supostas ordens do Governo”. A

insubordinação era intolerável, e vejam quem participava na seqüência transcrita: "Assinava o insólito telegrama do Clube Militar o seu presidente Marechal Hermes da Fonseca, antigo Presidente da República, que, como outrora, na chefia do Governo, se deixava manobrar por toda espécie de intrigantes, no fundo acreditando ingenuamente na possibilidade de sua volta ao Catete". Não há dúvida que se esboçava um movimento militar, e concluindo, diz Belo: "Interpelado pelo ministro da Guerra sobre a autoria do telegrama, o Marechal Hermes o confirma. O Governo manda repreendê-lo, e, não aceitando o Marechal a repreensão, fá-lo prender, fechando ao mesmo tempo – tal fizera Prudente de Moraes – o Clube Militar. A Sucessão governamental de Pernambuco resolvia-se pouco depois, pela desistência dos dois candidatos partidários e escolha de um terceiro, o então juiz federal do Estado, Sérgio Loreto". **126**

Embora o marechal Hermes se haja deixado manobrar graças à esperança ingênua de voltar ao Catete, como pareceu a José Maria Belo, o certo é que o Tenentismo seguiu seu curso engajando-se nas insurreições de início mencionadas.

Ainda que a legitimidade do sistema instaurado no país por Campos Sales parecesse esgotada, a tentativa de restaurá-la pela via militar, como se viu nas décadas subseqüentes, estava fadada a atrasar ainda mais a institucionalização do sistema representativo no país.

O Tenentismo sobreviveu à Revolução de 30 e assumiu então feição nitidamente socialista. Selada a aliança com Vargas, como indicaremos mais detidamente logo adiante, a cúpula do Exército cortou-lhe as asas. Decididos a se manter na política, os tenentes foram para o Partido Comunista ou para a Ação Integralista, duas opções igualmente autoritárias.

O Tenentismo ensejou significativa bibliografia, em cujo seio sobressai a obra de Virginio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*. O autor, às pp. XXI e XXII da obra citada, explica o sentido do Tenentismo, que discutiremos adiante. Entretanto, se faz necessário pinçar a afirmação de que "A incompreensão tem desencadeado paixões terríveis de partidarismo, cegas ao desenvolvimento determinista da evolução universal, estiolam-se num rancor sumamente inútil e prejudicial". **127** Constata-se que há, no autor, uma crença cientificista, que não mais pode deixar de ser levada em conta na sua avaliação histórica.

O autor descreve a sociedade no tempo do Império como uma grande fazenda, onde o negro produzia e os senhores proprietários dominavam politicamente, por si, ou por seus filhos que cursavam as faculdades de direito de São Paulo ou Recife.

**126** Idem, pp.250.

**127** *O sentido do tenentismo*, Editora Alfa-Ômega, 3ª. Edição, 1976.

É o próprio que afirma: "A vida econômica e social do 2º. Império arrimou-se inteiramente nos ombros humildes do negro. Foi o braço escravo, num esforço tenaz e silencioso, mourejando nos eitos banhados de sol ou laborando no fundo das senzalas, que colocou as vigas-mestras que suportam a nossa produção". A afirmação é romântica e em parte verdadeira, pois ninguém pode negar a contribuição do negro e nem concordar com a sua escravidão, entretanto constata-se que a afirmação é antes de tudo ideológica. Concluindo, diz: "O latifúndio e as cidades mortas do interior brasileiro surgiram das selvas e dos campos unicamente pelo milagre desse trabalho resignado e anônimo (...). Com a abolição da escravatura, alcançada sem oposição decidida dos interesses fazendeiros, a nossa aristocracia latifundiária se arruinou". A recuperação econômica do latifúndio é atribuída à necessidade de arrecadação (impostos) do estado (governantes).

O país não se encontrava preparado para um desenvolvimento acelerado, tanto é que Santa Rosa diz: "Só depois, na presidência Rodrigues Alves, começou-se subitamente a construção de portos marítimos, assentamentos de linhas férreas e o indígena embasbacou ante mil maravilhas".

Nessa altura a cultura cafeeira era extremamente desenvolvida, e sem o braço escravo, começou a contar com a imigração européia. Nesse ponto Santa Rosa faz uma observação interessante: "Abandonou-se, portanto, o velho ideal do Império, que subordinava o problema da imigração à formação de pequenas propriedades. O ritmo de expansão da burguesia não permitia a continuação dessa orientação sensata, fértil em conseqüências benéficas. E, por isso, aí existem somente, como exemplo e modelo, as granjas e sítios dos núcleos coloniais alemães de Santa Catarina e Rio Grande do Sul". **128**

A visão do autor é que a ascensão da burguesia e o conseqüente crescimento da classe média, gerou o movimento tenentista. A obra citada foi prefaciada por Nelson Werneck Sodré, e este afirma: "A essência do movimento tenentista consistiu no seu papel ligado ao processo de ascensão da burguesia brasileira, em luta contra o absoluto domínio exercido pela classe latifundiária". Não há base para a afirmação. Continuando, diz: "O sentido do Tenentismo tem características pioneiras, porquanto representa, sem a menor dúvida, uma das mais sagazes interpretações que a história política brasileira conhece, e uma contribuição importante para o conhecimento do período republicano e da

fase de ascensão burguesa em particular”. O autor mostra seu viés ideológico, e conclui: “A história do período republicano está sendo feita, e se encontra ainda em esboço.

**128** Idem, pp. 23-6.

Não há historiador, sociólogo ou político, entre os que vêm contribuindo para que ela seja feita, que se tenha dispensado de utilizar o livro de Virginio Santa Rosa, que ficou assim como contribuição marcante e clássica de determinado período, o tenentista”.

Não há dúvida sobre a qualidade do trabalho e dos fatos nele descrito, entretanto faz-se necessário lembrar o viés cientificista do autor, ou seja, que o movimento teve sua existência ligada à ascensão da burguesia. Entendemos que o movimento tenentista foi uma reafirmação da plataforma Benjamin Constant e que a ascensão da burguesia, ou melhor, explicitando o desenvolvimento econômico e seus atores, coincidiram ou coexistiram em uma mesma época.

Virginio Santa Rosa atribui a história republicana à evolução da burguesia, é ele próprio quem afirma: “A história de nossa existência republicana é, por conseguinte, o gráfico fiel da evolução da burguesia nacional. Débil e frágil no Império, ela nasceu para a vida social, com a ruína dos senhores territoriais. Enriquecida com a queda da aristocracia rural brasileira, essa burguesia tomou posse da terra e, através do poder latente dos latifúndios, dominou a política do país. De um salto, adquiriu as mais elevadas posições. E o progresso material do século só serviu aos membros dessa classe”. A República foi precedida pela abolição da escravatura, implantou-se a partir daí o salário, que, com vários nomes, foi sendo conhecido no país. O progresso atingido no país não pode ser genericamente atribuído a uma classe, portanto nos parece que o autor mostra uma formação ideológica antes da do historiador. Continuando ele diz: “ Foi de dentro dela que surgiram os nossos industriais, os nossos comerciantes e os fazendeiros de café dos planaltos de S.Paulo. A redução da aristocracia rural, dos landlords, foi feita sem que a burguesia encontrasse o menor entrave”. O progresso privilegia seus líderes, nem todos são da mesma origem e portanto, da mesma classe. Concluindo, diz: “De fato, não podia haver nenhuma outra força que se opusesse ou, ao menos, criasse um freio à desenvoltura de seu desenvolvimento ascensional. A classe vitoriosa agitou-se solta e livremente, sem o mais insignificante obstáculo. O Estado tornou-se a expressão dos seus interesses e desejos mais profundos, dominado por intermédio da coação toda-poderosa dos latifúndios, realizada no seio dos clãs políticos dos coronéis fazendeiros. **129**

A identificação do progresso econômico no período avaliado é verdadeiro e este realmente desaloja pessoas e coisas no movimento das riquezas.

**129** Idem, pp. 26-7.

Entretanto, há que se ter em mente que o movimento não é subordinado a planos e sim a oportunidades de movimentação econômica, e o enriquecimento e empobrecimento na época, como hoje, tem ciclos, e isto só foi atenuado tardiamente com os mecanismos macroeconômicos desenvolvidos a partir de Keynes.

Não se pode fazer simplesmente uma ligação entre a burguesia em ascensão com o declínio do chamado latifúndio, as causas foram diferentes e não houve substituição de poder. Se assim fosse, como explicar a Revolução de 30, onde a burguesia e o latifúndio perderam o poder para uma classe não econômica? Adiante, acrescenta: "Era aparentemente inútil insistir. O movimento ainda não permitia a destruição das fortalezas do individualismo burguês. A falta de espírito associativo na pequena burguesia, agravada pelo estado de inconsciência e subordinação econômica das classes médias do mundo rural, parecia consentir a perpetuação das oligarquias político-regionais. Era forçoso esperar. As massas rurais, em esmagadora maioria, ainda permaneciam sujeitas ao coronelismo local". O quadro descrito mostra que não há saída. Continuando, diz: "Economicamente subordinadas, prisioneiras de sua vontade, gravitando na órbita de seus interesses financeiros e partidários. O caudilho continuava a comandar, como sempre, os atos mais íntimos do agregado, acudindo-o nas crises e padecimentos morais e materiais. Em troca, exigia dele serviços e sujeições. No cenário inculto dos trópicos, o senhor dos latifúndios prolongava a existência do barão feudal". Não há dúvida que a sociedade carecia de mobilidade, mas essa situação era a falta de um sistema de representação adequada que a República não brindara o país e nem permitia que fosse implantado. Em seqüência, diz: "A barganha sertaneja como que imprimia o seu cunho característico à vida do nosso hinterland. Trocavam-se produtos, trocavam-se dedicações. E o voto era um ato de vassalagem, mera adesão pessoal, preito de homenagem do servo rude ao seu barão feudal. A pragmática medieval ressurgia assim, transfigurada, no nosso solo democrático".

As trocas não eram equilibradas, o interesse dentro da sociedade era difuso, o sistema ou canais de expressão dos interesses não eram claros ou não existiam. Continua o autor: "A resistência das populações rurais, escravizadas à caudilhagem dos proprietários territoriais, fortaleceu por longo espaço as oligarquias políticas. Era a

grande resistência da inércia, contra toda a tentativa de poderio e ascensão da pequena burguesia. Os políticos arregimentavam essa poderosa massa bruta, cerca de dois terços da população do Brasil, para esmagar com tamanho peso morto as veleidades de transformação e reforma dos espíritos esclarecidos". Os espíritos esclarecidos eram poucos, dentre eles os liberais. Continuando, diz: "A grande plebe inconsciente, privada de valores econômicos, sem raízes no solo, era o gigantesco tacape, com que os caciques rurais inutilizavam os esforços em prol da melhoria das classes médias. Sem cultura, incapazes de compreender qual o direito delas, essas massas trabalhavam contra os seus próprios interesses". O conflito de interesses organizado dentro da sociedade dá equilíbrio ao sistema político e proporciona a democracia, e isso realmente não existia. Concluindo, diz: "Mostra-se, para comprimir as aspirações que enchiam as grandes cidades, uma máquina de compressão, sem válvula de escapamento. Atirava-se a todo o momento um peso formidável de escravos rurais, invencível e esmagador. Não havia possibilidade de revanche senão pela luta armada. Todas as agitações das cidades se perdiam num platonismo demagógico, desatendidas pelos governantes".

**130**

O brilhantismo da narrativa, acrescido de que o conteúdo se reveste de fatos que ocorreram naquela época, pode levar à conclusão apresentada. Entretanto, modestamente, nos parece que a sociedade brasileira, nesse período, apresentava um crescimento econômico que desajustava as relações sociais, e como a República, a esta altura com mais de 30 anos de duração, não havia experimentado um procedimento institucionalizado, onde os atores sociais, por canais competentes (sistema representativo), pudessem expressar e negociar seus interesses, a luta armada apresentava-se como alternativa da classe que possuía os meios e queria chegar ao poder. Isto os militares (tenentes) tentaram fazer, mas sua plataforma (Benjamin Constant) não contemplava a democratização do poder.

O autor entende que os movimentos armados de 22, 24 e 26 são reflexos dos filhos da classe média no Exército.

Na década de 30 o movimento tenentista introduz um elemento novo, ao se tornarem simpáticos ao socialismo, o que pode sugerir a explicação da estatização (isto é, a socialização) da economia promovida pela Revolução de 64.

Em fins de 1930, os tenentes anunciavam a pretensão de constituírem centros cívicos pelo país. Destes, o que acabou tendo importância seria o Clube 3 de Outubro, fundado com o objetivo de defender suas propostas reformistas. O Clube ajudou os tenentes em suas atuações dentro e fora do poder. Tenha-se em conta que seu primeiro

presidente foi o general Góis Monteiro, que acabou sendo o militar de maior prestígio nas décadas de 30 e 40.

**130** Idem, pp. 30-1.

No ano de 1931 vários tenentes foram nomeados interventores estaduais, substituindo governos legitimamente eleitos, confirmando o ingresso desses militares no exercício do poder. No seio da tropa, as vantagens conferidas por Getúlio aos tenentes incorporados trouxe problemas com os que ingressaram após 1924. Esses problemas acabaram gerando dois grupos dentro da tropa: o primeiro, formado pelos tenentes históricos que eram chamados "picolés", pois, segundo o depoimento do tenente histórico Osvaldo Cordeiro de Farias, no livro *Meio século de combate* (...) "oficiais que já vinham prontos"; vale lembrar que o sorvete de palito é chamado de picolé; o segundo grupo, denominado "rabanetes", que assim foram chamados por não terem participado da agitação dos anos 20, seriam vermelhos por fora e brancos por dentro.

Além disso, estavam apressados em chegar ao poder. Quanto a essa conclusão lembramos o que diz Osvaldo Cordeiro de Farias no livro mencionado, pp. 197: "(...) Juarez, por exemplo, queria que todos os governos estaduais fossem imediatamente ocupados pelos "tenentes". Eu temia ações dessa natureza, pois achava que elas poderiam acabar provocando a própria dissolução do Exército". **131**

O Clube 3 de Outubro realizou em 3 de novembro de 1932 sua Convenção Nacional, onde foram discutidas as propostas para a nação. Edgard Carone, no livro *A Segunda república* (1930-1937), publica as medidas pleiteadas. Dentre estas destacamos algumas: os tenentes não se pronunciariam sobre a "oportunidade ou inoportunidade" da realização da Assembléia Constituinte. Isso demonstra que a maioria dos tenentes não tinha menor apreço pelo sistema representativo e continuava encantada com o modelo da ditadura republicana dos positivistas.

\_\_\_ propunham, no item "3 letra c", "estabelecimento da representação profissional proporcional, ao lado da representação política, igualitária no seio da assembléia constituinte";

\_\_\_ implantação de um sistema bicameral, onde uma seria "política igualitária, resultante das organizações partidárias: e outra econômico-social, decorrente da representação proporcional das classes profissionais".

A proposta referente às organizações profissionais não foi implantada no país da forma como os tenentes queriam. De qualquer maneira vale lembrar que isso destruiria as relações sociais e econômicas à medida que essa experiência resultou em um corporativismo insuportável.

**131** Coleção Brasil século 20, Ed. Nova Fronteira, Aspásia Camargo e Walter de Góes, pp. 197-8.

Em 23 de fevereiro de 1933, foi aprovado o novo estatuto do Clube 3 de Outubro ainda segundo Edgard Carone, obra citada. O artigo primeiro consagra que "O Clube 3 de Outubro do Rio de Janeiro é grêmio cívico e doutrinário, com programa de socialismo evolutivo e nacionalista, visando em geral, o estudo, a propagação e a defesa de quanto contribuir possa para fortalecer a harmonia internacional, a unidade pátria e a justiça entre os habitantes do Brasil". **132**

O Clube 3 de Outubro teve grande influência política e conseguiu, mediante intermediação de Pedro Ernesto, levar a Getúlio o seu pensamento sobre os problemas brasileiros. Há que se ter claro que o movimento tenentista, ou os tenentes depois de 30, ficam divididos, um grupo adere ao comunismo, entre eles destacam-se Prestes e Barata; outro grupo vê com simpatia o fascismo, são aqueles que ficam no exercício do poder durante o Estado Novo, dentre eles Góis Monteiro; outros, como Eduardo Gomes, afastam-se da política naquele período. Mas uma coisa nos parece comum a todos: defendem um governo forte e ditatorial para implantar uma sociedade nova e moderna para desenvolver o país. Isso está na raiz do pensamento tenentista, como também a idéia de que a classe indicada para fazê-lo é a militar. Essa ideologia de Estado parece ter desembocado na estatização que ora tentamos reverter, além da inviabilização da democracia liberal representativa que hoje tentamos consolidar.

#### **4 – A doutrina castilhista**

A doutrina denominada castilhista é aquela que se constitui em torno do pensamento e dos atos políticos praticados por Júlio de Castilhos (1860/1903), considerando que o autor não legou qualquer livro sobre essa doutrina.

Júlio Prates de Castilhos, natural do município de Vila Rica, hoje Júlio de Castilhos, nascido a 29 de junho de 1860, estudou no Colégio Gomes, em Porto Alegre; bacharel em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1881; advogado em Porto Alegre a partir de 1881; em maio de 1884 assume a direção do jornal *A Federação*, jornal republicano e tribuna do político Júlio de Castilhos; exerceu o cargo de secretário estadual; deputado constituinte federal e estadual; autor da Constituição do estado do Rio Grande do Sul em 1891; exerceu cargo de governador do estado e legou aos seus seguidores mais de três décadas de domínio político no estado do Rio Grande do Sul.

Com o advento da República, Castilhos se elege deputado federal para a Assembléia Constituinte de 90, liderando a bancada rio-grandense, onde se destacava Borges de Medeiros, continuador da obra de Castilhos após sua morte. Entre os seguidores de Castilhos destacamos ainda o senador Pinheiro Machado e Getúlio Vargas.

O positivismo moldou a personalidade autoritária de Júlio de Castilhos e de seus seguidores.

Em 5 de setembro de 1889 Castilhos e Demétrio Ribeiro publicaram em *A Federação*, de Porto Alegre, quando do trigésimo aniversário da morte de Comte, o seguinte artigo:

“Quando se estuda a obra de Augusto Comte com o cuidado que nos impõe os grandes assuntos, não se sabe o que mais admirar: se a grandeza do seu coração, se a vastidão de seu gênio.

Grande exemplo é, para os tempos que correm, a vida abnegada do fundador da religião demonstrada.

Ao lado das vicissitudes inerentes à atitude regeneradora por ele assumida, estavam as seduções de uma vida cômoda e facilmente acessível desde o momento em que o lutador quisesse especular, utilizando as suas excepcionais aptidões.

Mas entre a ignomínia e o sacrifício ele não sabia hesitar.

Em lugar de repoltriar-se em uma das cadeiras do ensino acadêmico à custa do abandono e perseguição da ciência oficial, silenciosa conspiradora contra tudo o que pode ferir-lhe a ignorância e o orgulho.

É que, às esplendorosas irradiações do gênio, ao calor do sentimento ardoroso, Augusto Comte ligava uma inquebrantável moralidade.

Nestas linhas rapidamente traçadas, mas diretamente inspiradas pelo Positivismo, consagramos as nossas homenagens à memória do Grande Mestre, o primeiro entre os pensadores modernos”.

Castilhos foi além de uma pura admiração, implantou no Rio Grande do Sul uma república estadual positivista.

O documento básico desta empreitada é a “Constituição política do estado do Rio Grande do Sul”, por ele elaborada em 1891.

Outras duas cartas elaboradas por Castilhos, “A devoção do menino Deus” e “Ao diretor da Faculdade de Medicina e Farmácia, cidadão Dr. Protásio Alves”, demonstram sua identificação com a doutrina positivista. Nestas cartas são abraçadas cinco teses positivistas: a) ordem através da religião; b) a grande obra da religião católica e sua tentativa de ser uma religião universal; c) a separação do poder temporal do espiritual; d) a moralização da política; e) uma profissão de fé em Augusto Comte”. **133**

A ditadura positivista de Júlio de Castilhos vigorou por mais de 35 anos, ou seja, do início da década de 90 até 1930. Castilhos foi presidente do estado no período de 1893 a 1898, seguindo-se Borges de Medeiros e Getúlio Vargas no período de 1928 a 1930.

Profundas marcas deixou na política rio-grandense a ditadura positivista, mencionamos aquelas destacadas por Ricardo Vélez Rodríguez: a) menosprezo pelo sistema representativo ou democrático; b) menosprezo pelo sistema eleitoral; c) moralidade nos atos praticados; d) ética absolutista; e) austeridade no exercício do poder; f) austeridade na vida privada (dos castilhistas).

Júlio de Castilhos inspirava-se politicamente na doutrina de Comte. Comentaremos sumariamente, a seguir, artigo de sua autoria publicado no jornal *A Federação*, de 29 de junho de 1887: “Depois da grande revolução filosófica que precedeu a revolução política de 1789, tendo por intérpretes primeiro Diderot, e depois Condorcet, que aplicaram ao estudo da sociedade o critério científico, como um organismo sujeito a invariáveis leis naturais, ficou aberto o caminho ao gênio que propusesse fundar a ciência social”. A crença em uma sociedade racional é clara. Continua:

“Coube essa glória imortal a Augusto Comte, como continuador genial dos trabalhos dos filósofos predecessores.

**133** Curso de introdução ao pensamento político brasileiro, Ricardo Vélez Rodriguez, unidade VII e VIII, Brasília UNB, 1982.

Acometendo o extraordinário labor de sistematizar os conhecimentos humanos em um vasto conjunto harmônico, ele foi solicitado a completar o grande todo e fez do estudo do organismo social uma ciência”. Júlio de Castilhos acreditava que Comte conseguiria estabelecer a sociedade científica, e diz: “Ficou assim constituída a sociologia, como corpo das leis naturais que regem a sociedade humana através da história.

Os materiais para a laboriosa fundação foram fornecidos mesmo pela história do passado humano, a qual deixou de ser perante a contemplação filosófica, o acervo informe de fatos contraditórios e inexplicáveis, para receber o caráter positivamente científico”. Castilhos não ousava mais discutir, e conclui:

“Os trabalhos do imortal filósofo, derramando luz abundante sobre o estudo do passado humano, subverteram a doutrina teológica, que cria a humanidade sujeita à direção da Providência onisciente, e dissiparam as criações fictícias da metafísica, que submetia os movimentos históricos aos caprichos do acaso”.

Constata-se a formação positivista de Júlio de Castilhos, o que aliás nunca foi negado.

Em continuação, diz Castilhos: “(...) Como base constitutiva da nova ciência, ficou assentado que, assim como o organismo do ser humano, o organismo social é regido por indefectíveis leis naturais a que obedecem as sociedades através do tempo e que a nenhum poder é dado tentar infringir sem produzir as mais funestas perturbações”. **134**

A crença no determinismo científico chega a ser místico, como esclarece Ricardo Vélez Rodriguez na análise comparativa que faz entre o apostolado positivista brasileiro, positivismo ilustrado e o castilhismo. Vejamos como explica o próprio Vélez Rodriguez: “O Apostolado Positivista Brasileiro revestir-se-ia dessa perspectiva histórica que herdara da unilinearidade comtiana. O Apostolado não teve a amplitude de visão necessária para se inserir no contexto histórico do patrimonialismo modernizador do Estado brasileiro, capaz de levar muito longe a sua influência”. A ortodoxia do apostolado não permitiu que ele prevalecesse, mesmo dentro do espectro positivista, ele mesmo explica: “Justamente na medida em que se identificava como versão ortodoxa do

comtismo, a Igreja Positivista não poderia aspirar a ir além do próprio Comte. Limitou-se, portanto, a uma experiência ritual. Maior abrangência alcançaram os heterodoxos, que prolongaram os ensinamentos comteanos no positivismo ilustrado e no castilhismo". O castilhismo tornou-se a maior experiência positivista no Brasil. Concluindo, diz:

**134** *Idéias políticas de Júlio de Castilhos, Ação e pensamento da República.* MEC. Rio de Janeiro, 1982, pp. 106-7.

"Esse último representaria à materialização mais bem sucedida do messianismo político positivista. Em que pese o caráter científico reivindicado por Júlio de Castilhos, o seu projeto político não permaneceu alheio, contudo, à dimensão religiosa. O Castilhismo estruturar-se-ia como mística republicana, cujo grande sacerdote, seria o líder político carismático. Castilhos não teve a menor dúvida em se inserir no arcabouço que lhe apresentava o patrimonialismo modernizador de inspiração pombalina.

Com mão férreas realizou o velho ideal hobbesiano de unificar os dois poderes, o espiritual e o temporal, nas mãos do Estado. E, no seio dele, não duvidou em concentrar tudo na vontade unipessoal do Chefe do Executivo".

A análise de Vélez Rodriguez dá a dimensão do castilhismo, caracterizando-o. Na seqüência ele diz: "(...) Assim como os ideais de culto à ciência, típicos da primeira fase do comtismo, foram inseridos por Benjamin Constant, de forma parecida, o projeto organicista e religioso que animava a segunda parte da obra de Comte, foi enxertado por Castilhos na antiga árvore do patrimonialismo modernizador do Estado brasileiro. E conseguiu inspirar e dar vida, assim, ao modelo de despotismo ilustrado mais consistente conhecido pelo Brasil na sua história e que fez emergir, com Getúlio, a nova feição tecnocrática e autoritária do Estado brasileiro contemporâneo". Enquanto Benjamin Constant foi o responsável pelo culto à ciência, na perspectiva do seu positivismo, Castilhos deu forma acabada à política positivista. Conclui: "O messianismo político de inspiração positivista materializou-se numa tendência considerada heterodoxa pelo Apostolado Positivista. Talvez o Castilhismo lhe seja devedor da dimensão sacerdotal e mística que tão bem encarnaram Miguel Lemos e Teixeira Mendes, e que encontramos viva em Castilhos e seus seguidores." **135**

A Constituição outorgada por Júlio de Castilhos ao povo rio-grandense era uma alternativa ao sistema representativo.

Na apresentação do livro de Joaquim Luís Osório, *Constituição política do estado do Rio Grande do Sul: comentário*, Antonio Paim diz: "O livro de Joaquim Luís Osório tornou-se o documento básico do Castilhismo, considerando que o autor dessa doutrina não nos deixou

qualquer livro”. Castilhos era um homem de ação e nos legou artigos mas não obras no sentido literário ou político. Continua:

**135** Idem, pp. 68-9.

“Júlio de Castilhos (1860/1903), inspirando-se no positivismo, concebeu um sistema político alternativo para o governo representativo, adotado com a Independência sob a forma de monarquia constitucional. Entendiam os comtistas que a República não deveria consistir uma simples mudança no exercício do sistema representativo, cabendo altera-lhe a substância”. A proposta dos castilhistas era uma alternativa ao sistema representativo, ou seja, uma ditadura esclarecida. A essa luz, a legitimidade de todos os interesses, reconhecida pelo liberalismo, correspondia à imoralidade. Ao invés da disputa entre os interesses, impunha-se um governo forte, denominado de ditadura republicana, que definiria o interesse geral e o bem comum a partir de considerações “científicas”. O interesse que, para os liberais, se expressa legitimamente é uma imoralidade, portanto, é preciso um governo científico e ditatorial. Conclui: “Eram grandes as simpatias por semelhante ideário, em especial na oficialidade militar e na elite técnica, que haviam recebido sua formação na antiga Academia Militar, posteriormente denominada Escola Politécnica, onde se preservava a tradição pombalina de supor que a política nutria-se diretamente da ciência”.

Certo é que Júlio de Castilhos deu forma acabada ao ideário configurado.

Seguindo sua apresentação, Antonio Paim acrescenta: “(...) O Castilhismo tornar-se-ia o substrato do Estado Novo”.

A doutrina castilhista está, portanto, analisada e verifica-se que ela é na realidade uma continuação da plataforma política de Benjamin Constant com a atualização que o pensamento multifacetado de Comte propiciou.

## **5 – A aliança com os castilhistas**

A aliança entre o Sr. Getúlio Vargas e os militares positivistas, no seu primeiro governo, é de fato comprovado historicamente. Isto entretanto marca uma mudança substancial no

comportamento dos militares que estavam imbuídos do sentido de missão que lhes fora transmitido por Benjamin Constant.

Porquanto como vimos entendiam que o cumprimento daquela missão exigia que não transigissem com a classe política e assumissem diretamente o poder.

As duas tentativas, já mencionadas, nesse sentido fracassaram, razão pela qual chegou-se a supor como também indicamos que a sua sorte estaria selada para sempre com a vitória do elemento profissional.

Provavelmente a aliança com os castilhistas há de ter sido cimentada ao longo da década de 20 por aqueles elementos que fizeram a sua formação militar no Rio Grande do Sul, onde haviam sido criadas escolas pela reforma já indicada.

O ambiente positivista no Rio Grande do Sul deve ter criado as condições favoráveis para um respeito, da parte do elemento militar, para com as teses castilhistas, que provinham da mesma fonte.

A aliança também foi possível pela ética incutida na formação dos militares. Vejamos o que diz Paulo Mercadante quando examina a questão da maior importância, ou seja, a "ética absoluta" dos militares, que é algo comum entre os políticos castilhistas e os militares. Os civis, conforme o autor, "Nas profissões liberais, incluindo de Humanidades, o estudante frequenta a Universidade, onde a liberdade não sofre ação fiscalizadora por parte da hierarquia ou da disciplina. Posteriormente, na vida prática, qualquer dos habilitados estará, diante da vida, à vontade para as opções de sua conduta".

A formação é livre, propiciando alternativas de posicionamentos pessoais diante da vida, sem oposição. Continua: "O militar ao contrário, em sua juventude, como portador da ética tradicionalista, defronta-se com circunstâncias bem diversas. Trouxe para o grupamento uma noção puritana de seus deveres, recebida em meio da família e do ensino ginasial que cursou no interior do país, ou nos bairros modestos das grandes cidades, onde residem as camadas médias da população". O cidadão que optou pela carreira militar, ao contrário, está com sua formação de família e não teve oportunidade de contestá-la quando chega ao quartel. Continua: "A engrenagem do quartel está disposta, desde o dia primeiro, a enrijecer ainda o sentimento da responsabilidade pessoal, sem conceder-lhe alternativas de discussão ou contestação das normas internas em vigor. Os fatores somam-se, portanto, para conservar valores trazidos de sua origem, já que não são objeto de qualquer desmentido". Os valores trazidos da família são reforçados e não há opção de discuti-los.

Na seqüência diz: "O curso prossegue por alguns anos, e a conquista da promoção depende de qualidades que a corporação

consagra". A força tem seu programa de promoções e as qualidades são consagradas pela corporação. Conclui o autor: 'Assim, concorre para elevar o conceito oficial. Tais problemas são genericamente englobados sob a denominação de questão política, uma espécie de tabu para o espírito do verdadeiro soldado. Do ponto de vista do comportamento, o militar é portador de uma ética que não admite tergiversações". **136**

**136** Militares e civis: a ética e o compromisso, Rio de Janeiro, Zahar ed., 1978.

O cientificismo dos positivistas também consagrou a ética absoluta, o que tornou próximo e possibilitou a aliança.

O grupo político castilhistas era formado por pessoas probas, e isto em conjunto com a ética absoluta que forma o militar os ligou desde os primeiros movimentos republicanos.

Getúlio Vargas, sucessor de Borges de Medeiros na presidência do estado em 1928, foi candidato nas eleições presidenciais de 1930, perdendo para Julio Prestes.

Em 30 tivemos a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder com o apoio dos militares, entre eles os denominados tenentes.

Getúlio Vargas foi responsável por ter levado o castilhismo a nível nacional, e o fez em detrimento do elemento político e da democracia, tendo habilmente transformado os problemas políticos em técnicos. Essa fórmula foi acentuada a partir do golpe de 37, onde um castilhista tinha em mãos um poder autocrático.

O general Góis Monteiro relata alguns fatos, que ora transcrevemos, para ilustrar essa época: "(...) Segundo pude depreender das palestras que com ele mantinha, além da educação superficial semi-comtista, em razão de sua formação castilhista, tendia muito para escritores livre-pensadores, como Zola, Anatole France e até mesmo Nietzsche, Sorel e outros". **137** Ora, o que o general Góis informa é o que afirmamos anteriormente e o que o próprio Getúlio nunca negou.

O general Góis relata ainda o incidente da demissão do Sr. Laudo de Camargo do governo de São Paulo, e a assunção ao governo do general Manuel Rabelo, então comandante da Segunda Região Militar, quando diz, entre outras coisas, o seguinte: "(...) soube que o Sr. João Alberto fora a São Paulo, encarregado pelo Presidente Getúlio de solicitar do Sr. Laudo de Camargo, creio que por instigação do Sr. Miguel Costa e outros, modificações importantes no Governo e na administração do Estado". Os poderes estavam esfacelados, sem nenhum respeito interferia-se a bel-prazer. Conclui o general: "Chegado a São Paulo, o Sr. João Alberto, para autenticar essa incumbência, quis que o Comandante interino da Região, que era o General Manuel Rabelo, o acompanhasse até

o Palácio dos Campos Elíseos. O General Manuel Rabelo era positivista ortodoxo e homem bastante desconfiado: não só me pediu confirmação pelo telefone do que havia dito o Sr. João Alberto, como ainda exigiu um telegrama meu ..". **138**

**137** O general Góes depõe ..., Lourival Coutinho, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco, 1956, pp. 166.

**138** Idem, pp. 172.

Este comandante tornou-se o governador, sucedendo o Sr. Laudo de Camargo. Continuando, o general Góis diz: "(...) Por sua vez, o Sr. Manuel Rabelo, como sempre acontece no Brasil, tomara gosto pela governança e não desejava largá-la mais". **139**

Verifica-se, portanto, que episódios dessa natureza mostram a aliança entre militares e civis com o poder. Esses grupos tinham em comum a crença em uma missão, os militares no legado de Benjamin Constant e os castilhistas na doutrina de Comte, ambos provinham, como já dissemos, da mesma fonte.

A experiência da doutrina castilhista a nível nacional teve como auxiliar a tradição científicista herdada de Pombal, que estava incrustada na cultura brasileira.

O menosprezo pelo sistema representativo se escorava no conceito que não há representação de interesses, pois estes não existem ou, se forem admitidos, são nocivos à sociedade.

A transformação dos problemas políticos em técnicos contou com o entusiasmo dos jovens, que viam nisso a oportunidade de chegar ao poder autocraticamente.

Essa atitude de Getúlio Vargas propiciou a formação de nossa tecnoburocracia, que até hoje influi no país, e ajudou a formar uma elite dirigente estatal que detém parcela de poder sem prestar contas à nação.

Se atentarmos para o fato de os militares constituírem-se numa elite que pela sua formação estão bem próximos dos técnicos burocratas, podemos perceber que a aliança entre militares e castilhistas não ocorreu antes devido à tentativa daqueles de governarem sozinhos.

O general Pedro Aurélio de Góis Monteiro em carta enviada ao jurista Sobral Pinto, em 7 de abril de 1945, pelo seu teor, deixou de ser uma defesa para transformar-se em documento histórico, pois há uma defesa de toda a filosofia da ação política dos militares, e toda uma concepção do papel que as Forças Armadas devem desempenhar no

processo brasileiro, o qual ele reconhece, já em 1945, viciado e capaz de impedir o Brasil de afirmar-se como a grande nação que de fato é. Transcrevemos alguns trechos que elucidam nosso comentário: "Confesso que admirei, realmente, na minha mocidade, a conduta política castilhistas, influenciada então pela formação defeituosa da mentalidade dos cadetes da Escola Militar". A confissão não deixa dúvidas, viveu o general o ambiente positivista e nele se inspirou várias vezes. Continua: "O espetáculo de ordem, trabalho e honradez do governo sul-riograndense era único em meio das tropelias e escândalos reinantes em outros estados da federação".

**139** Idem, p. 173.

Admirou, comparou e concluiu que a honra estava naquele tipo de governo, e diz: "A preocupação, que transparecia nos atos dessa política, de esteá-la numa filosofia e num sistema geral de idéias, colocava-a muito acima da sombria atmosfera das competições primárias, costumeiras em nosso meio. Era bem um modelo de tirania esclarecida, no tipo de Francia, glorificado pela pena de Carlyle, como digno de figurar no calendário dos grandes homens, invocado no igrejário de Augusto Comte".

Constata-se pelo conteúdo que os militares foram formados (deformados, segundo o general Góis Monteiro no documento citado), dentro dos ditames positivistas e que admiravam o castilhismo. Ainda em outro trecho o general Góis Monteiro, ao criticar o positivismo, ratifica ter se ligado a ele: "Cedo verifiquei o caráter miniatural do estatismo positivista, propenso a construir republiquetas de governança patriarcal, impróprio a conformar, nos seus liliputianos quadros, o problema de dimensões continentais como é, de fato, o conjunto brasileiro".

Por fim, destacamos da carta o seguinte trecho: "Como persistir, de 1914 a 1940, na pregação de um liberalismo individualista, que nunca fôra, entre nós, senão ouropel de idéias estrangeiras, não talhadas para uma realidade de ignorância, pobreza, inconsistência cívica, política e militar?" **140**

Este trecho confirma o fato de que o procedimento positivista, aliado aos militares, e, ainda, culminando com a Revolução de 30, inviabilizaram o liberalismo no país, trancando a evolução política e implantando todo esse aparato estatal que hoje tentamos remover, a fim de podermos administrar a coisa pública, sem falar que a representação ficou comprometida também pela falta de exercício.

**140** A carta do general Góis Monteiro é uma reafirmação da plataforma Benjamin Constant e foi republicada por Oliveiros S. Ferreira, in *As forças armadas e o desafio da revolução*, edições GRD, Rio de Janeiro, 1964, pp.

## **CAPÍTULO IV**

### **O Ambiente que Conduziu à Aliança com os Liberais**

O movimento de 64, por ter durado 20 anos, facultou a formação de grupos dentro do Exército em franca disputa pelo poder, ao mesmo tempo em que se defrontava com uma oposição dividida, parte da qual recorria à luta armada – contribuindo assim para a sobrevivência dos governos militares; por tudo isto, enfim, reveste-se de certa complexidade e não poderia ser analisado de maneira simplista. Acresce que não se dispõe de balanços isentos de suas realizações **141**, provocando até hoje reações puramente emocionais, pró ou contra.

De todos os modos, não poderíamos inserir no escopo deste estudo caracterizar o movimento de 64 em toda a sua amplitude, porquanto o que nos propomos é acompanhar, desde a República, a ingerência militar na vida política brasileira. Desse ângulo, 64 é a continuação de uma longa série de eventos, dos quais sequer sabemos se estamos livres. A rigor, voltamos à primeira década republicana, quando os militares assumem diretamente o poder, com a diferença que, desta vez, conseguem se manter por dois longos decênios.

Neste pós-guerra, parte significativa da elite militar rompe com a aliança tradicional mantida com o castilhismo getulista e aproxima-se do elemento liberal. As duas candidaturas militares de 1945,

expressam o surgimento da nova facção. O marechal Dutra, eleito com o apoio de Vargas e seu ex-ministro da Guerra, era uma espécie de sobrevivência da aliança tradicional. O brigadeiro Eduardo Gomes representa a novidade. Derrotada nas urnas, essa nova facção persistiu.

**141** Há uma corrente que afirma ter a Revolução de 64 concluído a Revolução Industrial, com o que estaria atendendo a uma velha aspiração nacional, razão pela qual teria assegurado sua longevidade. Essa tese não está provada.

## **1 – A eleição de Vargas em 50 e o surgimento da facção nacionalista e sua antípoda**

Os críticos da aliança dos liberais com os militares – que, no fundo, levou a 64, movimento que acabaria voltando-se preferentemente contra eles próprios – entendem que os liberais deveriam ter lançado uma candidatura civil contra Vargas em 1950, em vez de insistirem no brigadeiro Eduardo Gomes. Carlos Lacerda, de certa forma, responde a essa questão ao informar **142** que alguns políticos da União Democrática Nacional (UDN) tentaram viabilizar a candidatura de Afonso Pena Junior, através de um entendimento entre o governador de Minas Gerais, Milton Campos e o governador de São Paulo, Ademar de Barros. A tentativa partiu de Milton Campos, que queria atrair o Partido Social Democrático (PSD) e também o Partido Social Progressista (PSP), muito forte no estado de São Paulo, e evitar que o brigadeiro Eduardo Gomes fosse candidato, pois, entendiam eles, seria derrotado. O certo é que dessa iniciativa nada resultou.

Ademar de Barros assegurou a Getúlio Vargas o seu apoio, e com isso convenceu-o a ser candidato, tendo com vice, por indicação do governador paulista, o Sr. Café Filho, originário do estado do Rio Grande do Norte e que se destacara como deputado da oposição, integrando a agremiação partidária liderada pelo governador paulista, Partido Social Progressista.

A candidatura de Vargas granjeou vários grupos políticos, entre eles os do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), parte do PSD e os do PSP.

Antevendo a vitória de Vargas, Lacerda tentou convencer Cristiano Machado, candidato do PSD, a renunciar e apoiar o brigadeiro Eduardo Gomes. São suas as palavras: "Dr. Cristiano, parece que o senhor vai ser candidato do PSD. E já está lançada a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Isso significa a vitória do Dr. Getúlio Vargas".

**142** Carlos Lacerda, Depoimento, 3ª. ed., Revisada, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1987, pp. 112-39.

A conversa é franca e direta. Concluindo, diz Lacerda: "Só há uma maneira, talvez, de se entenderem: ou é o Brigadeiro desistir da candidatura dele em seu favor ou é o senhor desistir da sua candidatura em favor do Brigadeiro. A segunda hipótese me parece melhor, não por nenhum despreço ao senhor, mas é porque é muito mais fácil levar o seu eleitorado para o Brigadeiro do que trazer o do Brigadeiro para o senhor". A resposta de Cristiano Machado foi: "Mas você sabe, sou um homem de partido. O PSD está me escolhendo. Não compete me envolver nisso. Eu não posso renunciar a uma coisa que não é minha". Lacerda conclui: "É, nesse caso, nós vamos para a derrota, o senhor e nós! Com a diferença que o senhor vem em terceiro lugar". **143**

A vitória de Getúlio Vargas se confirmou por maioria.

A volta de Vargas em 50 não contava com a confiança irrestrita das Forças Armadas. Na Aeronáutica havia a liderança do brigadeiro Eduardo Gomes, que fora derrotado por ele, sem contar com o apoio de Salgado Filho **144**, que havia morrido. Na Marinha, Vargas não era repudiado nem apoiado. No Exército, Dutra e Góis Monteiro, que outrora foram seus sustentáculos, não mas se apresentavam como tal. Dutra sucedera Vargas, que para sobreviver politicamente o apoiara; Góis foi o militar que depôs Vargas e acabou com o Estado Novo, que como militar de grande projeção havia contribuído para sua implantação e sustentação.

Vargas vai buscar sustentação junto ao general Newton Estilac Leal. Com isso acabaria não só restaurando sua aliança com os militares mas também ensejando o ressurgimento (ou a manutenção) de facções políticas dentro do Exército, desta vez a começar daquela que se auto-intitulava de nacionalista. Por oposição, o segmento oposto seria entreguista. Do ponto de vista da questão que desejamos aqui esclarecer, 64 começou contrapondo-se aos nacionalistas para acabar tudo fazendo a

fim de livrar-se da pecha de entreguista. A denúncia do Acordo Militar com os Estados Unidos, na década de 70, talvez se explique nesse contexto.

Assim, é interessante rastrear o surgimento dessa facção autodenominada de nacionalista.

Castello Branco como salienta Vernon Walter **145**, segundo John W.F. Dulles, continuava sem demonstrar qualquer interesse no exercício de funções políticas, entretanto esperava que Vargas não voltasse ao poder.

**143** Idem, pp. 115-6.

**144** Salgado Filho (1888/1950) fora o organizador do Ministério da Aeronáutica sob o Estado Novo, acreditando-se que teria prestígio nesse segmento das Forças Armadas..

**145** Castello Branco, *O caminho para a presidência*, Liv. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1979.

O certo é que, em 50, o Clube Militar vivenciou uma disputa entre a chapa denominada nacionalista, liderada pelo general Newton Estilac Leal, e a chapa denominada anticomunista, liderada pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias, nesta concorrendo Castello Branco. Venceu a chapa do general Newton Estilac Leal em maio de 50; em outubro Vargas se elegeu e fez do general Newton Estilac Leal, seu ministro da Guerra. Estavam lançadas as bases das disputas abertamente políticas nas Forças Armadas.

Em conseqüência do ambiente que aqui procuramos refletir, os grupos militares de oposição a Vargas passaram a congregarem-se na chamada Cruzada Democrática, que difundia o sentimento anti-esquerdista. Esta obteve, em março de 1952, uma grande vitória, que foi a substituição do ministro de Guerra, quando saiu o general Newton Estilac Leal e em seu lugar Vargas nomeou o general Ciro do Espírito Santo Cardoso.

Venceu as eleições em maio de 1954, no Clube Militar, a oposição aos nacionalistas, liderada pelo que ficou conhecido como "Grupo Sorbonne", isto é, oficiais com pretensões intelectuais, entre os quais sobressaía Castello Branco, que iriam tornar-se a alma da Escola Superior de Guerra (ESG). A chapa vencedora era encabeçada pelos generais Alcides Etchgoyen e Nelson de Melo.

No mesmo mês de maio de 1954, Castello Branco é convidado por Mascarenhas de Moraes para ser seu assistente na chefia do Estado-Maior das Forças Armadas.

Diz bem do clima da época o fato de que em fevereiro de 1954 tenha sido divulgado um manifesto assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis, entre os quais Golberi, Mamede, Geraldo Meneses Cortes, Amauri Krueel, Ademar de Queiroz, Sizeno Sarmiento, Antonio

Carlos Murici, Orlando Ramagem, Adalberto Pereira dos Santos e Alfredo Souto Malan, nomes esse que, de uma forma ou de outra, estariam relacionados a 64. Naquele documento os militares reclamavam contra a corrupção, a agitação trabalhista e das condições do Exército.

O resultado político do manifesto foi que Vargas nomeou seu terceiro ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa.

Embora acabasse por assumir a liderança desse grupo, Castello Branco não assinou o chamado manifesto dos coronéis nem aprovou a iniciativa.

Em setembro de 1955, ao referir-se àquele documento, que para ele tinha a intenção "em suas cogitações de angariar adeptos, nos postos inferiores a tenente-coronel e os de general", tornavam vulnerável a coesão do Exército, e mais: "traumatizou os comandos, derrubou um Ministro e, infelizmente, ao contrário da digna discricção de seus signatários, tem sido aproveitado inescrupulosamente pelo interesse de políticos". **146** Constata-se que Castello estava preocupado com a manutenção da hierarquia dentro da Força.

Em 22 de agosto de 1954, realizou-se um encontro de militares de alta patente, na casa do general Mascarenhas de Moraes, para pedir a renúncia de Vargas. "Nessa ocasião, Mascarenhas, Castello e outros generais, foram informados pelo Brigadeiro Eduardo Gomes e pelo Almirante Salalino Coelho de que a maioria dos brigadeiros da Força Aérea havia assinado um manifesto pedindo a renúncia de Vargas e de que, essa posição era aprovada pela maioria dos almirantes. Era, igualmente, apoiada pelos generais da Cruzada Democrática que haviam pedido para comparecer à reunião com Mascarenhas: Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora, dirigentes do Clube Militar, e Álvaro Fiúza de Castro, chefe do Estado Maior". **147**

Em 24 de agosto de 1954 o presidente Vargas constatando que seria deposto, não apenas recusou-se a renunciar como preferiu dar fim à vida com um tiro no peito, deixando órfãos seus inimigos, que foram acusados de tê-lo levado à morte.

Com a morte de Vargas, assumiu a presidência o seu vice, Café Filho. Este nomeou como chefe da Casa Militar da Presidência da República o general Juarez Távora, que aliás, foi um dos 27 generais que haviam pedido a renúncia de Vargas naquele manifesto do dia 22 de agosto de 1954.

O general Juarez Távora, em suas memórias, volume 2, transcreve o mencionado Manifesto, que ora inserimos por ser um importante documento.

*"Manifesto à Nação, assinado por oficiais-generais do Exército, solidarizando-se com os seus camaradas da*

*Marinha e da Aeronáutica, na exigência de renúncia do Presidente da República.*

*Considerando que o inquérito policial-militar em andamento na Base Aérea do Galeão já apurou indiscutivelmente que foi a guarda pessoal do Presidente da República, sob a chefia de Gregório Fortunato, homem de sua absoluta confiança, que planejou e preparou, dentro do Palácio Presidencial, e fez executar o atentado em que foi assassinado o Major-Aviador Rubens Florentino Vaz;*

**146** Idem, pp. 186.

**147** Idem, pp. 187.

*considerando que, depois de haver o Presidente da República assegurado à Nação que o crime seria apurado e os culpados entregues à justiça, elementos de sua imediata confiança, ainda dentro do Palácio Presidencial, forneceram os meios necessários à fuga, inclusive vultosa quantia em dinheiro;*

*considerando que é duvidoso que se possa chegar à punição de todos os culpados:*

*considerando que as diligências do inquérito trouxeram à luz farta documentação em que se demonstra a corrupção criminosa nos círculos mais chegados ao Presidente da República;*

*considerando que tais fatos comprometem à autoridade moral indispensável ao Presidente para o exercício de seu mandato;*

*considerando, enfim, que a perduração da atual crise político-militar está trazendo ao País irreparáveis prejuízos em sua situação econômica e poderá culminar em graves comoções internas, em face da intranqüilidade geral e da repulsa e indignação de que se acham possuídas todas as classe sociais do País;*

*os abaixo-assinados, oficiais-generais do Exército, conscientes de seus deveres e responsabilidades perante a Nação, honrando compromissos pública e livremente assumidos, e solidarizando-se com o pensamento de seus camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declaram julgar, em consciência, como melhor*

*caminho para tranqüilizar o povo e manter unidas as Forças Armadas, a renúncia do atual Presidente da República, processando-se sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais.*

*Rio, 22 de agosto de 1954.*

*Assinados: General-de-Exército Álvaro Fiúza de Castro - General-de-Exército Canrobert Pereira da Costa - General-de-Divisão Nicanor Guimarães de Souza - General-de-Divisão Juarez Távora - General-de-Divisão Alcides G. Etchegoyen - General-de-Brigada Emílio R. Ribas Júnior - General-de-Brigada Edgard do Amaral - General-de-Brigada Altair de Queiroz - General-de-Brigada J. Lopes Machado - General-de-Brigada Pery Constant Bevilaqua - General-de-Brigada Humberto Castello Branco - General-de-Brigada Paulo Kruger da Cunha Cruz - General-de-Brigada Ignácio José Veríssimo - General-de-Brigada Oscar de Barros Falcão - General-de-Brigada João Batista Rangel - General-de-Brigada Nilo Horácio de Oliveira Sucupira - General-de-Brigada Antonio Coelho dos Reis - General-de-Brigada Delso Fronsa - General-de-Divisão Henrique Lott - General-de-Divisão Octávio Saldanha Mazza - General-de-Divisão T. de Alencar Araripe - General-de-Divisão Nelson Rebelo de Queiroz - General-de-Divisão José Daudt Fabrício - General-de-Divisão Nestor Souto de Oliveira - General-de-Divisão Nilo Augusto Guerreiro Lima - General-de-Divisão Nestor Penha Brasil - General-de-Divisão Jair Dantas Ribeiro.*

Nota: embora haja comunicado, por intermédio de sua esposa, desejar assinar este manifesto, deixou de fazê-lo, por se encontrar na Vila Militar e não poder afastar-se de lá, o General-de-Brigada Nelson de Melo, Comandante da Infantaria Divisionária da 1ª. D.I., ali aquartelado.

Juarez Távora". **148**

Em janeiro de 1955, Juarez Távora, Mascarenhas de Moraes, Canrobert, os comandantes militares e os chefes dos Estados maiores, assinaram e entregaram a presidente Café Filho um manifesto no qual pediam que o Presidente evitasse uma “violenta campanha eleitoral” mediante a escolha de um candidato “de união nacional”. Esse movimento não teve sucesso e visava diretamente evitar a vitória de Juscelino ou da corrente política do falecido presidente Vargas.

**148** Juarez Távora. *Uma vida e muitas lutas*, Memórias, Rio de Janeiro, José Olympio, 1974, pp.300-1.

## **2 – Insistência numa candidatura militar; inconformismo e pronunciamentos militares na segunda metade dos anos 50**

Derrotados duas vezes sucessivas ao insistir numa candidatura militar, a do brigadeiro Eduardo Gomes, os liberais da UDN deveriam ter aprendido a lição e tentado promover, a nível nacional, as novas lideranças em emergência após a queda do Estado Novo. Ao contrário do que pareceria mais lógico, o agrupamento que enfatizava o seu compromisso liberal com as instituições do sistema representativo, mais uma vez, nas eleições presidenciais de 1955, preferiu um candidato militar.

Tratava-se do general Juarez Távora. Integrante destacado do movimento tenentista, não acompanhou aquela parcela de seus companheiros que aderiu ao comunismo totalitário ou ao socialismo autoritário. Amigo de Prestes, interpretaria o gesto deste último, ao anunciar, em 1930, sua conversão ao comunismo, como deferência a seus companheiros desde que, segundo viria a afirmar, “aquela conversão o incompatibilizava ao exercício da liderança militar do movimento de 30”.

Como era comum na época e sem prejuízo da ascensão na carreira, Juarez Távora exerceu vários cargos públicos e interessou-se vivamente pela questão do petróleo. Ainda uma vez marchando contra a

maré no seio de seus companheiros de farda, era contrário ao monopólio estatal exercido pela Petrobrás.

Juarez Távora, por ocasião de uma conferência feita na Escola Superior de Guerra em 4 de julho de 1954, afirmaria o seguinte: "Quanto à exploração de nossos recursos petrolíferos – mesmo admitindo-se (como admito) que essa exploração só se deva fazer dentro de um rigoroso controle nacionalista – haveria três esquemas fundamentais de soluções a examinar-se:

1º.) monopólio estatal e imediato, suprimindo-se qualquer participação da iniciativa e do capital privados, nacionais ou estrangeiros, nas explorações petrolíferas;

2º.) regime de exploração monopolista, controlado pelo Estado, sob a forma de Sociedade de Economia Mista, admitindo a participação minoritária do capital privado, nacional e estrangeiro;

3º.) regime de iniciativas concorrentes, porém discriminadas – admitindo, ao lado da iniciativa estatal, a iniciativa privada – exercida por pessoas físicas ou jurídicas nacionais, mas sujeitas essas últimas, quando integradas por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, a certas discriminações em favor do capital nacional (controle obrigatório pelo capital brasileiro, estatal ou privado, das empresas dedicadas à refinação e ao transporte especializado do petróleo, sempre destinado ao consumo interno).

Tenho sustentado que, se bem considerássemos todos os fatores condicionantes de uma solução definitiva do nosso problema petrolífero – isto é, os fins a alcançar as peculiaridades nacionais e internacionais do problema e os meios de que efetivamente dispomos para enfrentá-las e alcançar os fins visados – concluiríamos pela maior conveniência de adotar, pelo menos de início, o último dos esquemas apontados". **149**

Com a morte de Vargas e a ascensão de Café Filho ao governo, passa a ocupar uma posição que o colocava em evidência nacionalmente, desde que, segundo se referiu, tornou-se chefe da Casa Militar da Presidência da República. À época, o cargo podia ser tão importante quanto o do ministro da Guerra. Viria a ser, de acordo com todos os sinais exteriores, o homem forte do governo Café Filho. Foi nessa condição que, sendo lançado candidato a presidente pelo Partido Democrata Cristão (PDC), a 5 de junho de 1955; tendo ainda, a 29 de junho, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), homologado em Convenção Nacional o nome do general Juarez Távora; a União Democrática Nacional (UDN) tinha, até meados de junho, o Dr. Etelvino Lins como candidato, entretanto este renunciou em manifesto publicado a 26 de junho, daí em diante marchou a UDN no sentido da candidatura de Juarez Távora, indicando o Dr. Milton Campos como candidato a vice.

Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito presidente da República, tendo como vice João Goulart.

Estava no exercício da Presidência Café Filho, escolhido em 1950 na chapa vitoriosa encabeçada por Vargas.

A agitação era grande e as notícias eram de que os eleitos não tomariam posse.

Café Filho adoeceu e em novembro de 1955 afastou-se da Presidência. Foi empossado no cargo Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados.

O general Lott, ministro da Guerra, convencido de que haveria um golpe e os eleitos não seriam empossados, depôs Carlos Luz.

A Câmara declarou impedido Carlos Luz, tendo tomado posse Nereu Ramos, presidente do Senado. O movimento militar liderado pelo general Lott garantiu a posse dos eleitos, afastando todos aqueles que real ou supostamente trabalhavam pelo impedimento de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

**149** Idem, pp 212-4.

Houve alguma escaramuça na deposição de Carlos Luz. Este refugiou-se no Ministério da Marinha e dali, junto com vários membros do seu governo, e ainda, em companhia do deputado Carlos Lacerda, rumou para o Tamandaré e zarpou com destino a Santos, em São Paulo, sendo que foram atacados mas não atingidos ao saírem do Rio de Janeiro. Na viagem foram informados que as guarnições militares de Santos haviam aderido e estavam sob o comando do general Lott, e que seriam presos ao desembarcarem. Essa informação decidiu-os a voltar para o Rio de Janeiro, e foi assim encerrado o episódio.

Com a firme intervenção militar liderada pelo general Lott, os eleitos foram empossados.

Juscelino, de certa forma pacifica o país, ao interessá-lo no novo tema do desenvolvimento econômico e não levar muito a sério a agitação militar, tratando de tirar rapidamente da pauta cada novo evento provindo daquela área.

O general Lott, ministro da Guerra, foi muito cortejado por políticos em decorrência de sua participação decisiva no episódio que como consequência teve a deposição do presidente Carlos Luz e garantiu a posse de Juscelino e Goulart.

Entre as homenagens de caráter político, conta "A Espada de Ouro", que deve ser referida desde que contribuiu para aprofundar a divisão militar e manter em seu seio a facção conhecida como nacionalista e que sob Goulart, no início dos anos 60, muito contribuiria para a radicalização que conduziu a 64. É provável que o velho

marechal fosse simplesmente um militar profissional que acabou envolvido na política, como igualmente ocorreria com Castello Branco.

A iniciativa partiu da Frente de Novembro, organização política apoiada pelo PCB e que pretendia formar um movimento popular nacionalista e que seria constituída por “trabalhadores e militares, funcionários, empregados do comércio e pequenos proprietários”. Esse movimento responsabilizou-se pela homenagem ao ministro da Guerra, marcada para o dia 12 de novembro de 1956, ocasião em que o vice-presidente João Goulart presentearia Lott com uma espada de ouro. Castello Branco, então na Escola Superior de Guerra, foi convidado a participar da solene entrega da espada de ouro a Lott.

Respondendo ao convite, Castello esclareceu que os regulamentos militares proibiam a participação dos militares em reuniões políticas. Quanto ao manifesto publicado pelo movimento “Frente de Novembro”, Castello acrescentou: “Na ocasião em que muita gente idônea proclama honestamente a necessidade da democracia brasileira não se tornar militarizada, principalmente pelo fortalecimento do poder civil e pela revitalização militar-profissional das Forças Armadas, vem o manifesto, retardatário e reacionário, ameaçar o Brasil com a militarização do governo e das atividades nacionais”. **150** Esse e outros posicionamentos de Castello Branco certamente explicam o golpe profundo que desfechou na tradição republicana de ingerência militar na política, como teremos oportunidade de destacar.

Apesar da derrota na sua intenção de impedir a posse de Juscelino, permaneceu o inconformismo militar, sobretudo daqueles segmentos mais ligados à UDN e a Carlos Lacerda. Aquele inconformismo expressou-se principalmente na Aeronáutica.

Assim, teve lugar o levante promovido por alguns oficiais da Força Aérea, iniciado nos primeiros dias de dezembro de 1959. Os revoltosos rumaram para Aragarças, cidade perto da divisa dos estados de Goiás e Mato Grosso, e fizeram publicar um “Manifesto do Comando Revolucionário”. Nesse documento os rebeldes declararam que diante da corrupção e da desordem propunham que uma junta militar assumisse o poder. A revolta foi logo dominada, tendo o presidente Juscelino anistiado os militares envolvidos, com o seu empenho de minimizar o seu significado.

Sobre essa revolta, Castello Branco em carta ao tenente-coronel Nilton Freixinho, escreveu: “O episódio de Aragarças é mais um empurrão que recebemos no plano inclinado em que deslizam as Forças Armadas. Idealismo, possivelmente. Mas, além de inépcia, há um erro de visão: o de que o Brasil não pode melhorar dentro do regime constitucional”. Castello, que sempre lutou pela profissionalização das Forças Armadas, criticava os partidários do legado de Benjamin Constant,

e conclui: “Só e só dentro da Constituição, penso eu, como pensei sempre. Só se faz uma revolução dentro de uma ideologia e impelido por uma forte corrente de opinião pública. O Brasil não quer quarteladas, nem revolução, pelo menos no período que atravessamos.

Em consequência da rebeldia do Mendes e do Veloso, os carcomidos bastidores do palácio da Guerra e a sua imprensa me tomaram como rebelde. Só podem combater a minha pessoa com infâmias”. **150**

O general Estevão Taurino de Resende Neto, comandou a investigação sobre o caso e notificou Castello Branco sobre o envolvimento ou não no levante. Essa possibilidade, segundo general Estevão Taurino, veio à baila por constar de um documento que teria circulado entre os revoltosos de que, em caso de haver a rebelião, o general Castello Branco deveria ser preso, a frase seria: “devemos prender ou deter o general Castello Branco até que ele se decida em nosso favor”.

**150** Idem, pp. 203.

**151** Idem, pp. 225.

### **3 – Razões da instabilidade política nos anos 50**

A redemocratização brasileira ocorreu em 1946, logo em seguida ao término da Segunda Grande Guerra (1945).

A Constituição de 1946 consagraria o sistema das eleições proporcionais. Os liberais não atentaram para o fato de que este sistema não levaria o país a constituir maiorias estáveis, além do fracionamento partidário admitido e que foi inspirado pela Constituição de 1934.

O êxito dos liberais foi a consolidação da Justiça Eleitoral constante do Código de 1932 e que em 1946 passou a ser parte do Poder Judiciário.

A experiência brasileira demonstrou que a eleição proporcional levou ao fracionamento partidário e sem partidos não há representação, e sem representação, não há democracia.

O PCB teve sua existência legal suprimida, este fato levou seus membros a propagarem que as eleições serviriam para conscientizar, ora isso desvirtua a proposta democrática e a representação que tem por objetivo a formação de maiorias estáveis. O fato é importante, se lembrarmos a parcela significativa de intelectuais que passaram pela história daquele partido.

Outro fato que desvirtuou a representação foi as alianças de legenda. Pompeu de Souza observa sobre a eleição de 1962:

“Parece-nos, pois, tão faccioso afirmar um incremento de tendência esquerdista no eleitorado, por força da maciça ascensão da bancada do PTB, quanto pretender conclusão oposta, à base do considerável aumento de representação da UDN”. As alianças mascaravam os resultados. Conclui Pompeu: “Não se pode esquecer que mais de três quartas partes da bancada do PtB e quase três quartos da UDN resultam, não das legendas partidárias de cada um, mas das legendas de alianças, nas quais, muitas vezes, votos petebistas elegeram udenistas e vice-versa. No particular, a única tendência que parece susceptível de afirmação é a da polarização ideológica que vem substituindo a fisionomia tradicional das bancadas pela das frentes parlamentares”. **152**

**152** “Eleições de 62: decomposição partidária e caminhos da reforma”, Revista Brasileira de Estudos Políticos, Vol. 16, Janeiro de 1964, pp. 19.

O quadro comparativo dos dados levantados por Pompeu de Souza, demonstra a evolução das alianças de legenda, culminando com a eleição de 1962 que obteve quase a metade dos votos.

ANO	ALIANÇAS	PARTIDOS			
		PSD	UDN	PTB	PSP
1950	1.552.636	2.068.405	1.301.489	1.262.000	558.792
1954	2.496.501	2.136.220	1.318.101	1.447.784	863.401
1958	4.140.655	2.296.640	1.644.314	1.830.621	291.761
1962	4.769.213	2.225.693	1.604.743	1.722.546	124.337

Sobre o pleito de 1962, observa mais Pompeu de Souza: “Essa a gravidade maior do fenômeno: antes que se houvesse dado oportunidade, aos partidos nacionais improvisados, de conquistarem consistência e tradição, introduziu-se, na sistemática eleitoral do regime, o instrumento da desintegração do que já nascera tão pouco integrado”. A observação procede, uma vez que não se insistiu na formação de partidos e acolheu-se a legenda casuisticamente. Prossegue: “Introduziu-se uma entidade mortal à unidade e ao próprio organismo dos partidos nacionais, cada vez menos nacionais e até cada vez menos partidos, por força mesmo dessa intromissão: a aliança eleitoral de legendas. Porque o grave de tais alianças é que elas são estritamente eleitorais, ou melhor, eleitoreiras: possuem apenas causa, sem produzirem, nunca, efeito ou

conseqüência. Existem apenas para efeito de registro e apuração eleitorais”. As alianças não são de plataformas e, portanto, efêmera, conclui Pompeu: “Nascem à boca das urnas e morrem à porta das Casas Legislativas. Escamoteiam, do mandante, o mandato. Perante o eleitorado, o que existe, para a escolha do mandatário, é a aliança; para as Câmaras, onde o mandato será exercido, só existe o partido. Daí anomalias como estas: na última eleição, o PSD elegeu apenas 79 deputados federais, mas conseguiu uma bancada de 122; o PTB, elegendo 63, alcançou 109; a UDN, com 55, chegou aos 94; e assim por diante”. **153**

Constata-se que houve um crescente desvirtuamento da representação, apesar do aprimoramento do sistema eleitoral conseguido pela Justiça Eleitoral.

**153** Idem, pp. 19.

Os liberais não apresentaram críticas suficientes sobre o voto proporcional, conforme observa Paim: “Desconhece-se que haja saído de seu seio condenação mais veemente do sistema proporcional. As iniciativas em prol do voto distrital foram ensaiadas com o máximo de timidez e o mínimo de audácia. No fundo parece ter havido uma adesão ampla e geral à tese de que as eleições se justificam por razões as mais diversas e não pelo propósito exclusivo de alcançar maiorias estáveis, aptas a governar ...”. **154**

Além do desfiguramento da representação no interregno democrático 45/64, não se dava uma condição essencial, apontada por Bolívar Lamounier, isto é, a aceitação das regras do jogo pelos principais contendores. As regras do jogo democrático consistiam em organizar o processo eleitoral e aceitar os seus resultados. Como vimos, falhou-se no primeiro aspecto, não sendo esta, entretanto, razão suficiente para a recusa do segundo aspecto.

A tese de Bolívar Lamounier está apresentada no balanço que efetivou recentemente do último meio do século, intitulado 50 anos de Brasil. **155** Adiante apresentamos de modo sumário o enunciado do eminente estudioso de nossa vida política.

Lamounier parte da tese geral de que a democracia é uma forma de exercício do poder. A democracia representativa é aquela em que o poder é exercido mediante mandato, outorgado este pela sociedade e que se homologa pelo voto, aos partidos políticos e/ou ao homem no exercício dos direitos políticos. Assinala ainda a circunstância de

que as democracias ocidentais, em sua maioria, funcionam por um regime parlamentar e, outras poucas, pelo presidencialismo.

A democracia, ao contrário de algumas ideologias, não é um sistema pronto e acabado. Ela pode ser concebida e implantada, mas sua eficácia dependerá do exercício e só se firmará pelo reconhecimento por parte dos grupos políticos existentes e o conseqüente respeito a algumas regras fundamentais.

**154** Idem, pp. 98.

**155** 50 anos de Brasil, 50 Anos de Fundação Getúlio Vargas, Fundação Ed. Getúlio Vargas, pp. 9-24.

Dentro desta perspectiva há que se ter em conta as relações entre Estado e democracia. Sobre essas relações, aduz Lamounier que o estabelecimento do processo democrático depende de três condições: "(...) a) a formação do "espaço eleitoral";" quer o autor que nos entendamo-nos sobre a necessidade da emancipação do "espaço eleitoral", ou seja, a sua autonomia frente às instituições e estruturas sociais; "(...) b) o reconhecimento de sua mútua legitimidade entre os principais contendores"; quer o autor que os atores ou representantes da vontade popular reconheçam a legitimidade do sistema e de suas representações; "(...) c) a "estaticidade", isto é, a existência de um aparelho de Estado, ainda que rudimentar, de um aparelho burocrático e coercitivo capaz de controlar o território e amortecer a intensidade dos confrontos entre regiões, partidos ou facções".

Há que se entender que a formação do Estado é um processo não democrático; e ele antecede o exercício democrático do poder, uma vez que é dentro dele que se conforma uma sociedade politicamente organizada e é nele que pode se estabelecer o regime democrático em que se exercerá o poder. Portanto, o poder decorre da existência do Estado, e aí, só aí, podemos estabelecer como este poder será exercido.

O próprio Lamounier diz: "No sentido minimalista hoje quase universalmente aceito pela ciência política, o conceito de democracia diz respeito ao subsistema político-institucional, e não a um padrão de

organização ou a um ideal ético efetivamente vigente em todas as esferas de uma sociedade”.

A partir da existência do Estado e do estabelecimento do regime democrático, respeitadas as três condições fundamentais, temos que reconhecer que o poder advém da sociedade como um todo, ou seja, são os interesses canalizados e expressados pelo sistema político. Alguns reconhecidos, outros rejeitados, dentro de um sistema institucionalizado.

O autor considera ainda, como pontos nevrálgicos na consolidação da democracia, os seguintes: “a) o pleno reconhecimento de sua mútua legitimidade pelos principais contendores; b) a aceitação pelos mesmos da competição eleitoral como única via legítima para a conquista do poder; c) a progressiva ampliação do corpo de votantes, para remover discriminações que o sentimento moral da sociedade passe a considerar injustificáveis e para que o simples volume numérico forme os resultados eleitorais fundamentalmente incertos (isto é, insuscetíveis de controle clientelísticos ou alguma outra forma de cabal determinação por qualquer dos contendores); d) a formação de um nível adequado de apoio na opinião pública às instituições e às regras do jogo democrático enquanto tais, e não apenas quando pareçam aptas a produzir resultados substantivos tidos como desejáveis pela maioria ou por setores especialmente poderosos”. **156** Os itens “a” e “b” são fundamentais e inerentes ao regime democrático representativo. É impensável que alguém ou grupo de pessoas, sendo democratas, possam admitir que haja outras vias de acesso ao poder que não a eleitoral. Portanto, o reconhecimento da legitimidade entre os principais contendores garantirá uma maioria democrática no exercício do poder. O item “c” estabelece a necessidade de evitarmos algum tipo de clientelismo político, tornando o pleito sempre uma competição de propostas e não de pessoas. O item “d” trata do reconhecimento por parte da opinião pública das instituições democráticas, isso sem dúvida elimina ou retrai propostas autoritárias sobre o regime.

Como esperamos ter demonstrado ao longo desta análise, o Brasil viveu várias fases políticas em que não registrava as condições fundamentais para o exercício duradouro do regime democrático. Isso ocorreu novamente durante o interregno de 46 a 64, ressaltando-se um breve período em que a capacidade pessoal do ex-presidente Juscelino, tornou possível dispormos de uma vida política sem muita tensão.

#### **4 – A eleição e renúncia de Jânio Quadros, pretextos para novos pronunciamentos militares**

Jânio da Silva Quadros, nascido no estado de Mato Grosso, fez carreira política em São Paulo e chegou à Presidência da República nas eleições de 1960, com mais de seis milhões de votos, quase 50% do eleitorado. Nessa eleição derrotou o marechal Lott e Ademar de Barros.

O marechal Lott foi candidato da coligação PTB/PSD, que de uma forma ou de outra, estava no poder no governo Juscelino. O próprio candidato havia sido ministro da Guerra no mencionado governo.

As correntes políticas que apoiaram o marechal Lott eram em sua quase totalidade, ligadas ao autoritarismo nacional e á chamada corrente nacionalista, tanto dentro do Exército, como fora. A outra corrente importante era a dos conservadores do PSD, que provinham do governo Juscelino.

**156** Idem, pp. 20-1.

O que se pode aferir dessa candidatura é que essas correntes aglutinaram-se com a intenção de permanecer ou chegar ao poder, usando um militar que supunham tivesse prestígio no Exército e carisma junto ao povo. No Exército seu grupo era reduzido e junto ao povo não logrou ter o prestígio que os políticos supuseram.

O programa de governo de Jânio era eminentemente reformador e empunhava a bandeira da anticorrupção, sendo seu símbolo uma vassoura, que iria varrê-la.

O próprio Carlos Lacerda, em suas memórias, *Depoimento*, diz: "Apoiei porque o Jânio ganharia de qualquer jeito". **157**

Jânio representava sem dúvida uma renovação, e dizia-se empenhado naquilo que se denominou "Uma Revolução Pelo Voto".

O presidente eleito exerceu aproximadamente sete meses de mandato, e numa crise política renunciou em 25 de agosto de 1961. Jânio contava com todo o apoio dos militares, como aliás, da maioria do país.

Com a renúncia de Jânio, o vice-presidente João Goulart, em viagem à China, deveria tomar posse e exercer a Presidência, de conformidade com os poderes atribuídos ao cargo na eleição. Até essa época o vice não precisava obrigatoriamente pertencer à agremiação do presidente, isto é, elegiam-se em chapas autônomas. E, deste modo, com

a renúncia de Jânio, a UDN, que ganhara as eleições presidenciais, tinha, sete meses depois, que assistir à volta ao poder da corrente contrária.

Os ministros militares se pronunciaram contra o reingresso no país do Sr. João Goulart.

Diante do impasse criado, o Congresso Nacional votou o Ato Adicional que implantou o regime parlamentarista de governo. Assim, a 7 de outubro de 1961, mais de 40 dias após a renúncia de Jânio, Goulart assumiu a chefia do Estado e Tancredo Neves a chefia do Gabinete (governo).

**157** Idem, pp. 238.

## **5 – O movimento político militar de 1964 e o governo Castello Branco**

Em janeiro de 1963, mais de dois terços dos eleitores optou pelo retorno ao regime presidencialista. João Goulart recebia plenos poderes para governar o país.

João Goulart colocou em marcha o seu plano, que ficou conhecido como “Reformas de Base”. Esse programa era trienal e propunha-se reformar os sistemas bancário, tributário e a remessa de lucro das empresas estrangeiras sediadas no Brasil.

As medidas não obtiveram apoio no Congresso. A favor colocaram-se as forças de esquerda, representadas pela CGT, pela UNE, pelas Ligas Camponesas, pelo PCB, pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e pelo deputado federal Leonel Brizola.

A revolta dos sargentos, ocorrida em Brasília no mês de setembro de 1963, foi motivada por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que os declarou inelegíveis. A consequência dessa revolta (dominada em horas) foi a de que a hierarquia no país estava se quebrando.

A hierarquia militar ameaçada levou a oficialidade (em sua maioria) à oposição ao governo.

O governo, tentando impor sua vontade à nação, não obtendo apoio no Congresso e tendo contra si a oficialidade militar em quase sua totalidade, optou por travar a batalha em plena rua, com o apoio da denominada esquerda. Assim, em 13 de março de 1964, realizou o Comício da Central do Brasil, onde compareceram perto de 250 mil pessoas.

A opção pelas ruas era nitidamente uma forma de radicalizar o processo e encaminhá-lo no sentido de soluções extralegais. Assim, manifestação promovida pelos principais sindicatos do país dava início àquilo que se chamou de "Reformas de Base". O presidente anunciou os decretos de encampação das refinarias de petróleo e de desapropriação de terras ao longo das principais rodovias do país.

Consistia certamente uma ingenuidade, dos grupos que cercavam o presidente Goulart, a suposição de que o país assistiria inerte à implantação do que se convencionou denominar de República Sindicalista. Deste modo, em 19 de março de 1964, ocorreu em São Paulo a manifestação conhecida como a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que reuniu perto de 500 mil pessoas, para expressar repúdio à instabilidade política, ao governo e à sua reforma.

Em 26 de março de 1964 teve lugar a Revolta dos Marinheiros, na cidade do Rio de Janeiro, comandada por José Anselmo, cabo da Marinha, apoiada pelo comandante dos Fuzileiros Navais, almirante Cândido Aragão. Foi debelada rapidamente, sendo seus participantes presos e logo em seguida soltos. Esse fato mostrava que se havia instaurado a indisciplina militar, acreditando grande parte do Exército que o governo a fomentava.

Em 31 de março de 1964 um movimento civil/militar, depõe o presidente João Goulart.

As forças civis estavam representadas, entre outros, pelos governadores Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro; Ademar de Barros, de São Paulo; Magalhães Pinto, de Minas Gerais.

As forças militares eram lideradas pelos generais Castello Branco e Costa e Silva.

O movimento de 31 de março foi iniciado em Minas Gerais, sob o comando dos generais Mourão Filho e Luiz Guedes, tendo as tropas rebeldes se deslocado para o Rio de Janeiro. O comandante do I Exército, general Moraes Âncora, legalista, determinou que vários destacamentos se dirigissem ao encontro das forças rebeldes, a fim de combatê-las. O encontro se deu no Vale do Paraíba, onde as tropas rebeldes e legalistas se confraternizaram, tendo os legalistas aderido ao movimento rebelde.

O comandante do II Exército, general Amauri Kruehl, um legalista, tentou junto ao presidente João Goulart que esse rompesse com a CGT, e diante da sua recusa, aderiu ao movimento de 31 de março.

Em 1º. de abril de 1964, os comandantes militares revolucionários e legalistas, decidiram não quebrar a unidade das Forças Armadas. Essa reunião foi realizada na cidade fluminense de Resende, na Academia Militar de Agulhas Negras.

No mesmo dia o Congresso declarava vaga a Presidência da República, tendo sido empossado, no dia 2 de abril, no cargo de presidente da República, o então deputado Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados.

O presidente deposto asilou-se no Uruguai em 4 de abril de 1964.

Deflagrado o movimento civil/militar de 31 de março de 1964, logo constatou-se que, ao contrário de que previra Castello, a vitória foi rápida. Castello, quando informado que o general Mourão Filho havia ordenado o deslocamento de tropas com destino ao Rio de Janeiro, falou: "O Mourão se precipitou, agindo antes do tempo. Agora não temos outra escolha, a não ser apóia-lo, ou deixar que ele seja esmagado". **158**

**158** Pedro Gomes, "Minas: o diálogo ao front", em Os idos de março e a queda de abril, pp. 106. Vernon Walters, Entrevista, Rio de Janeiro, 19 de dez. de 1966.

Outro documento que prova não estar designado o dia 31 de março de 1964 para o início do movimento é o comunicado de próprio punho, enviado pelo general Castello Branco, em 30 de março, ao general Adalberto Pereira dos Santos, então comandante da 6ª. Divisão de Infantaria, em Porto Alegre, e entregue pelo tenente-coronel Confúcio Pamplona, que diz: "Restauração da Legalidade: restabelecimento da Federação; eliminar o desenvolvimento do plano comunista de posse do poder; defender as instituições militares, que começam a ser destruídas; estabelecer a ordem para o advento de reformas legais". **159**

Os chefes militares do movimento de 31 de março de 1964, não tinham determinado data para o início e nem estavam com programa de governo definido, conforme se constata da reação de Castello, ao saber das ordens de Mourão Filho, nem tinham qualquer plano de governo conforme se vê do bilhete enviado ao general Adalberto Pereira dos Santos. Aliás, o general Alfredo Malan informou a Adalberto Pereira dos Santos que o movimento seria iniciado em 4 ou 5 de abril.

Como dissemos, deposto o presidente João Goulart, foi empossado Ranieri Mazzili, então presidente da Câmara dos Deputados. A revolução só tomou forma durante o governo de Castello Branco. As

dificuldades foram decorrentes da não preparação de uma plataforma de ação.

Os participantes do movimento tinham como pressuposto, salvar o país do comunismo, da República Sindicalista, como foi denominada.

O governo Castello Branco primeiro tratou de tirar o país do chamado "Caos". Depois, iniciou uma série de reformas que acabaram formando um perfil da revolução.

Dentre as reformas, a que mais trouxe conseqüências foi a militar.

A crise da aviação embarcada foi enfrentada de forma segura, que só um estadista com credibilidade poderia fazê-lo.

A Marinha, que adquiriu no governo de Juscelino Kubitschek o porta-aviões *Minas Gerais*, queria desenvolver sua aviação. A Aeronáutica não concordava, entendendo que a aviação é de responsabilidade da sua Arma.

Sem embargo das considerações jurídicas, a decisão foi política e teve a demissão de três ministros militares.

**159** O governo Castello Branco, Luiz Viana Filho, Biblioteca do Exército – Ed. E Liv. José Olympio, 1975, pp.3.

A pendência da aviação embarcada ultrapassara três governos, mas Castello não adiou a solução. A crise voltou a aflorar em agosto de 1964, por ocasião da Operação Unitas. A solução, negociada, veio pelo Decreto nº. 56.306, de 21 de agosto de 1965.

A solução de pendências entre as Armas era uma forma de implantar o Ministério da Defesa, que Castello aspirava conjuntamente com o grupo da "Sorbonne".

Para implantar o Ministério da Defesa, objetivo não alcançado, Castello caminhou pela interação da Forças Armadas.

Assim é que a lei sobre a inatividade dos militares inseria-se nesse contexto.

Alguns militares, sem deixar a força, exerciam cargos eletivos, voltavam para a tropa e concorriam às promoções com aqueles que estavam voltados só para atividade militar. Esses militares tinham o que se chamava à época "carreiras paralelas". Castello aduziria o seguinte: "De tudo isto se conclui que absolutamente o militar não representa as classes armadas na política. A experiência tem demonstrado que, em regra, o oficial que se dedica a outras atividades é um profissional medíocre e pouco devotado ao dever militar, esquecendo-se, quase sempre, dos problemas vitais da sua classe". **160**

Em julho de 1964, Castello promulgou emenda à Constituição, que determinava a transferência para a reserva ou reforma dos militares eleitos.

Em 1965 extinguiu o posto de marechal, bem como estipulou prazo para afastamento (dois anos) e prazo de permanência no cargo, sendo 12 anos para o generalato.

Assim, apesar de não conseguir implantar o Ministério da Defesa, Castello muito contribuiu para modernizar a Força Armada, bem como para a prevalência da mentalidade profissional.

O programa de Ação Econômica do Governo foi coordenado pelo então ministro Roberto Campos e elaborado entre maio e julho de 1964.

O programa era austero, reduzia a inflação. Em novembro do mesmo ano, revisado, constituiu o norte do governo.

O plano de desenvolvimento regional foi criado ou redefinido, tendo o objetivo de integrar e expandir um mercado interno de 100 milhões de pessoas. A idéia era diversificar e modernizar as economias regionais.

Outra área atacada foi a agrária.

**160** Idem, pp. 206.

O estabelecimento de uma política e de uma reforma foi marcha determinada por Castello.

Dentro da política agrícola estabeleceu-se o preço mínimo por região, dando segurança ao agricultor.

A liberação dos preços agrícolas e pecuários tinha por objetivo trazer o campo a uma realidade econômica, e o próprio Castello afirmaria: "Temos enfrentado corajosamente o problema da liberação dos preços agrícolas e pecuários. O resultado imediato é penoso para o consumidor urbano, esquecido da pobreza das zonas rurais e relutante em reconhecer que o preço artificial de hoje pode significar a escassez, e, portanto, o encarecimento de amanhã". **161**

Em reunião do Conselho de Segurança Nacional, realizada em 18 de outubro de 1964, Castello subscreveu mensagem ao Congresso Nacional, propondo a Reforma Agrária.

Um dos obstáculos à Reforma Agrária, estava no fato de que o poder expropriante arcaria com o justo preço a ser pago em dinheiro.

Castello inverteu o processo, trazendo para a tributação o eixo do problema. A progressividade proposta daria como alternativa o

seguinte: ou o proprietário produzia para reduzir o imposto, ou vendia, ou entregava.

Seguiu-se a Emenda Constitucional sobre a Reforma Agrária e o “Estatuto da Terra”.

O controvertido “Estatuto da Terra” teve fixado em linhas gerais as idéias de Castello, que eram gradualidade, flexibilidade, utilização das terras devolutas, respeito à propriedade, combate ao latifúndio improdutivo e a não formação de minifúndios.

Esperava o presidente que se formasse uma classe média rural.

Portanto, verifica-se que a plataforma de governo da revolução, foi conseguida já no exercício do poder, não havendo nenhuma preparação.

**161** Idem, pp. 265.

## **Capítulo V**

### **Como Evoluiu a Fundamentação Doutrinária da Ingerência Militar na Política e sua Crítica**

#### **1 – A interpretação do comtismo por Benjamin Constant**

Em seção de 11 de julho de 1871, o deputado Conselheiro Taques, ao analisar o relatório feito pelo então diretor do Instituto dos Meninos Cegos, Benjamin Constant, e enviado ao Sr. Ministro do Império João Alfredo Correia de Oliveira, datado de 22 de março, teceu críticas à posição ideológica do senhor diretor, dizendo: “o positivismo é o

ateísmo matemático, que, como diz um distinto professor, desterra Deus para a ordem das hipóteses inúteis; não quer saber do absoluto, das causas primárias, dos fins da sociedade e do homem, do seu destino, nada disto; o chefe da escola disse que a palavra direito deve ser riscada da linguagem moral e da política, como a palavra causa da linguagem filosófica”. **162** Mais adiante, na finalização das suas observações, o Conselheiro diz: “Não devem estas doutrinas ter o favor do governo, principalmente da parte de um cidadão de sentimentos ortodoxos como o Sr. ministro do império. Note S.Exa. que o deus da escola positiva é a humanidade em sua evolução no tempo. A linguagem do relatório a que me refiro está de acordo com os seus princípios”. **163**

Em agosto de 1871, o Sr. Benjamin Constant escreveu ao ministro, na qualidade de funcionário público, esclarecendo o assunto e sumariamente posicionando-se sobre o comtismo.

**162** Benjamin Constant, esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República brasileira, de R. Teixeira Mendes. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, janeiro de 1894, pp. 169.

**163** Idem, pp. 170.

Benjamin Constant era um emérito professor e militar de prestígio. Defendendo seu ponto de vista, afirma: “(...) O Exmo. Sr. Conselheiro Taques estava decerto mal impressionado por falsas informações sobre a Filosofia positiva de que trato no meu relatório”. Na seqüência, diz: “(...) Longe disso, ufano-me de ter apresentado idéias embora muito gerais, que são as mais convenientes à organização de um plano de instrução popular”. Após rebater várias críticas do Conselheiro, Benjamin Constant posiciona-se sobre o cerne do problema, e diz: “(...) Tudo quanto S.Exa. disse a respeito das imensamente funestas escolas de Proudhon, Darwin, materialismo, socialismo, comunismo, etc., é uma grande verdade e muito sabida. Não há nenhum homem de bem que se não revolte contra essas idéias subversivas da religião e da moral, que atacam de frente tudo o que há de mais nobre e sagrado no coração humano”. Mais adiante ele define aqueles que abraçam tais idéias: “ (...) Tais doutrinas só podem ser abraçadas por homens sem o menor vestígio de moralidade, sem fé, sem crenças, sem o mínimo amor da Pátria, da

Família e de si mesmos, verdadeiros monstros morais dignos da mais profunda execração”.

A comparação com a escola positiva veio a seguir: “(...) Supor que a Filosofia Positiva é doutrina da ordem das que S.Exa. combateu, e das que levaram ou podem levar aos desvarios da Comuna de Paris, ou que tenha com elas o menor ponto de contato, é gravíssimo, é injustiça sem qualificação”. **164**

O elogio ao positivismo dá início à análise: “Quem conhecer bem o espírito da Filosofia Positiva nunca falará nela senão com o respeito e a admiração que os homens de coração e ilustrados consagram sempre às nobres e elevadas produções dos gênios”. **165**

Justificando que fazia uma superficial avaliação do comtismo e que a obra oferecia “um monumento de inexcedível sabedoria e que a maior elevação a que pode chegar a mente humana”, diz: “(...) Por sua vasta ilustração enciclopédica, Augusto Comte, reunindo todo o saber real de seu século, abordou, do modo o mais brilhante e com o mais feliz êxito, o vasto problema da reconstrução de todo o saber humano, em um plano contínuo e uniforme, maravilhosamente adaptado à plena satisfação de todas as nossas necessidades morais e intelectuais (...)”.

**164** Idem, pp. 173/174/176.

**165** Idem, pp. 177.

A possibilidade da moral científica é claramente aceita por Benjamin Constant Concluindo, diz: “e com a maior economia de nossas forças especulativas, evitando todos os funestos desvios a que é propenso nosso espírito, mormente quando é influenciado pelas vãs mas atraentes tendências metafísicas, de remontar, às causas dos fenômenos, aos conhecimentos absolutos, ao impossível em resumo e que nada produzindo em definitivo tem, portanto, pelo menos o gravíssimo inconveniente de distrair inutilmente um grande número de inteligências em pura perda de tempo e de esforços”. **166**

A crença na ciência, na possibilidade de uma moral científica, é dita claramente por Benjamin Constant: “(...) A mais alta ambição da ciência positiva é descobrir as leis naturais que regem os fenômenos físicos, químicos, morais, etc.”. **167**

Benjamin Constant pronunciaria-se, conforme referenciado, na ordem do dia em que deixou o Ministério da Guerra,

dizendo que o Exército concorreria poderosamente para a implantação do Estado positivo, que ele considerava ser a criação do gênio.

## **2 – O cerne da doutrina tenentista – possibilidade de sua conciliação com a interpretação precedente**

Não resta dúvida, pelos documentos e análises precedentes de que o movimento denominado Tenentismo, se caracterizou no seio do Exército pela participação dos jovens oficiais que não renunciaram ao legado de Benjamin Constant.

O movimento é uma franca contestação à profissionalização das Forças Armadas.

A profissionalização da Forças Armadas foi prejudicada, conforme relata Murillo Santos; “De 1922 a 1926, o desenvolvimento da Aviação Naval viu-se prejudicado pelos acontecimentos políticos verificados no país, envolvendo as organizações militares”. **168** Portanto, o movimento era uma contestação aos que pugnavam pela profissionalização.

**166** Idem, pp. 178.

**167** Idem, pp. 180.

**168** Idem, pp. 104.

O próprio marechal Hermes da Fonseca, conforme José Maria Belo: “(...) O Marechal Hermes, presidente do Clube Militar e nesta qualidade, julgando-se supremo intérprete do Exército, propunha em carta ao vice-presidente do Senado, Antonio Azeredo, a constituição de um Tribunal de Honra para opinar sobre as eleições, desde que a sua verificação, pelo Congresso, conforme preceito constitucional, não inspirava confiança aos militares”. **169**

Não há dúvida sobre o entendimento do movimento de que eram depositários da honra nacional.

Virginio Santa Rosa esposou a tese de que o sentido do Tenentismo está ligado ao processo de ascensão da burguesia brasileira. Entretanto, discordamos de tal assertiva por entender que ela está eivada de um viés cientificista. “A incompreensão tem desencadeado paixões terríveis de partidarismos, cegas ao desenvolvimento determinista da evolução universal, estiolam-se num rancor inútil e prejudicial”. **170**

A intervenção militar era a única alternativa dos tenentes, até porque a Plataforma Benjamin Constant reserva ao Exército uma participação poderosa na implantação de uma sociedade fraterna, altruísta, enfim, positiva.

O cerne do Tenentismo veio a constituir-se da franca contestação ao grupo de militares que pugnavam pela profissionalização, e esta postura exigia a renúncia dos ideais políticos, incrustrados no seio dos jovens oficiais pelo legado de Benjamin Constant, pela tentativa da primeira década republicana, pelo governo Hermes da Fonseca e seu programa denominado "Salvações".

Não foi por acaso que o marechal Hermes da Fonseca presidia o Clube Militar em 22 e teve um confronto com o então candidato Arthur Bernardes, basta lembrar que pronunciamentos feitos pelo próprio Clube Militar, nesta ocasião, mostravam militares pró-profissionalização e outros pró-intervenção. Estes, posteriormente participantes ou simpatizantes do movimento tenentistas.

**169** Idem, pp. 251.

**170** Idem, pp. XXII.

Edgard Carone, ao comentar a carta do general Mena Barreto e outros, diz: "O exército hierárquico é o antípoda do exército político, isto é, do tenentismo. É verdade que, a partir da República, a atuação política do exército é cada vez maior, fato que se traduz na participação de seus elementos em cargos no legislativo e no executivo". Admite o autor que o Tenentismo é um "exercício político", ou seja, segundo nosso entendimento, legatários da plataforma Benjamin Constant. Concluindo, diz: "Porém, a participação se restringe a uma cúpula hierárquica das Forças Armadas, enquanto a maioria preconiza o exército dentro de suas funções constitucionais. A revolta que começa em 1922, modifica todo o esquema passado, pois a nova geração de tenentes, além de contestar o poder político, conflita com o poder hierárquico". **171**

Os documentos e fatos demonstram que o Tenentismo, portanto, foi uma reafirmação da plataforma de Benjamin Constant.

### **3 – O cerne da doutrina castilhista – possibilidade de sua conciliação com a plataforma Benjamin Constant**

O cerne da doutrina castilhista é a implantação de um governo positivista, conforme demonstramos anteriormente. Entretanto, Ricardo Vélez Rodrigues resume adequadamente a afirmação: "(...) Como é sabido, de todas as correntes do pensamento inspiradas no comtismo, foi a castilhista a que conseguiu se impor. Júlio de Castilhos (1860/1903) e seus seguidores gaúchos, aproximaram-se dos parâmetros absolutistas do despotismo esclarecido pombalino, ao inverterem os termos da equação comtiana, segundo a qual, da educação positiva, realizada pacificamente pelos cientistas e os apóstolos da Humanidade, adviria a ordem social e política. Jacobinos, os castilhistas acreditavam que o poder legitimado pelo saber, estruturaria com mão de ferro a ditadura científica para, em uma segunda etapa, educar compulsoriamente os cidadãos. O resultado foi o obscurantismo dos "Chimangos" e as duas piores guerras civis que o Brasil conheceu em toda a sua história: a de 1893/1897 e a de 1922/1923".

**171** Idem, pp. 285.

A inversão mencionada por Ricardo Vélez Rodriguez é perfeita até porque a análise do processo de constituição da doutrina de Comte apresenta um pensamento multifacetado como anteriormente demonstramos. Há que se lembrar que o comtismo era contrário às forças militares, entretanto, Benjamin Constant acreditava e colocou em sua plataforma política que o Exército contribuiria poderosamente para implantação do Estado positivo. Continuando, Ricardo Vélez Rodrigues acrescenta: "(...) O castilhismo, com Getúlio Vargas (1883/1954) e Lindolfo Collor (1891/1942), conheceu a sua segunda geração e variou a ideologia hegemônica do autoritarismo republicano brasileiro, capaz de cooptar os jovens tenentes positivistas e, em geral, setores significativos da intelectualidade, a partir de 1930, que entronizaria o longo ciclo do getulismo. Como outrora sob o pombalismo, o diálogo entre Humanidades e Tecnologia viu-se polarizado por um versão estatizante desta, ao redor do slogan Varguista de "equacionamento técnico dos problemas". O Estado

todo-poderoso, concentrado na mão de ferro do Executivo ditatorial, seria capaz de solucionar qualquer problema, graças à incorporação prática do saber pelos conselhos técnicos integrados à administração...". **172**

A plataforma Benjamin Constant é o cerne do movimento tenentista. Este, por sua vez, encontra nos positivistas-castilhistas uma aproximação que os alia na Revolução de 30 e no Estado Novo de 37.

O cerne do castilhismo é a implantação dos ideais de Comte, sendo uma alternativa ao sistema representativo democrático, cumprindo dessa forma o legado de Benjamin Constant, que também era incompatível com este sistema e, como afirma Vélez Rodriguez, inserindo-se no patrimonialismo modernizador brasileiro.

#### **4 - O substrato doutrinário de 64: o denominado autoritarismo instrumental**

A revolução de 64 possibilitou a existência de uma nova forma de autoritarismo, não podendo ser identificado com as formas tradicionais do autoritarismo brasileiro, que são: o conservadorismo católico e o castilhismo.

**172** Idem.

O novo surto autoritário não se apresenta como alternativa para o sistema representativo, tendo-o mantido. Outra componente desse novo ciclo é a modernização do país que pretende criar a sociedade industrial.

Não há como negar que o país experimentou um grande avanço tecnológico em vários setores, independentemente de ter sido suficiente ou não.

A nova forma de autoritarismo, mesmo não se identificando com as formas tradicionais, foi objeto de estudos para saber se havia antecedentes doutrinários no pensamento político brasileiro.

A hipótese de que há antecedentes doutrinários na forma que tomou o autoritarismo de 1964, é o "autoritarismo instrumental". Essa denominação foi usada, pela primeira vez, por Wanderley Guilherme dos Santos, eis a sua caracterização: "Em 1920, Oliveira Vianna expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do liberalismo no Brasil. Não existe um sistema

político liberal dirá ele, sem uma sociedade liberal. O Brasil, continua, não possui uma sociedade liberal mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária. Em conseqüência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados sempre opostos aos pretendidos pela doutrina. Além do mais, não há um caminho natural pelo qual a sociedade brasileira possa progredir do estágio em que se encontra até tornar-se liberal. Assim concluiria Oliveira Vianna, o Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal. Este diagnóstico das dificuldades do liberalismo no Brasil, apresentado por Oliveira Vianna, fornece um ponto de referência para a reconsideração de duas das mais importantes tradições do pensamento político brasileiro: a tradição do liberalismo doutrinário e a do autoritarismo instrumental". **173**

O autoritarismo instrumental difere das demais propostas autoritárias por seu caráter transitório.

A revolução de 1964 retomou o fio condutor do pensamento de Oliveira Vianna, no primeiro ano do governo Castelo Branco, ocasião em que intervindo na realidade, reformou ou propôs a reforma da sociedade brasileira.

Sobre a elaboração teórica do que ocorreu na prática, Ubiratan Borges de Macedo observa: "A atual doutrina da Escola Superior de Guerra representa a evolução do nacionalismo de Alberto Torres e do pensamento de Oliveira Vianna". **174**

**173** "A Práxis liberal no Brasil: proposta para reflexão e pesquisa", 1974.

**174** Convivium, vo. XXI, ret. Outubro de 1979, pp516.

## **5 – Condição de sucesso da profissionalização**

Como se vê, é longo e permanente o processo de conformação de uma mentalidade intervencionista no processo político no seio de nossas Forças Armadas. Pretender que mentalidade assim configurada possa ser eliminada sem um processo de reeducação parece suprema ingenuidade. De sorte que o sistema militar de educação é algo que diz respeito, de perto, à sociedade civil, sendo essencial colocá-la em bases corretas. A ingerência militar na vida política é sempre um indício de baixos níveis de profissionalização – esta é a tese do prof. Samuel Huntington.

Em seu trabalho o professor norte-americano distingue o que chama de controle objetivo daquele que seria subjetivo. O primeiro corresponde à subordinação institucional dos militares ao denominado poder civil. O subjetivo seria uma espécie de autocontrole. Dizendo-o com

suas próprias palavras: "O controle civil, em sentido objetivo, corresponde à maximização do profissionalismo militar. Mais precisamente, é aquela distribuição de poder político de comportamento e atividades profissionais entre os membros do corpo de oficiais. O controle civil objetivo é, portanto, diretamente oposto ao controle civil subjetivo. O controle civil subjetivo realiza seus fins introduzindo comportamentos civis entre os militares, tornando-os o espelho do Estado. O controle civil objetivo realiza seus fins militarizando os militares, tornando-os instrumento do Estado. O controle civil subjetivo existe em variadas formas, enquanto o controle civil objetivo é único. A antítese do controle civil objetivo é a participação dos militares na política: o controle civil reduz-se na medida em que os militares envolvem-se progressivamente na política institucional, de classes e constitucional. O controle civil subjetivo, por outro lado, pressupõe esse envolvimento. A essência do controle civil objetivo é o reconhecimento do profissionalismo militar autônomo; a essência do controle civil subjetivo é a negação de uma esfera militar independente. Historicamente, a demanda, por controle civil objetivo, provém da profissão militar, a demanda por controle civil subjetivo advém dos variados grupos civis ansiosos por maximizar seu poder em assuntos militares. O essencial para qualquer controle civil é minimizar o poder dos militares. O controle civil objetivo obtém esse resultado pela profissionalização dos militares, tornando-os politicamente estéreis e neutros. Isto produz o mais baixo nível de poder político dos militares em relação a todos os grupos civis. Ao mesmo tempo, preserva o elemento essencial de poder que é necessário para a existência de uma profissão militar. O corpo de oficiais altamente profissionalizado encontra-se pronto para sustentar as aspirações de qualquer grupo civil que exerça autoridade legítima no interior do estado. Com efeito, este conjunto define os limites do poder político entre os vários grupos civis. Qualquer redução do poder dos militares, além do ponto em que o profissionalismo seja maximizado, somente redundará em benefício de algum grupo civil particular e somente serve para aumentar o poder daquele grupo em luta contra outros civis.

Deste modo, a distribuição do poder político que mais favoreça o profissionalismo militar é também o mais baixo ponto a que o poder dos militares pode ser reduzido, sem criar favorecimentos entre os grupos civis.

Graças a isto, a definição objetiva do controle civil, fornece o único modelo concreto de controle civil que é politicamente neutro e que todos os grupos podem reconhecer. Isto eleva o controle civil da condição de "slogan" político, mascarando interesses de grupos, a de um conceito independente da perspectiva dos grupos". **175**

Outro conhecido cientista político norte-americano, Robert Dahl, considerado como um dos principais teóricos da democracia,

em livro recente (*Democracy and its Critics*, Yale University Press 1989), entende que a intervenção das Forças Armadas na vida política, constitui uma condição impeditiva do florescimento das instituições democráticas. Para manutenção do processo democrático, duas são as exigências apresentadas por Dahl: 1ª.) existência de controle civil sobre as Forças Armadas, que, embora necessário, não é suficiente, impondo-se, simultaneamente; 2ª.) que os civis, incumbidos de controlar os militares, estejam por sua vez, submetidos ao processo democrático. É interessante assinalar a importância que atribui à educação dos soldados profissionais, notadamente os oficiais, na fidelidade à liderança civil democraticamente eleita. A esse propósito, escreve: "Num país democrático, os militares passaram à escola de formação como cidadãos, em consequência do que participam das crenças civis quanto à legitimidade da ordem constitucional e no que se refere à idéia e à prática da democracia; contudo, o seu senso de obrigação na obediência à liderança civil eleita, pode ser reformado pelo código profissional do estamento militar". **176**

O tenente-brigadeiro Murillo Santos, assumiu a responsabilidade de difundir no Brasil a tese do prof. Samuel Huntington.

**175** *The Soldier and the State* (1957), 7ª. ed. Harvard University Press, 1981, pp. 83-4, apud Murillo Santos, *O caminho da profissionalização das Forças Armadas*, Rio de Janeiro Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1991, pp. 137-8.

**176** Obra citada, pp. 249.

*O caminho da profissionalização das Forças Armadas*, assim se denomina o livro de Murillo Santos, conforme referimos, depois de passar em revista o processo histórico de formação dos vários tipos de combatentes (terrestres, marítimos e aéreo) e de apontar os momentos mais significativos na conquista de certos níveis de capacitação profissional, pelas Forças Armadas brasileiras, sugere uma linha para sedimentá-la, que aqui refiro sumariamente.

Ao tratar das "Perspectivas no trato da problemática da defesa nacional", em seu capítulo V, o livro de Murillo Santos destaca o seguinte: 1) A prevalência da mentalidade profissional e o contexto cultural brasileiro; 2) Elaboração de uma estratégia conjunta; 3) Relações com o Congresso e outras instituições civis.

Sobre a mentalidade profissional, o livro destaca o pensamento do marechal Castello Branco, e afirma: "Na percepção do Marechal Castello Branco, havia no Exército uma mentalidade contraposta à profissional. Chamou-se de miliciania, seguindo nesse passo ao General

José Maria Moreira Guimarães, no livro *Organização da Força Militar* (Rio de Janeiro, 1916)". E segue: "Enquanto a mentalidade profissional achava-se "sedimentada na defesa do Brasil de suas instituições", a miliciania encontrava-se "sempre mais voltada para a divisão e os interesses partidários do que para a defesa das instituições"." **177**

O texto transcrito comprova a luta existente entre os militares que atuavam pela profissionalização e aqueles que privilegiavam a ação política.

Murillo transcreve Castello, que continua: "As falhas do Exército são conseqüências de predominância periódica da mentalidade miliciania e do espírito político. A mentalidade profissional, muito mais democrática do que a outra, em mais de três séculos, leva o Exército à vitória de Guararapes, à de Caseros, contra o totalitarismo de Rosas, à de Lomas Valentinas, contra o de López, e à de Monte Castelo contra o de Hitler". Castello reafirma que o caminho é a profissionalização, e conclui: "Consolidou o Império e não tem permitido que a República se transforme em anarquia militar. É a carcaça mantenedora do próprio Exército nas vicissitudes das revoltas e revoluções. É a base do valoroso moral combativo de nossas forças terrestres em todas as guerras e fundamento do espírito militar que resiste ao dissociativo espírito miliciano". Acrescenta ainda que: "A seu ver, a mentalidade miliciania é que dá margem ao surgimento da "tendência da política partidária em se servir dos militares e a destes em se envolverem nas questões partidárias". Desse ponto de vista, prossegue, "a campanha civilista foi uma corajosa e duradoura advertência de Rui para os excessos da mentalidade miliciania"." **178**

**177 / 178** Idem, pp. 134.

Verifica-se que o controle civil subjetivo tem prevalecido nos momentos em que há ingerência militar na vida política do país. Não há dúvida que historicamente tem prevalecido a mentalidade profissional das Forças Armadas no Brasil. Entretanto, não se pode esquecer que as ideologias mais difundidas dentro do contexto cultural brasileiro, propiciaram a formação da mentalidade miliciania, havendo, portanto, necessidade de adequar-se o ensino nas academias militares.

Sobre a "Elaboração de uma estratégia conjunta", Murillo Santos analisa a possibilidade da ação conjunta do Exército, Marinha e Aeronáutica. A estratégia conjunta é necessária para formular-se uma política de defesa eficaz, isso significa que deve ter caráter geral, fazendo-se uma simbiose das estratégias terrestres (Exército), naval (Marinha) e aérea (Aeronáutica). O exemplo citado por Murillo é o projeto Calha Norte, que tem a participação do Exército e da Força Aérea. Com suas palavras: "(...) Trata-se de que essa estratégia obriga a existência de um potencial visível, transformável e mobilizável.

Seu dimensionamento exigiria uma sistemática ação conjunta das três Armas, a exemplo do que ocorre entre Exército e Força Aérea no projeto denominado Calha Norte".**179**

Sobre os equipamentos, Murillo Santos entende que é preciso fabricarmos alguns engenhos com tecnologia de ponta, a fim de podermos trocar com aqueles que inevitavelmente não iremos produzir. Enfim, é necessário investir em um programa de capacitação tecnológica das Forças Armadas. O programa da Aeronáutica serve de exemplo. É o próprio Murillo que afirma: "O programa de capacitação tecnológica da Aeronáutica, transformou-se num grande instrumento da modernização da indústria brasileira. Podem ser mencionadas dezenas de empresas privadas que têm recebido apoio técnico para atender aos seus programas, que logo correspondem ao aprimoramento na fabricação de produtos de outra índole. Para não mencionar o seu resultado mais auspicioso, que consistiu na implantação da indústria aeronáutica, dotada de capacidade exportadora". **180**

As Forças Armadas, enquanto tropa operacional, adquire uma mentalidade profissional com o desenvolvimento de projetos interligados, entretanto não é possível ignorar a influência positivista ou cientificista na formação do militar brasileiro.

Sobre as "Relações com o Congresso e com outras instituições civis", Murillo Santos nos coloca que os assuntos militares há muito deixaram de ser assuntos de especialistas para serem de toda a sociedade.

**179** Idem, pp. 142.

**180** Idem, pp. 143.

Nas democracias mais avançadas os temas são objeto de compromisso político de campanha, e o eleitor sabe o que pensa o candidato sobre a estratégia militar de seu país, e destaca ainda a importância dos institutos estratégicos ligados às universidades. Murillo acrescenta: "(...) Todas as grandes democracias, no Ocidente, dispõem de uma estratégia militar consentida e aprovada pela sociedade civil, respeitando o direito das minorias de manifestarem suas divergências, desde que nada de mais antidemocrático do que a busca da unanimidade. Mas o consenso é importante". **181**

No Brasil é destacado o papel da revista *Política e Estratégia*, editada por Antonio Carlos Pereira.

O próprio Murillo Santos afirma que a consolidação do sistema representativo é uma condição favorecedora da profissionalização dos militares. Sugere ainda outro caminho, que não exclui a democracia e o sistema representativo, quando afirma: "Um outro caminho para se

estabelecer a identidade entre a ética profissional militar com as ideologias políticas vigentes, como estabelece o prof. Samuel Huntington, seria adequar-se o ensino nas academias militares, focalizando também estes aspectos na formação dos jovens". **182**

O fator principal é que o Brasil é herdeiro de grande tradição cultural cientificista, a Reforma Pombalina promovida pelo marquês de Pombal, em fins do século XVIII, privilegiou o cientificismo, que estava no cerne da proposta de Augusto Comte, que tentou estabelecer uma moral científica. Não há possibilidade da existência de uma sociedade científica e nem de uma moral científica. A sociedade é formada por homens que devem discutir seus interesses de forma organizada e mediada por um sistema de representação em que se estrutura o poder.

Talvez os livros de Samuel Huntington e Murillo Santos possam fornecer uma base para a revisão do ensino doutrinário em nossos estabelecimentos militares, presumivelmente agravado nos últimos anos pela denominada "Doutrina da segurança nacional", da lavra da Escola Superior de Guerra que compete certamente criticar, mas seria extemporâneo fazê-lo nesta oportunidade. O que pretendia, e espero tê-lo conseguido, era chamar a atenção para o aspecto doutrinário subjacente ao comportamento dos militares. E, sem tê-lo presente e buscar ultrapassá-lo, certamente não seremos bem-sucedidos no propósito de reorientar as Forças Armadas, no sentido de torná-la efetivamente capaz de promover a defesa nacional.

**181** Idem, pp. 144.

**182** Idem, pp. 139.

## **BIBLIOGRAFIA**

**ALVES, IVAN.** Os grandes enigmas de nossa história – O tufão positivista, Rio de Janeiro, Otto Pierre, editores, 1982.

**ARRAES, R. de Monte.** O Rio Grande do Sul e as suas instituições governamentais, Rio de Janeiro, Laemmert, 1925; 2ª. ed., Brasília, Câmara dos Deputados, 1981.

**BARBOSA, Rui.** Obras Completas. Memória sobre a eleição presidencial. Rio de Janeiro, MEC, vol. XXXVI, tomo II, 1910.

Excursão eleitoral. Rio de Janeiro, MEC, vol. XXXVI, tomos I e II, 1909 e 1910.

**BARCELOS**, Rubens de. "Perfil de Julio de Castilhos", in Estudos rio-grandenses, Porto Alegre, Globo, 1955.

**BELLO**, José Maria. História da república, 8ª. ed., São Paulo, Cia Editorial Nacional, 1983.

**BOBBIO**, Norberto. Liberalismo e democracia, São Paulo, Editora Brasiliense, 1980.

**BRANCO**, Carlos Castello. Os militares no poder, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1978.

**BUESCU**, Mircea e TAPAJÓS, Vicente. História do desenvolvimento econômico do Brasil, 2ª. ed., Rio de Janeiro, A Casa do Livro Ltda., 1969.

**CAMEU**, Francelino e PEIXOTO, Arthur Vieira. Floriano Peixoto: vida e governo, Brasília, Ed. UnB, 1983.

**CARONE**, Edgard. Corpo e alma do Brasil. A Primeira República (1889-1930), 4ª. ed., Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1988.

Corpo e alma do Brasil. A Segunda República (1930-1937), 3ª. ed., Rio de Janeiro, DIFEL, 1978.

A Terceira República. 1937-1945, São Paulo, DIFEL, 1976.

**CASTILHOS**, Julio de. Idéias políticas de Júlio de Castilhos, cronologia e textos selecionados. Org. Paulo Carneiro. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, Senado Federal, 1982.

**COELHO**, Edmundo Campos. Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.

**COMTE**, Augusto. Systeme de Politique Positive, Paris, M.Giard x É. Brière, 1912. Bibliothèque Sociologique Internationale, vol. XLVIII.

Curso de filosofia positiva, ed. Francesa, Paris, Schleicher Frères, reed. 1908.

Discurso sobre o espírito positivo. Tradução: Renato Rodrigues Pereira e Ivan Lins, São Paulo, ed. Globo e Edusp, 1976.

Catecismo positivista. 1ª. ed., São Paulo, Abril Cultural, 1973. Coleção "Os Pensadores".

Reorganizar a sociedade, 3ª. ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1993.

**CONSTANT**, Benjamin. Benjamin Constant. Prefácio de Augusto Tasso Fragoso, Rio de Janeiro, 1940

**COSTA**, Amoroso. "Conferência sobre Otto Alencar" (1918), in As idéias fundamentais da matemática e outros ensaios, 3ª. ed., São Paulo, Convívio, 1981.

**COSTA**, João Cruz. O positivismo na República; notas sobre a história do positivismo no Brasil, São Paulo, Editora Nascente, 1956.

Pequena história da República (1968), 4ª. ed., São Paulo, Brasiliense, 1990.

**COUTINHO**, Lourival. O general Góis depõe..., 2ª. ed., Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco, 1956.

**DULLES**, John W.F. Castello Branco O caminho para a presidência, Rio de Janeiro, José Olympio, 1979.

Castello Branco; o presidente reformador. Trad. de Heitor Herrera, Brasília, Ed. UnB, 1983.

Getúlio Vargas; biografia política. Rio de Janeiro, Renes, 1967.

**ESCOBAR**, Wenceslau. Apontamentos para a história da revolução riograndense de 1893, Brasília, Ed. UnB, 1983.

**FARIAS**, Oswaldo Cordeiro de. Meio século de combate. Memórias. Entrevista a Aspásia Camargo e Walter de Góes. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1981.

**FAUSTO**, Boris (organizador). O Brasil republicano. 1. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). 2. Sociedade e Instituições (1889-1930), 3ª. ed., São Paulo, DIFEL, 1985.

**FERREIRA**, Oliveiros S. As forças armadas e o desafio da revolução, Rio de Janeiro, ed. GRD, 1964.

O fim do poder civil, São Paulo, Convívio, 1966.

**FIGUEIREDO**, Eurico de Lima (organizador). Os militares e a Revolução de 30, Rio de Janeiro, Paz e erra, 1979.

**FLORES**, Mário César. Bases para uma política militar, Campinas, Ed. Unicamp, 1992.

**FONTOURA**, João Neves da. Memórias. 1º. Volume: Borges de Medeiros e seu tempo, Porto Alegre, Globo, 1958.

**FORJAZ**, Maria Cecília Spina. Tenentismo e política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977,.

**FUNDAÇÃO CADA DE RUI BARBOSA**. Bibliografia sobre a campanha civilista, Rio de Janeiro, 1981.

**GOUHIER**, Henri. Introdução às Oeuvres Choiesies d'Auguste Comte, Paris, Aubier, 1943.

**GOULART**, Jorge Salis. A formação do Rio Grande do Sul, 3ª. ed., Porto Alegre, Martins Livreiro, 1978.

**GUANABARA**, Alcindo. A Presidência Campos Sales. Brasília, Ed. UnB, 1983.

**GOMES**, Pedro. "Minas": o diálogo ao front, em Os idos de março e a queda de abril. Vernon Walters, entrevista, Rio de Janeiro, 1966.

**HUNTINGTON**, Samuel. The Soldier and the State, 7ª. Ed., Harvard University Press, 1981.

**O IDEAL REPUBLICANO DE BENJAMIN CONSTANT**. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1936.

**LACERDA**, Carlos. "O caminho da liberdade", discurso na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, 1957, 2ª ed., Rio de Janeiro, Gráfica Ouvidor.

Depoimento, 3ª. ed., Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1987

**LACOMBE**, Américo Jacobina. Resumo da história do Brasil, 3ª. ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1987.

Afonso Pena e sua época, Rio de Janeiro, José Olympio, 1986

**LAMOUNIER**, Bolívar; **CARNEIRO**, Dionísio Dias e **ABREU**, Marcelo Paiva. 50 anos de Brasil, 50 Anos de Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1994.

De Geisel a Collor: Balanço das travessias. São Paulo, Sumaré, 1990

**LINS**, Ivan. Perspectivas de Augusto Comte, Rio de Janeiro, Liv. São José, 1965.

Benjamin Constant, 1836/1891. Rio de Janeiro, J. R. de Oliveira, 1936.

História do positivismo no Brasil. 2ª. ed., São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.

**LONCHAMPT**, J. Epítome da vida e dos escritos de Auguste Comte, Traduzido e anotado por Miguel Lemos, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil, 1959.

**MACEDO**, Ubiratan Borges de. Revista Convivium, vol. XXI (5), set-outubro, 1979.

**MALFATTI**, Silvino Antonio. Chimangos e maragatos no governo de Borges de Medeiros, Porto Alegre, Ed. Pallotti, 1988.

**MARECHAL CASTELLO BRANCO**. Seu pensamento militar. Org. do cel. Ruas Santos, Rio de Janeiro, ECEME, 1968.

**MAUL**, Carlos. O exército e a nacionalidade, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1950.

**MENDES**, R. Teixeira. Benjamin Constant, esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da República brasileira. Rio de Janeiro, Capela da Umanidade, 1892, 2º. Vol. Reedição comemorativa do 1º. Centenário de Nascimento. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1936.

**MERCADANTE**, Paulo. A consciência conservadora no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1965.

Militares e civis: A ética e o compromisso. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978.

**MINISTÉRIO DO EXÉRCITO.** Estado-Maior. História do Exército Brasileiro, Brasília, 1797, 3º. Vol.

**MONTEIRO,** Góis. A Revolução de 30 e a oficialidade política do Exército, esboço histórico. Prefácio de José Américo de Almeida, Rio de Janeiro, Anderson, s.d.

**MONTEIRO,** Tobias. Pesquisas e depoimentos para a história, Belo Horizonte, Itatiaia, 1982.

**MORAES,** João Quartin de. A esquerda militar no Brasil, São Paulo, Ed. Siciliano, 1991.

**MOTTA,** Jehovah. Formação do oficial do Exército, Rio de Janeiro, Ed. Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

**OSÓRIO,** Joaquim Luís. Constituição política do estado do Rio Grande do Sul: Comentário, Porto Alegre, L. Echeniem, 1991, 2ª. ed., Brasília, Câmara dos Deputados, 1982.

**OLIVEIRA,** Almir de. O marechal Hermes da Fonseca, Juiz de Fora, Edições Caminho Novo, 1956.

**OLIVEIRA,** Eliézer Rizzo de (organizador). Militares: Pensamento e ação política, Campinas, Papyrus, 1987.

**PAIM,** Antonio. A querela do estatismo, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994.

(organizador). Plataforma política do positivismo ilustrado, Brasília, Ed. UnB, 1981.

(organizador). O apostolado positivista e a República, Brasília, ed. UnB, 1981.

Oliveira Viana de corpo inteiro, Londrina, CEFIL, 1989.

(organizador). Evolução histórica do liberalismo, Belo Horizonte, Itatiaia, 1987.

História das idéias filosóficas no Brasil, 3ª. ed., São Paulo, Convivium, 1984.

(organizador). Curso de introdução ao pensamento político brasileiro, Brasília, Ed. UnB, 1982, vol. I a XII.

**PEIXOTO**, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, meu pai, Rio de Janeiro, Globo 1960.

**PEREIRA**, Batista. Pela redenção do Rio Grande do Sul, São Paulo, Saraiva, 1923.

**PORTO**, José Costa. Pinheiro Machado e seu tempo, 2ª. ed., Porto Alegre, LPM, 1985.

**PORTO**, Walter Costa. História eleitoral do Brasil, O voto no Brasil, Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1989, vol. I.

**A REVOLUÇÃO DE 30**. Seminário realizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, setembro, 1980) Brasília, Ed. UnB. 1983.

**RODRIGUEZ**, Ricardo Vélez. Castilhismo: uma filosofia da República, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

(org.). Cultura política e o pensamento autoritário, Brasília, Câmara dos Deputados, 1983.

**ROMERO**, Silvio. Os novos partidos políticos no Brasil e o grupo positivista entre eles. Introdução á Doutrina contra doutrina – o evolucionismo e o positivismo no Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

O castilhismo no Rio Grande do Sul, Porto. Oficinas do Comércio do Porto, 1912 (transcrito in A filosofia política positivista II). Rio de Janeiro, Documentário, 1979.

**SÁ**, Mendes. A política do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Tabajara, 1973.

**SALDANHA**, Nelson. O estado moderno e a separação de poderes, São Paulo, Saraiva, 1987.

**SANTA ROSA**, Virginio. O sentido do Tenentismo, 3ª. ed., Ed. Alfa-Omega, 1976.

**SANTOS**, Murillo. O caminho da profissionalização das Forças Armadas, Rio de Janeiro, Gráfica Ed. do Livro, 1991

**SANTOS**, Wanderley Guilherme. A práxis liberal no Brasil; proposta para reflexão e pesquisa. 1974

Sessenta e quatro: anatomia da crise. São Paulo, Vértice, 1986

**SCHWARTZMAN**, Simon. Estado novo, um auto-retrato. Brasília, Ed. UnB, 1982.

Bases do autoritarismo brasileiro, Rio de Janeiro, Campus, 1982.

**SENN**, Ernesto. Deodoro: Subsídios para a história, Brasília, Ed. UnB, 1981.

**SILVA**, Ciro. Pinheiro Machado, Brasília, Ed. UnB. 1982

**SODRÉ**, Nelson Werneck. História militar do Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

O Tenentismo, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

**SOMBRA**, Severino. Forças Armadas e direção política, Rio de Janeiro, DIP, 1991.

**SOUZA**, Pompeu de. "Eleições de 62: decomposição partidária e caminhos da reforma", Revista Brasileira de Estudos Políticos, vol. 16, 1964.

**STEPAN**, Alfred. Os militares: da abertura à nova República, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

**TÁVORA**, Juarez. Uma vida e muitas lutas. Memórias, Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

**TEIXEIRA MENDES**, R. T. Benjamin Constant, Rio de Janeiro, Apostolado Positivista, 1894, Peças Justificativas, 2º. Vol.

**VARGAS**, Getúlio. Diário (1930-1942), 1ª. ed., São Paulo/Rio de Janeiro, Siciliano e FGV, 1995.

A nova política no Brasil, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

**VIANA FILHO**, Luiz. O governo Castello Branco, Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

**VIANA**, Hélio. História do Brasil, São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1961, vol. I e II.

**VIDAL**, Joaquim A. Sampaio. Síntese do pensamento político de Armando Salles Oliveira, São Paulo, 1937.

**VILLELROY**, A. Xiareno. Comemoração do primeiro centenário de Benjamin Constant, Rio de Janeiro, 1ª. ed., 1937.